



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CAMPUS DE SÃO BERNARDO
LICENCIATURA EM LINGUAGENS E CÓDIGOS – LÍNGUA PORTUGUESA

PAULA DINIZ PORTELA CARVALHO

**PRÁTICAS INTERDISCIPLINARES ENTRE LÍNGUA PORTUGUESA E
EDUCAÇÃO AMBIENTAL:** reflexões acerca das possibilidades com gêneros digitais

SÃO BERNARDO

2023

PAULA DINIZ PORTELA CARVALHO

**PRÁTICAS INTERDISCIPLINARES ENTRE LÍNGUA PORTUGUESA E
EDUCAÇÃO AMBIENTAL: reflexões acerca das possibilidades com gêneros digitais**

Trabalho de conclusão de graduação,
apresentado à Universidade Federal do
Maranhão - UFMA, como requisito parcial para
obtenção de grau em Licenciatura em
Linguagens e Códigos – Língua Portuguesa.

Orientadora: Prof. Doutora Maria Francisca da
Silva.

SÃO BERNARDO

2023

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Diniz Portela Carvalho, Paula.

PRÁTICAS INTERDISCIPLINARES ENTRE LÍNGUA PORTUGUESA E
EDUCAÇÃO AMBIENTAL : reflexões acerca das possibilidades
com gêneros digitais / Paula Diniz Portela Carvalho. -
2023.

122 p.

Orientador(a): Maria Francisca da Silva.

Monografia (Graduação) - Curso de Linguagens e Códigos
- Língua Portuguesa, Universidade Federal do Maranhão, São
Bernardo, 2023.

1. Educação Ambiental. 2. Gêneros textuais digitais.
3. Interdisciplinaridade. 4. Língua Portuguesa. 5.
Multiletramentos. I. da Silva, Maria Francisca. II.
Título.

PAULA DINIZ PORTELA CARVALHO

**PRÁTICAS INTERDISCIPLINARES ENTRE LÍNGUA PORTUGUESA E
EDUCAÇÃO AMBIENTAL: reflexões acerca das possibilidades com gêneros digitais**

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura em Linguagens e Código – Língua Portuguesa, da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, campus São Bernardo, obtenção de grau em Licenciatura em Linguagens e Códigos – Língua Portuguesa.

Orientadora: Prof. Doutora Maria Francisca da Silva.

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Profa. Doutora Maria Francisca da Silva – UFMA(Orientador)
Curso de Linguagens e Códigos LP

Profa. Dra. Eliane Pereira dos Santos
Curso de Linguagens e Códigos LP

Prof. Dr. Josenildo C. Brussio
Curso de Ciências Humanas / Sociologia

AGRADECIMENTOS

Gostaria de dedicar esse trabalho a todas as pessoas que direta e indiretamente contribuíram para o fim desse longo ciclo.

Ao iniciar, agradeço a minha orientadora professora Dra. Maria Francisca, pela grande paciência e generosidade ao longo do percurso de estudos e orientações.

Gratidão à minha mãe Aurea Diniz, pela criação desempenhada na minha vida. Seus sacrifícios desencadeados por ser lavradora, sem estudos e mãe solo, assim como sua postura emponderada em um meio machista, influenciou diretamente na minha construção como mulher. À minha tia e madrinha, Maria Helena Carvalho por todo auxílio na minha educação. Ao sol da minha existência, minha amada avó mãe, Maria da Graça Portela, por todas infinitas manifestações de amor, exemplo e cuidado. Ao meu avô pai, José Lidú Carvalho (in memoriam), por todos os ensinamentos e inspiração de cidadão íntegro, de bondade, respeito e amizade para com todos.

Dedico minha eterna gratidão ao meu companheiro, Gustavo Moura, pela manifestação de seu amor, dedicação e estímulos, ao me ajudar a despertar novamente minha autoestima, e sagacidade para lutar pelos meus ideais e sonhos. Também às pessoas que me incentivaram em momentos de esgotamento emocional, demonstrando amizade, amor, apoio moral: à minha irmã Nathalya Diniz, e aos meus queridos amigos irmãos: Mirtes Costa, Douglas Henrique e Walyson Freitas.

Por fim, estendo meus agradecimentos a Universidade Federal do Maranhão - UFMA, campus São Bernardo, me sinto honrosa por ter passado por essa instituição. A todos os docentes que contribuíram na minha evolução acadêmica e disseminaram em mim, o pensamento crítico nas ações de pesquisa e práticas pedagógicas.

RESUMO

Tendo vista que, atualmente, o ensino de língua materna requer, em sua prática, a inclusão da variedade de interações dos jovens nos meios multiletrados digitais. A relevância de se incorporar o estudo dos conhecimentos disciplinares ligados aos saberes sociais. A importância do método interdisciplinar para a formação integral do indivíduo e a necessidade de uma educação crítica e ativa para promoção da cidadania. Diante disso, percebemos a necessidade de uma condução interacionista nas práticas atuais de letramento, através dos gêneros textuais digitais, para, dessa forma, propiciar uma formação holística, crítica e reflexiva, contribuindo para o autorreconhecimento e influências de suas ações nas questões socioambientais. Nesse contexto, objetivo deste estudo é demonstrar as possibilidades de inserção do tema transversal: meio ambiente, em práticas discursivas críticas, orais e textuais em língua materna, no ensino Médio. Identificando as formas de inclusão da Educação Ambiental, em disciplinas como Língua Portuguesa e Produção Textual, através de ações interdisciplinares. À vista disso, foi aplicado um estudo de natureza educacional básica qualitativo, procurando investigar a viabilidade da presença de temáticas socioambientais em práticas interacionistas com linguagens: oral, textual, imagética e musical. Tanto de forma bibliográfica, corroborando teóricos e documentos como: Antunes (2003; 2009); Bakhtin (1997; 2006); Barcelos (2012); Lück (2013); Araújo (2014); Ferraz (2019); Marcuschi (2002; 2008); Pimenta (2012; 2019); Rodrigues e Cerutti-Rizzatti (2011); Souza (2010; 2015); Loureiro e Torres (2012); Jacobi (2003); lei n. 9.795/99; PCNEM (2002); BNCC (2018), dentre outros. Quanto por meio de técnicas documentais de seleção de reportagens jornalísticas da esfera online, e uma canção. Aplicamos o projeto pedagógico de estágio: “O ambiente Emergencial”, de natureza educacional básica e qualitativa, através das técnicas de pesquisa de campo e pesquisa ação, na escola estadual Centro de Ensino Deborah Correia Lima de São Bernardo/Maranhão, sob uma turma de terceiro ano do turno vespertino. Com base nesse estudo, constatamos que os gêneros textuais digitais permitem a existência de discussões socioambientais, de forma transversal e interdisciplinar, em Língua Portuguesa e Produção Textual. Possibilita práticas inovadoras e multiletradas, no desenvolvimento das percepções e manifestações discursivas críticas. Que integram nas ações pedagógicas, os saberes empíricos e científicos, de amplos discursos, possibilitando o trabalho de autorreflexão do indivíduo sobre os emblemas do relacionamento socioambiental. Chegamos à conclusão de que a Educação Ambiental deve ocorrer durante toda a vida do educando na educação básica, para que ele possa desempenhar o seu papel cidadão ativo nos discursos e ações socioambientais.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Ambiental. Interdisciplinaridade. Língua Portuguesa. Gêneros textuais digitais. Multiletramentos.

RESUMEN

Dado que, en la actualidad, la enseñanza de la lengua materna requiere, en su práctica, la inclusión de la variedad de interacciones de los jóvenes en los medios digitales multilingües. La relevancia de incorporar el estudio del conocimiento disciplinar vinculado al conocimiento social. La importancia del método interdisciplinario para la formación integral del individuo y la necesidad de una educación crítica y activa para promover la ciudadanía. Por lo tanto, nos damos cuenta de la necesidad de una conducta interaccionista en las prácticas actuales de alfabetización, a través de géneros textuales digitales, con el fin de proporcionar una educación holística, crítica y reflexiva, contribuyendo al auto-reconocimiento y la influencia de sus acciones en cuestiones socio-ambientales. En este contexto, el objetivo de este estudio es demostrar las posibilidades de inserción del tema transversal: medio ambiente, en las prácticas críticas discursivas, orales y textuales en lengua materna, en la escuela secundaria. Identificar las formas de inclusión de la Educación Ambiental, en disciplinas como Lengua Portuguesa y Producción Textual, a través de acciones interdisciplinarias. Para ello, se aplicó un estudio cualitativo de educación básica de la naturaleza, buscando investigar la viabilidad de la presencia de temas socioambientales en prácticas interaccionistas con las lenguas: oral, textual, imaginaria y música. Tanto de forma bibliográfica, corroborando teóricos y documentos como: Antunes (2003; 2009); Bakhtin (2006; 1997); Barcelos (2012); Lück (2013); Araújo (2014); Ferraz (2019); Marcuschi (2002; 2008); Pimenta (2012; 2019); Rodrigues y Cerutti-Rizzatti (2011); Souza (2010; 2015); Loureiro y Torres (2012); Jacobi (2003); ley no. 9.795/99; PCNEM (2002); BNCC (2018), entre otros. Cuanto por medio de técnicas documentales de selección de reportajes periodísticos de la esfera online, y una canción. Aplicamos el proyecto pedagógico de pasantía: "El Ambiente de Emergencia", de naturaleza educativa básica y cualitativa, a través de las técnicas de investigación de campo e investigación-acción, en la escuela estatal Centro de Enseñanza Deborah Correia Lima de São Bernardo/Maranhão, en una clase de tercer año del turno de la tarde. A partir de este estudio, constatamos que los géneros textuales digitales permiten la existencia de discusiones socioambientales, de forma transversal e interdisciplinar, en Lengua Portuguesa y Producción Textual. Posibilita prácticas innovadoras y multilingües, en el desarrollo de percepciones y manifestaciones discursivas críticas. Que integren en las acciones pedagógicas, el conocimiento empírico y científico de amplios discursos, posibilitando el trabajo de autorreflexión del individuo sobre los emblemas de la relación socioambiental. Concluimos que la Educación Ambiental debe ocurrir a lo largo de la vida del alumno de la enseñanza básica, para que él pueda desempeñar su papel de ciudadano activo en los discursos y acciones socioambientales.

PALABRAS CLAVE: Educación Ambiental. Interdisciplinariedad. Lengua Portuguesa. Géneros textuales digitales. Multiliteracidad.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – <i>Lead</i> da notícia do G1 Natureza.....	67
Figura 2 – Imagem ilustrativa da notícia do G1Natureza.....	69
Figura 3 – Produção textual aluno A.....	71
Figura 4 – Produção textual aluno B	71
Figura 5 – <i>Lead</i> da notícia online da Veja.....	74
Figura 6 – Imagem ilustrativa da notícia Veja.....	75
Figura 7 – Produção textual aluno C.....	77
Figura 8 – Produção textual aluno D.....	77
Figura 9 – <i>Lead</i> da notícia do G1 Maranhão – Rede Mirante.....	80
Figura 10 – Trechos da reportagem da notícia do G1 Maranhão – Rede Mirante.....	81
Figura 11 – Produção textual aluno E.....	82
Figura 12 – Produção textual aluno F.....	83
Figura 13 – Produção textual aluno G.....	87
Figura 14 – Produção textual aluno H.....	88

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Atividades realizadas oralmente envolvendo ambas áreas de estudo da notícia do G1 Natureza.....	69
Quadro 2 – Atividades realizadas oralmente envolvendo ambas áreas de estudo sobre a notícia da Veja	76
Quadro 3 – Atividades realizadas oralmente envolvendo ambas áreas de estudo da notícia do G1 – Maranhão – Rede Mirante.....	82
Quadro 4 – Atividades realizadas oralmente envolvendo ambas áreas de estudo da canção.....	86

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
DCNEA	Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Ambiental
EA	Educação Ambiental
EAC	Educação Ambiental Crítica
IPEA	Programa Internacional de Educação Ambiental
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico E Artístico Nacional
LP	Língua Portuguesa
ONU	Organização das Nações Unidas
PCNEM	Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente.
PPP	Plano Político Pedagógico
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	13
1.1 Procedimentos Metodológicos.....	15
1.2 Escola-Campo e Sujeitos da Pesquisa.....	18
2. REFLEXÕES SOBRE O ENSINO E APRENDIZAGEM DE LÍNGUA PORTUGUESA.....	19
2.1 Perspectiva Interacionista no Ensino de Língua Portuguesa.....	20
2.2 Gêneros Textuais e Letramento.....	28
2.3 Gêneros Textuais Digitais e Multiletramentos.....	30
2.3.1 <i>Gênero Textual Digital Notícia Online</i>	32
2.3.2 <i>Gênero Textual Digital Canção</i>	34
2.4 Ensino de Língua Portuguesa a partir da Educação Ambiental.....	36
3. IMPLICAÇÕES SOBRE A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO NA EDUCAÇÃO.....	40
3.1. Discussões Sobre da Educação Ambiental no Mundo.....	41
3.2. Educação Ambiental no Brasil: Leis e Programas de Institucionalização no Contexto de Ensino.....	44
3.3 Interdisciplinaridade e Transdisciplinaridade, Conceitos e Ênfase no Processo de Ensino Aprendizagem	51
4. A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CONTEXTO ESCOLAR.....	55
4.1 A Interdisciplinaridade e Transdisciplinaridade nas Aulas de Língua Portuguesa: A Educação Ambiental nas Práticas de Linguagem.....	57
4.2 O Estágio Supervisionado no Curso Interdisciplinar de Linguagens e Códigos – Língua Portuguesa	60
5. RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	62
5.1 Aplicação do Projeto Interdisciplinar O Ambiente Emergencial	63
5.2 A Importância do Estágio.....	90
5.3 A Necessidade da Educação Ambiental Continuada	90
5.4 Considerações Sobre a Experiência de Inserção da Educação Ambiental nas Práticas Interdisciplinares em Língua Portuguesa	93
6. CONCLUSÃO.....	93
REFERÊNCIAS.....	95
ANEXOS.....	102
APÊNDICES	113

1. INTRODUÇÃO

Na atualidade, o processo de ensino e aprendizagem de língua materna não se baseia em um modelo simplista da língua como um meio para aprender apenas a gramática e a norma instituída como padrão. É necessária uma visão panorâmica dos vieses da língua enquanto linguagem, pode alcançar na produção e manifestações de amplos discursos apreendidos e manifestados na sociedade por meio dos relacionamentos dos sujeitos no mundo.

Há três grandes discussões a respeito do processo educativo como o responsável por mudanças na qualidade de vida planetária, social e do aprendizado dos conhecimentos historicamente construídos através da linguagem enquanto interação social. A primeira, é a percepção interacionista da língua/linguagem como um meio de construção identitária e cidadã, que surge das interações sociais. Dessa forma, o processo de ensino-aprendizagem de Língua Portuguesa é encarado de forma dialógica, ativa e emancipatória nas manifestações sociolinguísticas do sujeito.

A segunda, é a necessidade de metodologias interdisciplinares para tratar questões sociais que atravessam a rigidez das disciplinas curriculares, que desencadeie concepções e reflexões críticas do mundo planetário. E, por fim, a grande necessidade da sociedade atual em tratar os problemas ambientais de forma transversal, crítica e holística, a fim que percebam a conexão existencial entre natureza, vida humana e sociedade.

Dessa forma, o processo educativo é tratado desde 1970, em diversas conferências globais e leis nacionais como a 9.795, necessário e eficaz para a mudança de postura, pensamento e reconstrução das relações humanas e ambientais. Bem como, para a inclusão da interdisciplinaridade como um meio de integralização dos diferentes campos do conhecimento no processo de ensino-aprendizagem. E a língua Portuguesa, onde se funde nessa discussão que aparenta ser de campos tão distintos?

O ensino de língua materna, na atualidade, oferece a possibilidade de incorporar diferentes temas sociais como viés para seu aprendizado, uma vez que as práticas comunicativas devem considerar o contexto sociocultural das manifestações de linguagens dos educandos (BRASIL, 2018), além de defender a promoção de atividades contextualizadas que levem em consideração as experiências e os conhecimentos prévios dos educandos.

Logo, o processo de ensino e aprendizagem da língua materna deve desenvolver nos educandos habilidades que os preparem para atuar na sociedade de forma ativa e cidadã, reflexiva e ética. Dessa forma, o eixo de linguagens em LP se mostra com grande capacidade para a articulação de temas transversais de forma interdisciplinar no processo de ensino.

Escolhemos esse estudo por diversos motivos. O primeiro, é a necessidade de se cultivar uma postura ecológica e cidadã atualmente, sobretudo no público jovem, pois sabemos dos inúmeros problemas políticos e sociais que o meio ambiente tem enfrentado, que afetam a qualidade de vida de milhões de pessoas no mundo. A segunda razão, é que vimos que há poucos estudos na literatura que tratam da união de tais temáticas no processo de ensino de Língua Portuguesa, na etapa do Ensino Médio. Sendo assim, notamos a relevância de investigar as potencialidades do ensino de língua materna para incentivar a criticidade e as reflexões sob diferentes aspectos socioambientais nas práticas pedagógicas.

Nessa perspectiva, essa pesquisa busca investigar como incluir de maneira interdisciplinar as influências da Educação Ambiental, através do tema transversal: meio ambiente, demonstrando suas possibilidades em práticas de linguagens de Língua Portuguesa e Produção Textual, no Ensino Médio.

Para alcançar a resposta do objetivo central, discutiremos as especificidades dessa pesquisa. No segundo capítulo, nos embasados em autores como Bakhtin (2006); Costa e Araújo (2020); Pereira (2014); Rodrigues e Cerutti-Rizzatti (2011); Silva (2018); para analisar o processo de ensino de LP interacionista, e sua influência na construção dos principais documentos norteadores educacionais nacionais como os PCN (1998), PCNEM (2002), BNCC (2018). A necessidade de inclusão dos gêneros textuais nas práticas de linguagens e letramentos, sobretudo os presentes nas esferas digitais, como notícia *online* e o gênero canção, representantes dos multiletramentos contemporâneos sociais. E compreender a conexão entre os aspectos de ensino de LP e os de educação ambiental. Assim, corroboramos Antunes (2003; 2008); Manzoni e Roza (2010); Fiorin (2011), Loureiro (2014); Marcuschi (2002; 2008); Rojo e Moura (2012); Rojo e Barbosa (2012); Ferraz (2019); Souza (2010; 2015). Também analisamos através de Alves, Meirelles e Pereira (2015); Jacobi (2003); David (2014); Barcelos (2012); Furtado et al (2018); e Reigota (2009).

No terceiro capítulo, apuramos a presença da EA, nas principais conferências mundiais através dos documentos da UNESCO (1977; 1995); IPHAN (1995); ONU

(2012); que trataram da implementação da temática na esfera educacional. A realidade brasileira na efetivação de políticas educacionais voltadas para práticas em EA, como os PCN Transversal Meio Ambiente (1998); DCNEA (2012); e sua presença na BNCC (2018). Em leis e decretos como a lei n. 6938/87, na Constituição Federal de 1988, a lei n. 9.795/99 e outras. Abordamos nessa discussão, os teóricos Holmer (2020); Oliveira e Neiman (2020); Branco, Royer e Branco (2018) e Marques, Raimundo e Xavier (2018). Além de discutir sobre os conceitos e ênfases da interdisciplinaridade e transversalidade no ensino e aprendizado, conforme Araújo (2014); Bovo (2008); Fazenda (2008); Lück (2013); Santos (2008); Sousa e Pinho (2017).

No quarto capítulo, exploramos a relevância da EA no âmbito escolar e sua relação com os princípios da pedagogia de Paulo Freire, assim como, sua aplicabilidade nas práticas interdisciplinares de linguagens em LP. Também enfatizamos a relevância do estágio supervisionado para a formação docente. Teorizamos esse tópico a partir de Loureiro e Torres (2014); Lambert e Sousa (2018); Ferreira *et al* (2018); Tristão (2004); Higuchi e Azevedo (2004); Dickmann e Carneiro (2012); Fiorin (2008); Pimenta (2012; 2019); Silva e Rocha (2018); CONSEPE (2009); e outros autores já mencionados anteriormente.

No quinto capítulo, abordamos a aplicação do projeto pedagógico: O ambiente emergencial, no intuito de solucionar o objetivo central dessa pesquisa, pelo qual compreende demonstrar as possibilidades de inserção temáticas transversais de EA, em práticas interdisciplinares e interacionistas através dos gêneros textuais digitais. Logo, expomos e dialogamos com os autores supracitados tanto as escolhas temáticas, quanto sobre os resultados das percepções dos educandos ecoadas em práticas orais e escritas.

Assim, discutimos também a importância do estágio supervisionado na construção de um docente crítico e pesquisador, a necessidade da formação continuada em EA, bem como as reflexões acerca da experiência de aplicação do projeto pedagógico e seus vínculos conceituais com alguns autores abordados.

1.1 Procedimentos Metodológicos

Aqui foram abordados todos os aspectos metodológicos da pesquisa realizada, descrevemos os procedimentos necessários e úteis para demonstrar as possibilidades de inserção do tema transversal: educação ambiental, nas práticas de linguagens em língua

portuguesa, por meio dos gêneros digitais: notícia *online* e canção, que circulam na internet, no ensino médio.

Esse estudo tem como finalidade realizar uma pesquisa de natureza educacional, com a abordagem metodológica orientada pelos princípios da pesquisa qualitativa em educação, com seu objetivo é exploratório. De acordo com Gerhardt e Silveira (2009, p. 32), a abordagem qualitativa “[...] trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”.

Com intuito de conhecer e aplicar a problemática sobre a área de estudo, a pesquisa foi desenvolvida sob diferentes técnicas. A primeira foi documental, pois, foi realizado pesquisas e seleção de matérias jornalísticas de diferentes vieses socioambientais em sites da *internet* de notícias confiáveis. Dessa forma, os materiais coletados foram: notícia do site Veja, a segunda do G1 notícias, e a última do G1 Maranhão – Rede mirante. Além da seleção de uma composição musical brasileira do gênero reggae, na plataforma Letras, que trata de valores e crenças ambientais.

Também utilizamos a bibliográfica, pois, foi realizado pesquisas teóricas a respeito das questões socioambientais e de linguística no ensino. Para Gil (2008), esse tipo de estudo é vantajoso para o investigador, visto que expande o alcance de diferentes fenômenos, uma vez que há estudos em diferentes meios como livros, revistas, etc., que tratam do tema, dessa forma, colaboram para a pesquisa.

Também envolveu a técnica da pesquisa-ação, já que foi desenvolvida a partir da aplicação do projeto pedagógico: “O ambiente emergencial”, no âmbito escolar. Nesse tipo de estudo, o pesquisador se afasta da posição de mero observador, passando a ser um agente ativo e participativo no desenvolvimento do conhecimento, se relacionando com os sujeitos alvos da pesquisa. Fonseca (2000) citado por Gerhardt e Silveira (2009, p.40) esclarece os pressupostos de tal técnica científica, expondo que:

O processo de pesquisa recorre a uma metodologia sistemática, no sentido de transformar as realidades observadas, a partir da sua compreensão, conhecimento e compromisso para a ação dos elementos envolvidos na pesquisa (p. 34). [...] Os dados recolhidos no decurso do trabalho não têm valor significativo em si, interessando enquanto elementos de um processo de mudança social. [...] O pesquisador quando participa na ação traz consigo uma série de conhecimentos que serão o substrato para a realização da sua análise reflexiva sobre a realidade e os elementos que a integram. A reflexão sobre a prática implica em modificações no conhecimento do pesquisador (p. 35) (FONSECA, 2000, p. 34; 35, apud GERHARDT, SILVEIRA, 2009, p. 40).

Neste sentido, o projeto pedagógico “O ambiente emergencial”, procurou demonstrar as possibilidades de inserir tópicos relacionados ao meio ambiente, com uma abordagem crítica e interdisciplinar, através dos gêneros textuais digitais, nas disciplinas de Língua Portuguesa e Produção Textual. Bem como, a capacidade de unir essas duas áreas de estudo por meio de linguagens textuais, imagéticas e musical, para incentivar a reflexão crítica sobre a realidade social, ecoando suas percepções em produções textuais.

Os dados para este estudo foram coletados ao replicar o projeto pedagógico da última etapa do estágio supervisionado, que aconteceu no segundo semestre de 2018. Logo, também faz parte da técnica de pesquisa de campo, pois, “[...]estuda-se um único grupo ou comunidade em termos de sua estrutura social, ou seja, ressaltando a interação de seus componentes. Assim, o estudo de campo tende a utilizar muito mais técnicas de observação do que de interrogação” (GIL, 2008, p. 57).

As técnicas da pesquisa de campo usadas foram: participante sob modo artificial, “[...] quando o observador se integra ao grupo com o objetivo de realizar uma investigação” (GIL, 2008, p. 103). Dessa forma, foi elaborada através de uma observação sistemática, apontando as descobertas segundo as categorias de Lofland (1971) mencionadas por Gil:

Atividades. Ações de maior duração (dias, semanas ou meses), que constituem elementos significativos do envolvimento das pessoas. **Significados.** Produtos verbais e não verbais que definem ou direcionam as ações. Participação. Envolvimento global ou adaptação a uma situação ou posição que está sendo estudada (Gil, 2008, p. 105).

O grupo de técnicas descritas aqui, contribuiu para o resultado da pesquisa, que refletiu tanto sobre as etapas metodológicas de aplicação do projeto pedagógico, quanto o resultado: as produções textuais. Todavia, o foco principal dessa pesquisa é o percurso metodológico do projeto interdisciplinar, pois, responde ao objetivo central dessa pesquisa, que foi investigar as possibilidades de inserção de temáticas ambientais nas práticas interacionistas de linguagens em Língua Portuguesa, através dos gêneros textuais. Dessa forma, o presente estudo se fundamenta nas considerações linguísticas e ambientais de especialistas sobre as melhores alternativas metodológicas de inserir a EA em aulas de LP, diante do viés interacionista e o uso da oralidade, leitura, escrita e análise de produções textuais.

Os métodos de pesquisa-ação e de campo foram os meios que permitiram a aplicação dos conhecimentos sobre a EA de forma ativa, permitindo que os diferentes vieses dos conhecimentos planetários ambientais fossem integrados às habilidades de

Língua Portuguesa. Além de analisar nos discursos dos educandos, a presença ou ausência de questões socioambientais nas produções orais, como em debates; e textuais, ecoadas em redações e análise musical, com características críticas e representativas de seu imaginário e experiências de mundo, seguindo as estruturas linguísticas e de ortografia da norma culta.

Nessa perspectiva, o projeto “O ambiente emergencial”, foi efetivado no ano de 2019, nos meses de setembro a outubro, com a carga horária de dez horas aula, dividida em quatro semanas de aplicação. Buscou intervir e refletir questões socioambientais partir de dois gêneros de textuais do meio digital: notícias *online* e canção, nas aulas de LP e Produção Textual, que trazem discussões a respeito do meio ambiente em perspectiva histórica e contemporânea, carregadas de informações, fatos, crenças e valores.

Com a finalidade de interligar os conhecimentos ambientais e linguísticos, possibilitando o trabalho com habilidades de avaliação de notícias e sua veracidade, argumentação, produções de discursos embasados em questões de relevância social (BRASIL, 2018). Que os estudantes pudessem elaborar diferentes produções textuais críticas, como orais diante de práticas de discussões e debates; e textuais como a criação de redações e a análise de uma canção. Assim, foi analisado duas obras textuais de cada encontro, considerando os elementos da criatividade, a representação do imaginário e experiências, e a fundamentação teórica, baseadas nos textos lidos e de outros conhecimentos científicos, e de experiências de mundo. Bem como, na reflexão do nível da língua padrão dos educandos.

1.2 Caracterização do Campo e Sujeitos da Pesquisa

Esta pesquisa foi realizada na escola estadual Centro de Ensino Deborah Correia Lima, localizada no município de São Bernardo – Maranhão, sob o endereço Travessa Alexandre Mendes, bairro centro.

A escola campo deste estudo é a maior escola estadual do município, funcionando nos turnos matutino, vespertino e noturno. Atendeu em 2019, seiscentos e quarenta e dois alunos, distribuídos em turmas de 1º, 2º e 3º ano de Ensino Médio regular e Ensino de Jovens e Adultos etapa do Ensino Médio, no turno noturno. Contemplou também quatro alunos de Educação Especial.

Ao que se refere à estrutura física do prédio, a escola dispõe de nove salas de aulas, sala de professores; sala de secretaria; sala de direção; cozinha; auditório; dois banheiros

comuns e adaptados a portadores de necessidades especiais; despensa; quadra descoberta; pátio coberto e um laboratório de informática. A instituição conta com um quadro de 64 funcionários e parceria da Universidade Federal do Maranhão – UFMA. Recebe assim ao longo do ano, diversos alunos estagiários e residentes pedagógicos para atuarem nas áreas de Linguagens e Códigos – LP e Música, Ciências Naturais, Ciências Humanas.

O projeto pedagógico foi aplicado em uma turma do terceiro ano, do turno vespertino, com trinta e oito alunos matriculados, sujeitos estes com idade entre dezessete a vinte anos, sob a carga horária de 10 horas aulas divididas em quatro semanas de aplicação. Dessa forma, a metodologia desenvolvida no projeto será apresentada na análise e discussão, bem como as atividades orais e escritas desenvolvidas em cada etapa. Da mesma forma, com reflexões sobre as produções textuais diante dos níveis linguísticos e de conhecimentos ambientais, também com reflexões que surgiram com a experiência de aplicação do projeto interdisciplinar através do estágio.

2. REFLEXÕES SOBRE O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA

O processo de ensino e aprendizagem da língua materna no Brasil se pautou sobre as diversas transformações sociais e econômicas, desde a colonização em 1560 até os dias atuais. O mundo constantemente passa por diversas transformações que exigem constantes modificações diante do contexto temporal, e o ensino também necessitou ser modificado e contextualizado às realidades discursivas do entorno social contemporâneo.

Durante muito tempo, o ensino de Língua Portuguesa foi alicerçado pelo regime tradicional do aprendizado da norma culta, uma abordagem que utilizava língua como sistema de preponderação conservadora.

Focado no ensino da gramática como único viés para o aprendizado da língua materna, que centrava na ilusão de uma língua única e uniforme, as categorias gramaticais eram isoladas ao padrão instituído, marginalizando as demais variações (RODRIGUES; CERUTTI-RIZZATTI, 2011). O ensino da LP era uma regalia onde somente as classes sociais elevadas tinham acesso ao sistema escolar, perpetuando a aquisição do conhecimento para a elite letrada e marginalizando as demais variações e heterogeneidade da linguagem de seus diversos falantes e contextos sociais.

Assim, o objetivo era que oralidade e a escrita fossem reflexos das imposições normativas contidas na gramática descritiva/prescritiva. O conhecimento intelectual e a linguagem, eram ditados pela norma padrão, sendo encarados como um modelo de formas

e regras para a comunicação, descrição e representação do mundo (PEREIRA, 2014). O aprendizado de LP neste panorama, regeu os séculos XVI aos meados do XX, servindo para a perpetuação da variedade culta de prestígio em suas manifestações orais e escritas da língua (RODRIGUES; CERUTTI- RIZZATTI, 2011).

Com a redemocratização do ensino na década de 1960, os filhos dos trabalhadores de classes menos favorecidas foram inseridos na escola, oportunizando a inclusão de diferentes variedades linguísticas e sociais que antes não apareciam no contexto escolar. Diante desse fato, “[...]tal ensino e a concepção subjacente a ele, com a redemocratização, não mais encontraram respaldo no novo contexto social e ideológico e nas ciências linguísticas que começavam a “chegar aplicadas” na escola.” (COSTA; ARAÚJO, 2020, p.29).

Em virtude disso, ascenderam críticas sobre o método tradicional de ensino prescritivo/normativo gramatical, que já não surtia efeito na aprendizagem de LP (COSTA; ARAÚJO, 2020), sobre a necessidade de discussões sobre a heterogeneidade linguístico-cultural da linguagem no ensino, e a contextualização do conteúdo a realidade dos educandos, para a efetivação de metodologias de ensino e aprendizagem condizentes com a pluralidade sociolinguística dos educandos.

A seguir, destacamos as principais ideias da abordagem interacionista no progresso das concepções de ensino-aprendizagem e o trato com as linguagens no ensino de LP, baseadas nas concepções de Antunes (2003); Bakhtin (2006); Costa e Araújo (2020); Guedes, Bressanin e Soares (2018); Loureiro (2014), Rodrigues e Cerutti-Rizzatti (2011); e Silva (2018). Com a ênfase do método na construção dos principais documentos norteadores da Educação brasileira, nos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN (1998), nas etapas de Ensino Fundamental e Médio – PCN+EM (2002), de Língua Portuguesa, e na BNCC (2018).

2.1 Perspectiva Interacionista no Ensino de Língua Portuguesa

As mudanças mais significativas no ensino de LP, iniciaram a reverberar mais efetivamente nos meados da década de 1980. A língua assume uma nova característica no ensino, deixa de ser um conjunto de regras sistemáticas, passa a ser encarada como um fenômeno social, submetido às práticas dos indivíduos em caráter histórico, sociocultural, econômico e político (ANTUNES, 2003). Porquanto, o ensino e aprendizagem de LP

começa a vincular o estudo gramatical às práticas de linguagens, visto que, é a partir dela que a língua se manifesta culturalmente.

O processo de transformação da forma que se concebia o ensino da LP se deu por diferentes perspectivas. A princípio, pela necessidade de introduzir os contextos de mundo dos educandos na escola, já que, pela expansão do público estudantil, diversas variedades de linguagens, culturas e classes sociais ingressaram no ambiente de ensino.

Paralelamente a isso, os educadores evidenciavam o distanciamento das práticas sociais de linguagem no trabalho de letramento tradicional, alegando a dificuldade do aprendizado, e a necessidade dos usos da linguagem de natureza operacional e reflexiva sob a perspectiva interacionista nas atividades com a língua para o exercício pleno da cidadania (RODRIGUES; CERUTTI- RIZZATTI, 2011).

O novo cenário de ensino de Língua Portuguesa, conforme Antunes (2003), propõe que as práticas de ensino deveriam se guiar pela concepção interacionista da linguagem, efetivando a interdependência entre teoria e prática no trato da língua no trabalho com as práticas orais, de leitura, interpretação, escrita e aprendizado de gramática para se alcançar as práticas de letramento. Antunes (2003, p. 89) afirma que, “O valor de qualquer regra gramatical deriva da sua aplicabilidade, da sua funcionalidade na construção dos atos sociais da comunicação verbal, aqui e agora”.

Ademais, a autora supracitada salienta que o ensino de LP deveria trabalhar o enfoque cidadão, tornar os indivíduos participantes, críticos e atuantes da realidade política e social. Pelo fato de que, os sujeitos agem e interagem em sociedade através da linguagem, pela comunicação e interação verbal.

Com isso, tais progressos se deve ao fato da mudança de perspectiva diante da representação da linguagem, uma vez que antes era visto como um sistema estável determinado pela norma padrão, sem identidade própria para o significado entre os indivíduos. Agora, passa a ser encarada como representação sociocultural dialógica, uma prática aberta e constantemente mutável que permeia as relações discursivas em sociedade (LOUREIRO, 2014).

A proposta operacional reflexiva no ensino considera o aprendizado da língua em seu uso ativo, comparando expressões de diferentes espaços, transformando, experimentando e investindo em novas formas de interpretação (BRITTO, 1997; apud RODRIGUES; CERUTTI- RIZZATTI, 2011). Isto é, em uma abordagem dialógica para alcançar a percepção das diferentes formas de expressão da língua enquanto linguagem.

Sobre o ponto de vista interacionista, Silva (2018) reconhece a inter-relação da concepção de língua e linguagem para se efetivar as práticas sociais, visto que, a língua não é uma entidade concreta, mas sim uma ação exclusivamente social e dialógica, empreendida e executada pela interação entre indivíduos, ela é o meio para a efetivação do discurso nas práticas sociais.

Antunes (2003) defende que a língua enquanto interação, se atualiza e se contextualiza através da diversidade de relações a qual o falante está inserido. A linguagem é constituída pelas interações no mundo social, que são compostas pela cultura, contexto histórico e socioeconômico. É o meio de representação das ações do sujeito no mundo. Logo, na concepção interacionista, a língua se atualiza para fins de comunicação entre indivíduos, em eventos de interação social, por meio de práticas discursivas manifestadas em textos escritos e orais (ANTUNES, 2003).

Segundo Bakhtin (2006), são as práticas de linguagem que constituem a efetivação da língua nas diversas manifestações socio discursivas e não o contexto gramatical isolado. Assim, “[...] na prática viva da língua, a consciência lingüística do locutor e do receptor nada tem a ver com um sistema abstrato de formas normativas, mas apenas com a linguagem no sentido de conjunto dos contextos possíveis de uso de cada forma particular” (BAKHTIN, 2006, p. 96).

Com isso, Silva (2018) e Antunes (2003) compartilham da mesma convicção, reafirmando que o ensino de LP não se reduz a compreensão da gramática ou norma culta, também se agrega às inúmeras dimensões de atividades sociais, sendo o meio essencial para a inserção dos sujeitos as dinâmicas sociais. Portanto, é elementar na promoção da cidadania.

O marco no Brasil que proporcionou a mudança na maneira como se concebia o ato de ensinar e aprender a língua materna, foi a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs, entre os anos de 1997 a 2002. Os PCNs são documentos que reúne propostas para a renovação do ensino nas escolas brasileiras, contemplando orientações e novas abordagens e metodologias para todas as disciplinas, inclusive a LP, pautadas pela visão interacionista discursiva da linguagem para constituir o letramento.

O PCN de Língua Portuguesa, na parte direcionada a segunda etapa do Ensino Fundamental, ressalta que a Língua Portuguesa é uma língua variável composta por diversos dialetos influenciados também pelos aspectos geográficos e sociais. Logo, percebemos a presença de termos que definem essa mudança, como letramento, tipo

textual, gênero discursivo, condições de produção, coesão e coerência, variação linguística, intertextualidade, multimodalidade, atos de fala, dentre outros.

Essas mudanças começaram a surgir a partir de críticas frequentes ao modelo de ensino de língua tradicional, como menciona o PCN (1998):

[...] a desconsideração da realidade e dos interesses dos alunos; a excessiva escolarização das atividades de leitura e de produção de texto; o uso do texto como expediente para ensinar valores morais e como pretexto para o tratamento de aspectos gramaticais; a excessiva valorização da gramática normativa e a insistência nas regras de exceção, com o conseqüente preconceito contra as formas de oralidade e as variedades não padrão; o ensino descontextualizado da metalinguagem, normalmente associado a exercícios mecânicos de identificação de fragmentos linguísticos em frases soltas; a apresentação de uma teoria gramatical inconsistente (BRASIL, 1998, p.18).

Reconhecemos, desde modo, que a preocupação com as práticas contextualizadas, propiciaram reflexões e iniciativas para tentar contribuir com a formação essencial de um praticante social da língua.

Tal praticante da língua deveria compreender e interpretar um texto a partir de suas especificidades, o que não é simplesmente decodificar e extrair a informação, mas, deter competências para selecionar informações, fazer inferências e conclusões mediante as outras leituras que o texto proporciona. Para que possa progredir de forma ativa e crítica na aquisição dos conhecimentos.

As Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCN+EM), voltadas a Linguagens, Códigos e suas tecnologias, que norteiam o trabalho pedagógico, enfatizam que:

[...] o ensino de Língua Portuguesa, hoje, busca desenvolver no aluno seu potencial crítico, sua percepção das múltiplas possibilidades de expressão linguística, sua capacitação como leitor efetivo dos mais diversos textos representativos de nossa cultura. Para além da memorização mecânica de regras gramaticais ou das características de determinado movimento literário, o aluno deve ter meios para ampliar e articular conhecimentos e competências que possam ser mobilizadas nas inúmeras situações de uso da língua com que se depara, na família, entre amigos, na escola, no mundo do trabalho (BRASIL, 2002, p.55).

Compreendemos que, o ensino de LP necessita se contextualizar a realidade sociocultural, propiciar momentos em que os alunos ampliem e aprendam a utilizar seus conhecimentos, desenvolvendo competências para diferir a aplicação da língua nos diferentes contextos socio comunicativos de linguagens. Dessa forma, se propõe que o educando seja o protagonista de seu aprendizado e conhecedor do mundo e realidade que está inserido.

As práticas de linguagens no documento, são efetivadas em texto sob a justificativa de que o ensino e aprendizado da língua se alicerça em práticas

discursivas/textuais. Desse modo, “Os textos são a concretização dos discursos proferidos nas mais variadas situações cotidianas” (BRASIL, 2002, p 58). Assim, as práticas de linguagens giram em torno dos gêneros textuais/discursivos.

Nesta perspectiva, a linguagem é estruturada em três níveis de competência: a interativa, gramatical e textual, para constituir o ideal do letramento, isto é, o uso da oralidade e escrita em práticas sociais. Costa e Araújo (2020), discutem que o PCNEM propõe a análise e criação textual sob os vários planos e contextos enunciativos da língua enquanto produto dialógico da linguagem.

De tal forma, é almejado que o educando tenha acesso a diversos gêneros textuais/discursivos orais ou escritos, para compreender o dinamismo das linguagens e as entrelinhas dos diversos discursos atemporais e temporais, orais, impressos, digitais e multimodais presentes na atualidade social. Valorizando os procedimentos de ordem estéticos gramaticais sem perder o respeito para com as variações dialetais do tempo e espaço (BRASIL, 2002).

O documento também reflete sobre a necessidade de entrelaçar o aprendizado gramatical da língua às situações discursivas orais e textuais, que contribuam para a tolerância, respeito, justiça, etc., em prol da evolução do posicionamento crítico, ético e cidadão do estudante a partir da interação. Oportunizando ao educando a valorização e formulação e de opiniões pautadas em argumentos sucintos, manifestando seu posicionamento sem perder o respeito com as diferenças de visões de mundo cultural que abrange as variações linguísticas sociais (BRASIL, 2002).

Neste sentido, o trato com a língua materna em sala de aula deve propiciar aos jovens o contato com situações problemas que estimulem a reflexão dos valores tanto para consigo, quanto para com o outro e comunidade ao nível local e global, despertando a responsabilidade e defesa dos direitos individuais e coletivos (BRASIL, 2002). As orientações expostas no PCN+EM mostram a importância de não só capacitar o aluno ao conhecimento da gramática e às práticas de letramento, mas também à consciência cidadã de suas ações em sociedade.

Entre 2015 e 2018, foi promulgada a Base Nacional Curricular (BNCC), para todos os níveis do ensino Básico. O Documento é uma exigência do Sistema Nacional de Educação, já mencionado na Constituição de 1988, LDB, e no Plano Nacional de Educação (PNE), no qual manifesta a necessidade de estabelecer uma base comum entre todos os currículos em rede nacional. Na versão final, de 2017 para as diretrizes ao nível Infantil e Fundamental, e de 2018 para o Ensino Médio, definindo os conhecimentos e

objetivos de aprendizagem, no intuito de garantir os direitos e a formação cidadã dos educandos.

A BNCC é um documento oficial que objetiva contribuir para a garantia do acesso ao ensino de qualidade e com equidade, norteando as ações educacionais em âmbito federal, estadual e municipal. Assim, formula os currículos alinhados a um patamar comum, determinando os direitos, objetivos de aprendizagem que acompanham as etapas de ensino e desenvolvimento. O documento aborda que, “[...] espera-se que a BNCC ajude a superar a fragmentação das políticas educacionais, enseje o fortalecimento do regime de colaboração entre as três esferas de governo e seja balizadora da qualidade da educação” (BRASIL, 2018, p. 08).

Guedes, Bressanin e Soares (2019) tratam a BNCC como política linguística, já que produz significados e impactos para os educandos em sociedade, uma vez que é a partir da língua que se tem ingresso a cidadania e ao trabalho. Nesse cenário, a LP é uma ferramenta para a transformação social por meio da reflexão e apropriação das linguagens.

Neste sentido, o trato com a língua materna é guiado para a continuidade de um ensino “[...] voltado para formar um cidadão crítico e preparado para o trabalho, [...] tem-se ainda a “cidadania” como efeito de sentido, efeito ideológico tal como materializado nos Parâmetros Curriculares Nacionais” (SILVA, 2017, p.318 apud GUEDES; BRESSANIN; SOARES, 2018, p. 42).

Por esta razão, verificamos que o componente curricular de Língua Portuguesa tem oferecido progressivamente menor espaço para a língua na óptica gramatical, beneficiando o estudo da manifestação da linguagem por meio das práticas de letramento e multiletramentos. Posto isto, podemos relacionar influências dos PCN+EM na estruturação do atual documento que rege o ensino básico no país, pelo qual é a base do trabalho docente para as práticas e eventos de letramentos e multiletramentos, no eixo de Linguagens e Códigos e suas Tecnologias, Língua Portuguesa: a BNCC.

A BNCC é organizada por meio de sete competências que viabilizam o de importantes habilidades para a formação integram do educando.

Na BNCC, competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho. Ao definir essas competências, a BNCC reconhece que a “educação deve afirmar valores e estimular ações que contribuam para a transformação da sociedade, tornando-a mais humana, socialmente justa [...]” (BRASIL, 2018, p. 8).

Diante disso, as competências e habilidades almejam tanto oportunizar ao educando a igualdade de direitos ao conhecimento, independente da região e classe socioeconômica, como também o desenvolvimento de capacidades para sua atuação em sociedade.

Notamos na primeira e terceira competências específicas do eixo de Linguagens e suas tecnologias, voltada para o Ensino Médio, a ênfase na pluralidade das linguagens de diferentes esferas para o incentivo de habilidades em diferentes perspectivas:

Compreender o funcionamento das diferentes linguagens e práticas culturais (artísticas, corporais e verbais) e mobilizar esses conhecimentos na recepção e produção de discursos nos diferentes campos de atuação social e nas diversas mídias, para ampliar as formas de participação social, o entendimento e as possibilidades de explicação e interpretação crítica da realidade e para continuar aprendendo.

[...]

Utilizar diferentes linguagens (artísticas, corporais e verbais) para exercer, com autonomia e colaboração, protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva, de forma crítica, criativa, ética e solidária, defendendo pontos de vista que respeitem o outro e promovam os Direitos Humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável, em âmbito local, regional e global (BRASIL, 2018, p. 490).

Ambas competências pretendem desenvolver capacidades para os educandos serem críticos, independentes e capazes de trabalhar em grupo, bem como para aperfeiçoar a análise e percepção dos discursos de diferentes setores e grupos sociais presentes nas diversas linguagens utilizadas para produzir e disseminar o conhecimento.

Além disso, as práticas de letramento se expandem, devendo preparar os cidadãos para lidar com as diversas leituras do mundo à sua volta, através das interações sociais pluralizadas diante das mídias digitais. Assim, é possível estudar os multiletramentos presentes na sociedade contemporânea por meio das práticas em Língua Portuguesa, o que favorece o aprendizado e a análise da língua como um meio de interação social (FERRAZ, 2019).

As práticas de linguagens no Ensino Médio voltadas à LP devem envolver a escuta e a fala, a leitura, a produção de textos e a análise linguística/semiótica (BRASIL, 2018), sempre com o objetivo de enfatizar o protagonismo, a autonomia e a cidadania. Dessa forma, os alunos deveriam ser estimulados a se manifestar criticamente nas diferentes esferas de comunicação, sobre acontecimentos de crises e eventos políticos, ambientais e socioculturais ligados à atualidade e futuro próximo.

No Ensino Médio, o trabalho com a língua materna gira em torno aos campos de atuação, trazendo a possibilidade de abordar diferentes temáticas da vida

individual/social, artística/literária, pesquisa/acadêmica, tecnologias/mídias, sob temáticas como Direitos Humanos, mídia como elemento independente para a democracia, discursos de ódio, fenômeno pós-verdade, etc. (BRASIL, 2018; GUEDES, BRESSANIN; SOARES, 2019). Assim, o estudo da língua se pauta nos gêneros textuais discursivos contemporâneos da realidade de mundo real e digital.

Com o propósito de consolidar o domínio dos gêneros textuais/discursivos nas práticas concretas das relações sociais, é enfatizado o foco na análise da complexidade dos eventos socioculturais e habilidades de reflexão sobre textos e práticas que refletem tais acontecimentos. Na maioria das habilidades voltadas para os eixos temáticos, o trabalho com a língua é direcionado para atuação, reflexão, interpretação, crítica, participação e intervenção na sociedade. Diante disso, percebemos a potencialidade do ensino de LP para com o desenvolvimento cidadã crítico do educando (BRASIL, 2018).

Por conseguinte, Silva (2018) defende processo de ensino de LP como uma atividade complexa que deve ser encarada como tal, pois, envolve a apreensão da gramática ao entorno de contextos sociais individuais, onde as diferentes linguagens se manifestam e produzem sentidos nas práticas sociais. Assim, a formação do aluno na língua materna não poderia se restringir na apropriação simplória dos mecanismos estruturais gramaticais de forma insolada, mais sim através da língua/linguagem como centro para aprendizagem e formação de um sujeito consciente, crítico e responsável consigo e em sociedade.

Diante da mudança da língua e seu simbolismo social e político, o docente não deveria ficar preso a procedimentos arcaicos, já que a transformação do ensino só foi possível devido ao fracasso dos métodos tradicionais (COSTA; ARAÚJO, 2020). Com isso, é preciso que as ações docentes se atualizem e os sistemas de ensino ofereçam estruturas para que se apliquem as práticas pedagógicas aqui discutidas, para atender às necessidades de aprendizagem da língua materna para sua prática social, propostas pelos PCNs e a BNCC.

No item seguinte, explanamos a respeito dos gêneros textuais como manifestações discursivas por meio das linguagens que os indivíduos utilizam socialmente, resultando em suas práticas e eventos de letramentos sociais. Assim, abordamos as concepções de Antunes (2009); Bakhtin (1997; 2006) Fiorin (2011); Kleimann (2008); Loureiro (2014) e Marcuschi (2002;2008); e Rodrigues; Cerutti-Rizzatti, (2011).

2.2 Gêneros Textuais e Letramento

É evidente que a língua é uma atividade essencialmente humana, manifestada através da linguagem apreendida através dos entornos socioeconômicos nas esferas sociais. Tais âmbitos são caracterizados pelo uso que indivíduo faz da língua como linguagem por meio de discursos orais e escritos, a fim de expressar seus objetivos e finalidades discursivas. Conforme Antunes (2009), “O povo tem uma identidade, que resulta dos traços manifestados em sua cultura, a qual, por sua vez, se forja e se expressa pela mediação das linguagens, sobretudo da linguagem verbal (ANTUNES, 2009, p. 10)”.

Percebendo isso, Bakhtin (1997) considera que todo ato de comunicação é efetivado por enunciados, que representam a compreensão, o sentido e manifestação individual do falante. Os enunciados são produzidos na interação discursiva, na ação concreta entre indivíduos em contextos sociais reais (MARCUSHI, 2008). Através dos enunciados, os gêneros discursivos se expressam em diversas variedades, podendo ser primários: em interações discursivas simples do cotidiano; ou secundários, em relações mais complexas com o uso da língua padrão em contextos aprimorados e formais.

Cada esfera de atividade humana consolida inesgotáveis repertórios discursivos, incumbidos pela cultura e relações sociais que se adequam as situações de uso (FIORIN, 2011). Nesse sentido, podemos afirmar que os gêneros estão correlacionados aos enunciados que mudam ou se modificam com o passar do tempo (MARCUSHI; 2008).

Fiorin (2011) reflete sobre o gênero segundo a ótica bakhtiniana, abordando que o mesmo estabelece uma ligação entre linguagem e vida social, é uma propriedade de domínio nato do ser humano, manifestado em todos os âmbitos da atividade social. É a partir dele que a prática enunciativa/discursiva (textual ou oral) se evidencia, sob as caracterizações: conteúdo temático, o assunto e o sentido; construção composicional, estrutura organizacional (coerência, coesão, etc.) de determinado assunto; e ato estilístico, voltado as escolhas linguísticas, isto é, as escolhas frasais, gramaticais e lexicais.

Diante disso, Bakhtin (2006) afirma que nos expressamos diariamente tanto em situações formais ou informais, através de gêneros discursivos. Os enunciados ou gêneros são os fios condutores para a manifestação e compreensão da linguagem. Por essa razão, é por meio dos gêneros que a linguagem se manifesta e a língua é encarada de forma dialógica e heterogênea (RODRIGUES; CERUTTI-RIZZATTI, 2011).

Os gêneros discursivos são denominados também como textuais, são atividades sociais que exprimem o funcionamento da linguagem na vida cotidiana (MARCUSCHI, 2008). Marcuschi (2002, p. 22) aborda que “[...] gêneros textuais se constituem como ações sócio discursivas para agir sobre o mundo e dizer o mundo, constituindo-o’ de algum modo”. Há, contudo, distinção entre gênero textual de tipo textual.

O tipo textual é uma manifestação diferente do gênero, é um conjunto de práticas limitadas, condicionadas a categorias teóricas de operacionalização da língua enquanto forma composicional, isto é, textual. É o condicionante linguístico para se concretizar as práticas comunicativas pautadas por características sociocomunicativas culturais dos falantes (MARCUSCHI, 2002; 2008).

Porquanto, texto é discurso, uma vez que representa uma entidade de comunicação, é a materialidade linguística do gênero textual/discursivo sob determinado tipo textual (MARCUSCHI, 2002) nas práticas de letramento em LP.

Abordar o conceito de letramento requer a compressão que sua prática ultrapassa os limites linguísticos do domínio língua enquanto signo, pois, mesmo uma pessoa analfabeta pode ser letrada, uma vez que atua na sociedade letrada que se comunica e se relaciona através da língua. Conforme Kleimann (2008), “[...] podemos definir hoje o letramento como um conjunto de práticas sociais que usam a escrita, como sistema simbólico e como tecnologia, em contextos específicos, para objetivos específicos (KLEIMAN, 2008, p:18; apud PEREIRA, 2014, p. 4)”.

De acordo com Loureiro (2014), o letramento se constitui a partir das práticas discursivas presentes nas esferas e grupos sociais, que influenciam na concepção dos sentidos. É por meio das práticas de letramento que participamos, construímos e produzimos nossas identidades sociais, as práticas de letramento são ações para além da alfabetização escolar. É a apropriação das capacidades de leitura e escrita, para atuação nos entornos sociais que envolvem a língua escrita. É a manifestação de tais competências contextualizadas nas diferentes práticas comunicativas que o indivíduo participa cotidianamente.

Para tanto, há uma diferença entre termos que envolvem ações de letramento. Rodrigues e Cerutti-Rizzatti (2011), discorrem sobre a diferença entre práticas e eventos de letramento.

Práticas de letramento são os diferentes modos pelos quais os indivíduos lidam com a escrita, a partir das diferentes realidades socioculturais em que estão inseridos, é a frequência da presença e ausência da escrita e seu uso em práticas diárias. Já os eventos

de letramento se relacionam às ocasiões de interação nas quais a linguagem escrita é o meio condutor para a produção linguística, seja oral ou escrita, que resultam da interação em práticas de letramento (RODRIGUES; CERUTTI-RIZZATTI, 2011).

[...] as práticas de letramento referem-se a esse conceito cultural mais amplo das formas específicas de pensar e de fazer a leitura e a escrita dentro dos contextos culturais”. Assim, poderíamos entender tais práticas como a forma com que os diferentes grupos atribuem valor aos eventos, os fundamentos socioculturais e históricos sobre os quais tais eventos se realizam (STREET, 2003, p. 8; apud RODRIGUES; CERUTTI-RIZZATTI, 2011, p. 136).

Os autores supracitados consideram necessário que a prática docente se baseie no gênero como guia para propostas de eventos de letramento, devido à sua natureza social e eminentemente discursiva. Além disso, as propostas de evento de letramento em LP devem ser condizentes com as práticas socioeconômicas e culturais que os educandos participam, para que deste modo, o ensino e a aprendizagem se efetivem de forma produtiva e contextualizado as vivências socioculturais dos educandos.

No próximo tópico, discutimos mais especificamente a presença dos gêneros textuais nas práticas de letramentos na sociedade, enfatizando os multiletramentos como nova forma de manifestação das linguagens nas relações sociais na atualidade. Diante disso, corroboramos a BNCC (2018), e os autores Ferraz (2019); Marcuschi (2002); Rojo e Barbosa (2015); Rojo e Moura (2012); para fundamentar as discussões acerca da necessidade dos multiletramento e dos gêneros contemporâneos digitais no ensino de Língua portuguesa.

2.3 Gêneros Textuais Digitais e Multiletramentos

Com a globalização e evolução tecnológica, o acesso e relacionamento com a informação e comunicação, se remodelaram e surgiram novos meios de expressão discursiva, por meio das tecnologias digitais. Com a contextualização da *internet*, estamos vivenciando a hipermodernidade no acesso à informação. Logo, verificamos o surgimento de novos gêneros e adequação dos já existentes para o contexto contemporâneo.

Conforme Marcuschi (2002), a revolução da cultura digital provocada pela *internet*, trouxe grandes modificações nas formas de comunicação oral e escrita, conseqüentemente do acesso à informação da sociedade. Com isso, surgiram novos gêneros textuais e a modificação de antigos para os moldes do meio digital, que aproximaram ainda mais as relações entre a escrita e oralidade, dispendo de novas utilizações da linguagem na sociedade.

Os gêneros textuais digitais são caracterizados pelo hibridismo nas relações entre oralidade, escrita, permitindo a amplitude da integração entre diversas semioses. Assim, as linguagens se misturam para facilitar o conhecimento, a informação e a comunicação na cultura digital atual (MARCUSCHI, 2002).

Atualmente, percebemos a presença de textos multimodais nos meios digitais de informação e comunicação, característicos pela presença de múltiplas linguagens (gestual, oral, musical, textual, imagético, etc.) e semioses (significados) em sua composição (ROJO; BARBOSA, 2015). Assim, nos dias atuais as práticas de leitura, audição, produção e análise textual, são permeadas pela construção discursiva atrelada a múltiplas formas de letramento e esferas (ROJO; MOURA, 2012), constituindo os multiletramentos.

Segundo Rojo e Moura (2012), multiletramentos são os novos processos de apropriação da informação e comunicação contextualizados a era digital. Estão associados a pluralidade cultural da sociedade letrada, visto que, as práticas de letramento se constituem de um hibridismo, relacionado aos diferentes contextos de atuação social onde os textos são constituídos. E semiótica para a formação dos sentidos, que englobam diversas linguagens na criação dos textos contemporâneos. Destarte, os multiletramentos apresentam características próprias como:

- [...] (a) eles são interativos; mais que isso, colaborativos;
- (b) eles fraturam e transgridem as relações de poder estabelecidas, em especial as relações de propriedades (das máquinas, das ferramentas, das ideias, dos textos [verbais ou não]);
- © eles são híbridos, fronteiriços, mestiços (de linguagens, modos, mídias e culturas) (ROJO; MOURA, 2012, p. 23).

Os multiletramentos viabilizam interações entre leitor, linguagens e texto/discurso sob diferentes mídias, já que, oportuniza o diálogo entre diferentes autores, ferramentas, usuários e discursos (ROJO; BARBOSA, 2012), presentes nos inúmeros ambientes virtuais que oportunizam o aprendizado de conhecimentos oriundos de distintas áreas, culturas e esferas socioeconômicas.

Para Ferraz (2019), as técnicas de ensino necessitam ser para além da propagação do conhecimento científico, mas considerar a expressão humana no mundo. Com isso, jamais devemos desconsiderar a importância das mídias digitais no desenvolvimento do ensino de língua materna, pois, seus aparatos de informação e comunicação acarretam uma grande responsabilidade na formação crítica, linguística, social e cidadã do indivíduo.

As práticas pedagógicas devem considerar os gêneros textuais digitais para a construção intelectual dos educandos, pois são condicionantes para as práticas e eventos de letramento contemporâneo, a partir dos quais o trabalho com os multiletramentos se efetiva, pois, atualmente as práticas discursivas se embasa em um aporte da *internet*, para compreender a pluralidade de saberes e sentidos.

Em LP, os multiletramentos estão presentes na BNCC (2018), como meio de inclusão da cultura digital e da diversidade nas práticas pedagógicas. O documento reitera a importância da pluralidade cultural na construção educacional do educando, frisando que “[...]é importante contemplar o cânone, o marginal, o culto, o popular, a cultura de massa, a cultura das mídias, a cultura digital, as culturas infantis e juvenis, de forma a garantir uma ampliação de repertório e uma interação e trato com o diferente” (BRASIL, 2018, p.70).

A BNCC (2018) inclui a diversidade cultural dos grupos sociais, como propostas para se trabalhar o desenvolvimento de habilidades de análise, debate, compreensão, intervenções, etc., de diferentes perspectivas sobre as realidades de mundo que contorna os setores sociais. Assim como, a implementação de variadas semioses, visando a compreensão e utilização de seus funcionamentos, para a construção de discursos e sentidos, nas formas de comunicação, oral, textual e digital.

Com isso, Rojo e Barbosa (2015) discutem algumas possibilidades de trabalho das especificidades linguísticas, através dos gêneros discursivos/textuais, presentes nas esferas: jornalística e artístico-literária. Em função da aprendizagem dos multiletramentos, por meio de interações em contextos multiculturais que os educandos estão inseridos.

A seguir, examinamos a presença do gênero digital notícia *online* e suas características multiletradas nas práticas de linguagens em língua materna. Logo, nos concentramos na BNCC (2018); Rojo e Moura (2012); Rojo e Barbosa (2015) e Rodrigues; Cerutti-Rizzatti (2011) para aprofundar essas discussões.

2.3.1 Gênero Textual Digital Notícia *Online*

A esfera jornalística é composta por vários gêneros que se adaptaram para suprir as novas necessidades de comunicação mais rápida e globalizada. A informação é propagada através das mídias digitais onde a notícia se propaga. Deste modo, com o contexto digital, o acesso à informação se mostra mais acessível, principalmente para

regiões onde o jornal impresso nunca apareceu, e hoje a informação se dá através de amplos veículos midiáticos como *blogs*, *sites*, redes sociais e páginas de notícias, que fazem parte do meio da *internet*.

O gênero notícia *online*, faz parte da esfera jornalística “[...] responsável pelo “controle” e circulação da informação” (ROJO; BARBOSA, 2015, p. 141). O modo *online*, se adapta a realidade atual de aquisição da informação, apresenta sua hipermídia de base escrita que podem mesclar com outras ferramentas multimídia para se noticiar amplas temáticas (ROJO; MOURA, 2012).

No Ensino Médio, a BNCC (2018) dedica um eixo da disciplina de LP para o campo “jornalístico-midiático”, objetivando atrair e engajar os jovens em diversos tipos de experiências de participação, à informação e opinião. Assim, busca-se: conhecer diferentes formatos de projetos editoriais; analisar a imparcialidade e parcialidade nos discursos digitais; checar a veracidade de informações na web; refletir sobre os vieses do consumo; discutir e argumentar criticamente sobre questões de relevância local e global; explorar e produzir textos multiletrados e baseados em gêneros; etc. (BRASIL, 2018).

Sua principal característica é a textual, apresenta de modo claro e objetivo o relato e a narração de forma organizada, para que o leitor consiga compreender de o repertório temático ali discorrido. Sua página de acesso é composta por signos uniformes, imagens, vídeos, áudio ou música. Em alguns casos, envolve entrevistas com a sociedade civil e comunidade científica para aprimorar a informação dada ao leitor.

A notícia *online* pode ser acessada em diferentes tipos de aparelhos eletrônicos, como: celular, tablets, notebooks. Por meio de *links*, que apresenta uma composição permeada de hipertextos, onde a mistura de linguagens favorece a significação (ROJO; MOURA, 2012). Suas práticas de letramento se dão estritamente por meio da linguagem formal e informativa, podendo ser descritivo e/ou narrativo simultaneamente.

O trabalho com o gênero textual notícia *online*, favorece a interação entre o tema e educando, uma vez que, ao se informar sobre determinado fato, a atividade favorece a implementação da realidade social como norte para o desenvolvimento da participação em atividades de cunho crítico e argumentativas. As práticas de letramento, nesta perspectiva, são conduzidas pela reflexão da realidade alvo de discussão (RODRIGUES; CERUTTI-RIZZATI; 2011), incluindo no evento de letramento as práticas letradas da sociedade contemporânea.

Rodrigues e Cerutti-Cerutti (2011) refletem que o uso de notícias de meios eletrônicos em aulas de LP, devem estar materializadas da forma real no ato da proposta.

O enunciado deve ser reproduzido em telas vinculadas a internet, sejam aparelhos eletrônicos ou outros meios de reprodução. Para que a ação docente pautada pelo gênero contemple sua razão e modo, a fim de não perder sua veracidade.

Na sessão seguinte discorreremos sobre o gênero canção e sua relevância nas práticas de linguagens em LP, uma vez que, é muito presente na vida dos estudantes, e sua manifestação multiletrada influencia na construção dos sentidos. Assim, nos baseamos em Antunes (2003); Bakhtin (2006); BNCC (2018); Monzoni e Rosa (2010); PCNEM (2002); Rojo e Barbosa (2015); Rodrigues e Cerutti-Rizzatti (2011); Souza (2010; 2015); e para validar sua necessidade nas aulas de língua materna.

2.3.2 Gênero Textual Digital Canção

A BNCC também inclui o “campo artístico-literário” como práticas pedagógicas em LP. Propondo a ampliação do contato dos jovens a diferentes manifestações artísticas, afim de que, compreendam os funcionamentos das linguagens ao analisar divergentes discursos que circulam na sociedade por meio das artes (BRASIL,2018). Um dos objetivos do eixo artístico-literário é: “[...] produzir apresentações e comentários apreciativos e críticos sobre livros, filmes, discos, canções, [...]” (BRASIL, 2018, p .526).

Rojo e Barbosa (2015) incluem a canção como uma hipermídia de base de áudio, sendo tratada por Souza (2015) como um gênero textual, que se atrela com as práticas sociais de letramento.

Um mesmo gênero pode ser vinculado a diferentes práticas de letramento, em esferas distintas, como no caso do gênero canção, relacionado a práticas letradas como a escrita de críticas musicais na esfera jornalística, ou a práticas orais como uma conversa entre amigos na esfera do cotidiano, ou ainda na esfera escolar, como preencher lacunas e discutir o conteúdo da letra (SOUZA, 2015, p. 179).

Compreendendo que o letramento envolve práticas de linguagens desenvolvidas pelos contatos culturais, sociais e econômicos, o gênero canção possibilita envolver diferentes campos do conhecimento para a construção e aprimoramento das interpretações que a compõe.

A canção, se constitui na junção de linguagens oral e textual, divulgada por grupos artísticos através de plataformas digitais midiáticas, objetivando propagar críticas e visões de mundo, assim como, a reflexão sobre temas de relevância social, alcançando diferentes grupos e esferas sociais.

Na época atual, o acesso a músicas, mais precisamente as canções, é por meio das plataformas digitais de áudio, viabilizadas pela *internet*. A música faz parte da construção identitária sociocultural dos grupos sociais, pelos quais têm preferências por determinados estilos e gêneros musicais, sendo executadas a partir de aparelhos tecnológicos. Logo, é notório a presença de canções em situações de interação social, permeadas por múltiplos significados sociais.

Na visão de Souza (2015), da mesma forma que os gêneros textuais discursivos são situados a circunstâncias específicas de uso e grupo social, a canção segue esta prerrogativa. Toda canção implica um público alvo e uma forma de interpretação, a partir de seu contexto de produção, recepção e circulação (SOUZA, 2010; 2015). Assim, se constituem como gênero, concordando com a teoria bakhtiniana, sobre a perspectiva de o discurso ser destinado a campos de comunicação específicos de seu destinatário (BAKHTIN, 2006).

Manzoni e Rosa (2010) dissertam que, o gênero canção apresenta um hibridismo de dimensões, sendo denominado como “litero-musical”. Pois, é constituído da esfera literária, devido seus aspectos linguísticos textuais, que proporcionam práticas de leitura e interpretação textual, se relacionando a aspectos sociais por meio da linguagem; e musical, a partir de teor melódico e rítmico que favorecem a sensibilidade e fruição musical atrelada as manifestações discursivas.

Além disso, em ambas esferas apresentam conteúdo temático, estilos e composição (SOUZA; 2010). O discurso se apresenta pela articulação entre texto e música, favorecendo os fatores interpretativos. Em sua constituição integral favorece a construção de significados a partir do contexto sociocultural e econômico pelo qual é reproduzida.

Neste sentido, o trabalho com o gênero canção deve considerar suas materialidades textuais e musicais para o desenvolvimento das capacidades analíticas e reflexivas que ambas esferas unidas conseguem propiciar (MONZONI; ROSA, 2010). “Nas canções, poderemos encontrar a articulação do signo lingüístico (palavra) e a simbologia referente a ele na melodia” (BRASIL, 2002, p. 181).

Sua inclusão nas práticas de letramentos e multiletramento em LP, apresentam um grande potencial para atividades de debate e argumentação, distinção dos gêneros (em dimensão musical e textual, literário) na sociedade, crítica e reflexão sociocultural, entre outras inúmeras possibilidades interpretativas do mundo real.

De acordo com Antunes (2003), a leitura requer interações tanto entre sujeitos, como com as intenções do autor. O processo interpretativo requer de saberes extralinguísticos para se constituir. O gênero canção possibilita a interação entre os saberes constituídos socialmente e apreciação musical, juntos, enriquecem os fatores interpretativos sobre o mundo. Ao contrário disso, se alcançaria apenas a interpretação da letra musical, insolada de sua atuação integral na sociedade.

Haja vista, conferimos que para a efetivação de tais propostas interacionista de ensino de língua materna, é necessário conduzir as práticas pedagógicas por meio dos gêneros discursivos/textuais (RODRIGUES; CERUTTI-RIZZATTI, 2011). As práticas pedagógicas alinhadas aos contextos sociais que os gêneros discursivos/textuais digitais abordam em seu estilo temático e composicional, favorecem o aprimoramento do aprendizado de LP por meio de situações reais de uso.

Dessa forma, os gêneros textuais que existem na esfera digital, como a notícia *online* e a canção, representam a materialidade das interações dos jovens contemporâneos, uma vez que, estão inseridos em um contexto histórico social com uma grande variedade de usos das linguagens para a informação, comunicação e expressão.

A seguir, articulamos o ensino de Língua Portuguesa com a introdução de tópicos de Educação Ambiental nas práticas de linguagens, para construir sentidos críticos. Dessa forma, os autores Alves, Meirelles, Pereira (2015); Antunes (2009); Barcelos (2012); David (2016); Furtado *et al* (2018); Jacobi (2003); Loureiro e Torres (2014); Marcuschi (2008); Reigota (2009) e o documento normativo BNCC (2018); colaboram para as possibilidades de tal conexão.

2.4 Ensino de Língua Portuguesa a partir da Educação Ambiental

É perceptível a capacidade transformadora do ensino de Língua Portuguesa quando lidamos com temáticas atuais, nas práticas de linguagens orais e escritas. A importância das aptidões que incentivam o diálogo, a autonomia, protagonismo e a cidadania, no processo de educação, requerem uma postura crítica frente aos acontecimentos sociais, o que enriquece as chances de pensar sobre temas, como, por exemplo, a questão socioambiental.

Atualmente, notamos que há um consenso de que a educação deve ser voltada não somente para a transmissão de conhecimentos históricos, mas também para a formação de cidadãos capazes de conviver com a diversidade, defendendo valores democráticos,

como a igualdade, a proteção do meio ambiente, etc. (DAVID; 2016). De tal forma, é necessário repensarmos os nossos posicionamentos em relação ao meio ambiente, para assegurarmos uma qualidade de vida para a atual e futuras gerações.

Vivenciamos um período onde a crise ambiental perpassa o meio ecossistêmico, se manifestando também, nas percepções de mundo e nas condutas autodestrutivas do indivíduo na sociedade (JACOBI, 2003), os transformando em agentes da degradação e conseqüentemente de sua péssima qualidade de vida. Ademais, na contemporaneidade, a natureza é percebida sob uma perspectiva mais ampla e complexa.

Além da degradação da natureza e irresponsabilidade estrutural na educação da maioria das pessoas, os fatores econômicos e sociais também estão integrados às ações de depredação do meio ambiente e extinção de espécies, incluindo a vida humana (ALVES; MEIRELLES; PEREIRA, 2015).

Neste contexto, o eixo de Língua Portuguesa apresenta grande relevância para o trato ambientalista, tal como é mencionado na competência três da BNCC, em utilizar diversas linguagens para exercer a cidadania, a crítica e a solidariedade em relação a temáticas amplas, como a consciência socioambiental (BRASIL, 2018). Ao salientar a relevância da compreensão socioambiental, percebemos o caráter pedagógico da ligação entre meio ambiente e sociedade, possibilitando a aplicação de práticas de Educação Ambiental ligadas às de linguagens.

Segundo Reigota (2009), a Educação Ambiental é um meio de educação permanente, foca em ações pedagógicas centralizadas na conscientização e participação dos educandos, no desenvolvimento de competências que oportunizem a mudança de comportamento e pensamento, e amplie as capacidades de avaliação sobre temáticas ambientais. Logo, um de seus objetivos é “[...] levar os indivíduos e os grupos associados a tomarem consciência do meio ambiente global e de problemas conexos e de se mostrarem sensíveis aos mesmos (REIGOTA, 2009, p. 54).

A EA é um direito cidadão, que almeja transformar os valores apreendidos socialmente em prol do meio ambiente. É uma educação permanente de aprendizagem e valorização dos conhecimentos ambientais. Visa modificar as percepções e condutas sociais, sob uma nova ética e valores morais, ampliando o discernimento de correlação entre meio ambiente e a condição da vida de todos no planeta. (JACOBI, 2003).

A efetivação de práticas em EA busca, não somente instigar nos educandos a clareza da importância do seu papel em sociedade para se alcançar um bem-estar comum, e estimular o espírito de corresponsabilidade. Também anseia construir conhecimentos,

atitudes racionais, valores e estimular a participação social para a conservação do meio ambiente.

Neste contexto, as aulas de LP possibilitam trazer ao âmbito escolar importantes questões da vida cotidiana, ao articular temas que abrangem a realidade, viabiliza relacionar o cotidiano dos estudantes aos objetos de reflexão. Como David (2016, p. 137) declara, “[...] as aulas de Língua Portuguesa podem não mudar a sociedade, porém propicia que articulem questionamentos acerca da sociedade, torna-se um espaço de transformação”.

Ao se discutir temáticas ambientais nas aulas de LP, é possível exercitar variadas habilidades impostas na BNCC como: reflexão crítica e análise de variados gêneros textuais/discursivos sobre os fatos sociais; praticar a análise de linguagens, apreciação ética, política e estética; se informar através de variados meios de propagação do conhecimento; comparar e distinguir informações estabelecendo sua veracidade e inferências; produzir textos orais e escritos; debater e argumentar, etc. (BRASIL, 2018).

A introdução de tópicos de EA em aulas de LP se complementam, pois ambos os temas surgem a partir dos aspectos sociais, históricos e culturais (ANTUNES, 2009; BARCELOS, 2012), o que pode aumentar o conhecimento de ambas as áreas simultaneamente. Nesse cenário, o processo de ensino e aprendizagem é focado em práticas de diálogo e interação, para que se promova o pensamento crítico autônomo, bem como a reflexão e compreensão da dimensão socioambiental, através de intervenções baseadas nos conhecimentos e experiências individuais dos educandos (JACOBI, 2003).

Bacelos (2012) defende que é possível analisar e interpretar a questão ambiental sob diversos prismas, como, por exemplo, no texto. O texto, em suas dimensões orais e escritas, assume o que Marcuschi (2008, p. 76) aborda como, “[...] um evento que ocorre na forma de linguagem inserida em contextos comunicativos”. O texto é a materialização do discurso, e o contexto é o que dá sentido à prática discursiva.

Considerando que a linguagem se expressa no texto (tanto na modalidade oral e escrita), os problemas ambientais podem ser representados por práticas de letramento e multiletramentos, permitindo a exploração de diversas temáticas socioambientais desencadeadas na disciplina de Língua Portuguesa.

Segundo Alves, Monteiro e Pereira (2015), a EA deve ser analisada sob uma perspectiva crítica, pois é um caminho inovador para proporcionar aos indivíduos uma nova forma de ensino reflexivo, que contribua para a (re)construção do espírito cidadão

diante da realidade, voltado para a transmissão de conhecimentos sustentáveis em prol das mudanças de pensamento, valores e atitudes.

A Educação Ambiental Crítica se caracteriza por ser uma prática social que compreende as questões ambientais vinculadas aos processos sociais na leitura de mundo. O ser humano se relaciona com a natureza por mediações sociais que são construídas ao longo de sua história (ALVES; MONTEIRO, PEREIRA, 2015, p. 141).

Ao analisarmos as conexões entre as ações humanas e o meio ambiente de maneira crítica, aprofundamos o nosso entendimento das relações econômicas, de consumo, políticas e culturais do mundo em que vivemos. A EAC propõe a criação de abordagens pedagógicas-metodológicas que se oponham à ideia de um sujeito (consequentemente linguagem) neutro.

Assim, conforme Furtado *et al* (2018), ao reconhecermos o caráter interacionista da linguagem, possibilitamos compreender que cada palavra carrega consigo o sentido construído pelas experiências e ideologias. Assim, o autor supracitado afirma que, “A palavra nunca é neutra, ela é uma construção social e histórica com vínculos essenciais com a formação social de seus locutores” (FURTADO ET AL, 2018, p. 373).

A abordagem crítica da EA busca através do ensino-aprendizagem, que os indivíduos sejam capazes de analisar criticamente a realidade em que estão inseridos e atuando, sendo prudentes nas relações entre sociedade, natureza e cultura, entre eles e o mundo (LOUREIRO; TORRES, 2014). Desta forma, a EAC¹ é o método mais eficaz para sua presença em aulas de língua materna no Ensino Médio, uma vez que, a leitura do mundo se materializa nas novas práticas de letramento e multiletramento, que emergem nas relações sociais.

Barcelos (2012) trata ações de leitura e escrita como práticas intermináveis de representação do mundo imaginável e também ecológico, é a partir de ambas ações que nos introduzimos no mundo vivido. Na medida que se lê um assunto voltado para o meio ambiente, permitimos regressões a momentos individuais de nossas vivências no mundo.

A interpretação do problema ambiental, ainda sobre o autor referenciado, é feita por memórias e experiências de mundo, por quê cada um reflete com seus diferentes tipos de saberes, construídos pelo espaço sociocultural, relações de poder e consumo. As produções orais e escritas são a representação de diferentes compreensões que surgem de diversos saberes e experiências.

¹ Sigla para Educação Ambiental Crítica, defendida por ALVES, MONTEIRO, PEREIRA (2015).

Sendo assim, ao representar o mundo real, podemos promover a reflexão das posturas e atitudes que estruturam a sociedade politizada de consumo em relação a questões ambientais. Além de pôr em prática as competências e habilidades que se espera em LP impostas na BNCC, em seus diversos eixos temáticos.

Diante do exposto, evidenciamos que conteúdos sobre questões sociais planetárias são ações que perpassam os conhecimentos científicos, são também a manifestação de saberes populares. Sua inserção nas práticas em sala de aula integram a realidade dos educandos nos procedimentos de ensino e aprendizagem, tornando-se meios concretos de reflexão (DAVID, 2016).

A EAC conectada aos multiletramentos em LP, possibilitaria a inclusão de reflexões sobre a postura cidadã de diversos campos de atuação social, sobre a realidade ambiental local e global. A leitura do mundo das relações socioambientais, poderia ser viabilizada pela variedade de gêneros textuais digitais, nos quais o discurso se apresenta nos campos de comunicação e informação.

Antunes (2003) argumenta que, o estudo da língua/linguagem aproximado de situações reais já é uma ação significativa de transformação, uma vez que estimula a cidadania. Nesse sentido, atividades de reflexões, críticas, discussões, identificações e saídas de problemas, ligadas a compreensão de atitudes sustentáveis no mundo, já fazem parte do percurso para a mudança nas relações entre seres humanos e natureza.

No próximo capítulo, iniciamos a discussão acerca da Educação Ambiental no mundo e seus desdobramentos no setor educacional global e nacional, de forma cronológica até os dias atuais. Juntamente, com explanações acerca do método interdisciplinar e a abordagem transversal como base para atividades em EA na sociedade, no intuito de alcançar um novo relacionamento entre seres humanos e o meio ambiente.

3. DISCUSSÕES SOBRE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO NA EDUCAÇÃO

Nesse tópico examinamos a implementação da Educação Ambiental no mundo, enfatizando cinco das diversas conferências globais que tratam a Educação como mediador do processo de conscientização. Dessa forma, abordamos o aporte teórico de Alves, Pereira e Alves (2015); Holmer (2020); Lamim-Guedes e Monteiro (2019) e Pott e Estrella (2017). E documentos do IPHAN (1995); Unesco (1975; 1977); e ONU (2012).

3.1 Principais Discussões Sobre a Educação Ambiental no Mundo

A consolidação da Educação Ambiental no mundo foi implementada nos países a partir dos avanços das conferências internacionais iniciadas nos meados de 1970, como a conferência de Estocolmo, Belgrado, Tbilisi, Eco 92, Rio +20, entre outras.

Com o surgimento da Industrialização, a humanidade passou a explorar os recursos naturais sem um respaldo ético e consciente. Até o século XIX, os prejuízos ambientais só eram identificados em certas regiões ou grandes centros industriais (POTT; ESTRELLA, 2017). A cultura consumista industrial e tecnológica em massa afeta todos os setores, tendo como foco a exploração dependente, ou seja, quanto mais se retira o recurso, mais precisa dele para sobreviver, deixando a preservação e ciclos naturais, assim como a consciência consumista em segundo plano.

A postura consumista dos países desenvolvidos sem responsabilidade sustentável, resultaram em inúmeras catástrofes ambientais danosas para o bem-estar das vidas no planeta, como: contaminação e degradação de aquíferos, mutação e contaminação radioativa, desenvolvimento de doenças a partir do contato com poluentes tóxicos, problemáticas sociais como a extinção de territórios e espécies, degradação do solo, desaparecimento de ecossistemas, dentre outros (POTT; ESTRELLA, 2017).

Tantas consequências nocivas provocaram um alerta mundial, sobre os danos provocados pela variedade de poluição. Nesse contexto, a educação global foi percebida como um meio para o surgimento de uma cultura de conscientização ambiental, sendo possível, assim, incentivar o surgimento de sociedades atentas e comprometidas com a tentativa de reestruturação das relações humanas e ambientais.

Ao longo do século XX, vários países iniciaram encontros internacionais em diversos momentos da história, reunindo diversas nações a fim de debater propostas e possíveis soluções sobre os danos que a industrialização em massa e a falta de compromisso ambiental, estavam causando na qualidade de vida do ambiente comum de todos, o planeta terra.

A conferência de Estocolmo, realizada em 1972, na cidade de Estocolmo, na Suécia, discutiu pela primeira vez a importância da educação e da interdisciplinaridade para a reestruturação das relações humanas, sociais e ambientais. Holmer (2020) expõe que a partir dessa conferência, a EA alcançou fama nos mais diversos fóruns globais, culminando na criação do Dia do Meio Ambiente (5 de junho) e de centros especializados,

como o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), pelo qual é uma autoridade reconhecida a nível mundial.

O PNUMA divide com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a liderança de práticas em prol do Meio Ambiente no âmbito das Nações Unidas, trabalhando para instruir países em como melhorar a qualidade de vida sem comprometer o meio ambiente. Como consequência, a UNESCO e a PNUMA criaram o Programa Internacional de Educação Ambiental (PIEA), que defende a implantação da EA para a reeducação dos cidadãos, tendo como objetivo proporcionar a harmonia entre a vida humana e o meio ambiente.

Em 1975, ocorreu a “Conferência de Belgrado”, na Iugoslávia, atual Servia, oportunizando a ampliação dos debates para valorização da Educação Ambiental na sociedade. Foi criado e aprovado por meio do PIEA, a Carta de Belgrado (em referência ao local de realização da reunião), na qual se destaca recomendações para alcançar um novo comportamento socioambiental, propondo a renovação dos currículos educacionais com programas e matérias (ALVES; MEIRELES; PEREIRA, 2015).

O documento da Unesco (1975) sobre a Carta de Belgrado, considera que a Educação Ambiental não seja uma disciplina exclusiva, mas implementada através da característica interdisciplinar. Os programas de Educação Ambiental devem ser interdisciplinares, estimulando a reflexão sobre a realidade a partir de diferentes áreas do conhecimento para a consciência ambiental atual e futura. Dessa forma, propuseram contextualizar a EA aos conhecimentos diante de cada realidade, sendo presente por toda a vida escolar, extraescolar e no âmbito social, persistindo no discurso da cooperação dos seres humanos à resolução dos problemas do ambiente (LAMIM-GUEDES; MONTEIRO, 2019).

A “Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental”, considerada a mais importante até os dias atuais, ocorreu em 1977, em Tbilisi, Geórgia (ex-União Soviética), foi a grande responsável pela implementação do PIEA no mundo, inclusive no Brasil. Apresenta em suas diretrizes que a EA tem como objetivo incentivar todos os grupos da sociedade a se interessar por questões ambientais. Os cidadãos devem ter contato direto com as múltiplas problemáticas ambientais de nível regional à global (UNESCO, 1977).

A EA sob esta perspectiva, conforme apontado por Lamim-Guedes e Monteiro (2019), estimula as pessoas a se interessarem e se preocuparem com a diversidade de problemas ambientais enfrentados, contextualizados à sua realidade local, o que ajuda a

perceber que as consequências são globais. Incentivando-os a refletir e agir para melhorar e proteger o meio ambiente como um todo, ligados aos aspectos sociais, econômicos, estéticos, científicos, tecnológicos, éticos, culturais; e de toda forma de vida na Terra.

O Brasil sediou duas importantes reuniões globais que trataram do tema sustentável, a primeira em 1992 e a outra em 2012, ambas na cidade do Rio de Janeiro.

Em 1992, a “Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada pela ONU (Organização das Nações Unidas) conhecida também como “Eco 92 e Rio 92”. Propôs a avaliação dos avanços ambientais desde a conferência de Estocolmo, objetivando criar documentos que auxiliem o desenvolvimento ambiental esperado, porém, não alcançados, diante das análises evolutivas socioambientais de cada país membro (IPHAN, 1995).

Em virtude disso, criaram cinco documentos das mais amplas vertentes de desenvolvimento ambiental, em um deles a “Agenda 21”, um programa de ações transversais para encarar as problemáticas ambientais em suas múltiplas manifestações e esferas.

Pott e Estrela (2017, p. 276) definem a Agenda 21 como “[...] um processo de planejamento participativo que analisa a situação atual de uma nação, um estado, uma região ou um município, e dessa forma possibilita o planejamento de um futuro sustentável”.

Em síntese, o documento enfatiza a necessidade de a EA estar presente tanto nos meios formais como informais da sociedade, em variados setores, a fim dos conhecimentos sustentáveis estarem presentes em todo meio de formação, comunicação e informação social. O método interdisciplinar também é reforçado como meio de condução das propostas educativas, em especial em seu capítulo 36, totalmente dedicado às ações educacionais.

Em 2012, vinte anos depois, ocorreu a conferência Rio + 20, para analisar os progressos e recuos ambientais. Verificaram que a inserção dos elementos financeiros na sociedade para benefício do meio ambiente, não atingiu as metas desejadas para o crescimento sustentável do planeta. Por isso, os países se comprometeram a rever as ações iniciadas em 1992 e elaborar um plano para o progresso ecológico para os próximos vinte anos. (ONU; 2012).

Algumas das recomendações dialogadas no evento sugeriram a remodelação da Comissão sobre Desenvolvimento Sustentável (CDS), com a finalidade de fortificar sua tarefa de monitoramento da implementação da Agenda 21 e seu papel de iminência na

coordenação e no debate entre representantes dos países e da sociedade civil. (ONU; 2012).

Dessa forma, é notável que, embora organizações como a ONU e a UNESCO estejam comprometidas em disseminar e criar maneiras de aplicar práticas de EA em nível global, é preciso que cada país se comprometa, com medidas políticas e educacionais, a incluir ações que tornem possível a implementação dos princípios e estratégias discutidos nas conferências internacionais de proteção ao meio ambiente.

No item seguinte, verificamos o reflexo da representatividade da Educação como meio essencial para a mudança das relações socioambientais nas políticas educacionais brasileiras. Dessa forma, nos apoiamos na cronologia da execução de decretos e leis, como a lei 9.795, de 27 de abril de 1999; documentos normativos, como os Parâmetros Curriculares Transversais Meio Ambiente (1998); Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Ambiental (2012); BNCC (2018). Assim como nos teóricos: Alves, Pereira e Meirelles (2015); Branco, Royer e Branco (2018); Holmer (2020); Lamim-Guedes e Monteiro (2019); Marques, Raimundo e Xavier (2019), para dialogar sobre a obrigatoriedade da implementação da Educação Ambiental no contexto de ensino nacional.

3.2 Educação Ambiental no Brasil: Leis e Programas de Institucionalização no Contexto de Ensino

A institucionalização da educação ambiental no Brasil se influenciou paralelamente aos avanços das conferências internacionais iniciadas desde a década de 1970.

Em 1973, devido às determinações dialogadas na conferência de Estocolmo, foi criado por meio do decreto “n.º 73.030, de 30 de outubro de 1973”, a Secretaria Especial do Meio Ambiente - SEMA, encarregada pela gestão dos recursos naturais, trabalho político, repasse de recursos, criação de projetos e promoção da educação diante o uso de recursos naturais (BRASIL, 1973).

Também estabeleceu, de acordo com Alves, Meireles e Pereira (2015), a criação da Política Nacional do Meio Ambiente, o documento “Educação Ambiental” que define os objetivos da EA no país. Integrou a EA no ensino superior, por cursos de extensões e especializações em Ecologia e Educação ambiental.

Segundo Lamim-Guedes e Monteiro (2019), a década de oitenta estreia a efetividade da Educação Ambiental no contexto educacional legal, ganhando destaque por envolver a sociedade civil, movimentos ambientais, ONGs, debates em cursos, encontros e seminários em todo o país.

Em 1981, o Brasil atribui a necessidade de executar a EA em todos os níveis e modalidades de ensino. Através da lei “n.º 6.938, de agosto de 1981”, criaram a Política Nacional do Meio Ambiente - PNMA, responsável pela inclusão da temática ambiental na gestão de políticas públicas. Instituíram que a EA deve ser contemplada em todos os níveis de ensino, objetivando a participação dos indivíduos em defesa do meio ambiente (BRASIL, 1981). Dessa forma, o sistema educacional brasileiro ganha notoriedade para a capacitação da responsabilidade ambiental.

No ano de 1983, é gerado o decreto “n.º 88.351, DE 1º de Junho de 1983”, orientando a inclusão de conhecimentos sobre Ecologia, e a necessidade de inclusão de estudos ambientais em todos os currículos obrigatórios do sistema educacional (reforçando a Lei 9.938/81), visando a participação da sociedade para a proteção do meio ambiente (BRASIL, 1983).

Juntamente a esses marcos, pela primeira vez no país, a Constituição Federal Brasileira de 1988 foi alterada em prol do Meio Ambiente, trazendo a fundamentação legal dos direitos e firmando as prioridades, obrigações e conhecimentos correspondentes a EA em todos os níveis de ensino.

Em seu capítulo IV sobre o meio ambiente e ensino, é exposto que:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. VI- Promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente (BRASIL, 1988, art. 225 n.p.).

Se torna obrigatório a responsabilidade pública com o cuidado do meio ambiente. Bem como, o trabalho educativo para o alcance da consciência de defesa ambiental, cabendo ao poder público criar condições eficazes para a fusão do conhecimento nas esferas educativas em todo território nacional. Assim, Oliveira e Neiman (2020) discorrem que, a implementação da EA se baseia nos moldes apontados na conferência de Tblisi, não como uma disciplina, mas de forma interdisciplinar, interagindo com todas as esferas do conhecimento.

Na década de noventa, as orientações para o ensino da EA foram implementadas com mais precisão. A Lei “n.º 9.394” das Diretrizes Bases para a Educação Brasileira (LDB) de 1996, apresenta a implementação do assunto.

Em seu inciso sete, determina-se que: “Os currículos do ensino fundamental e médio devem incluir os princípios da proteção e defesa civil e a educação ambiental integradamente aos conteúdos obrigatórios” (BRASIL, 1996, n.p.). Apesar do inciso está presente lei, o mesmo foi retirado do documento oficial, porém, é importante para a fundamentação do foco sobre a educação ambiental nos currículos. Além da importância da educação na construção de pessoas críticas e responsáveis por decisões e questões voltadas ao meio ambiente, e conseqüentemente a qualidade da própria existência (BRANCO; ROYER; BRANCO, 2018).

Em 1998 como fruto das discussões que a LDB emergiu, foi criado os Parâmetros Curriculares sobre o Meio Ambiente na perspectiva transversal. Os PCNs Transversais se apresentam como apoio às escolas e professores na construção de projetos, introdução e trabalho de temáticas essenciais da realidade contemporânea, nas disciplinas curriculares obrigatórias sob a perspectiva transversal e método interdisciplinar, continuamente discutidas nas conferências globais.

O PCN Transversal de Educação Ambiental (1998), tem como alguns de seus objetivos, contribuir para a construção e regate da cidadania e postura ecológica dos educandos. Estimular a criticidade e a percepção integrante e coparticipantes nas mudanças diante da qualidade do meio ambiente, buscando oportunizar o entendimento sobre os diversos fenômenos ambientais e sua relação direta com o bem-estar no planeta. Além disso, visa o resgate da compreensão crítica do mundo em que se vive, implementando aspectos, éticos, sociais e conteudistas que, trabalhados juntos, influem no desenvolvimento da percepção integral da temática ambiental.

O documento sugere alguns conteúdos a serem trabalhados no contexto escolar alinhados nos eixos: “A natureza “cíclica” da Natureza; Sociedade e meio ambiente; manejo e conservação ambiental” (BRASIL, 1998, p. 203). Situando o trabalho docente para a mediação da compreensão global das questões ambientais, seus impactos locais e a reflexão sobre o pertencimento nesses eventos.

Para isso, o Parâmetro Curricular Transversal sobre o Meio Ambiente (1998), defende a abordagem interdisciplinar em prol do rompimento das barreiras disciplinares do saber, pois os debates em volta das problemáticas ambientais exigem uma postura

dinâmica e transversal, entre os diversos ramos do conhecimento, envolvendo diferentes perspectivas para entender e refletir sobre a complexidade ambiental.

Segundo Branco, Royer e Branco (2018), o PCN ambiental oportuniza ao educando a compreensão de problemas ligados que atingem diretamente suas vivências em comunidade. Com isso, almeja a reflexão de conhecimentos interligados a política, economia, consumo, sociedade e meio ambiente, para a compreensão de sua realidade e conseqüentemente a mudança de pensamento, atitudes e ações diante das relações socioambientais.

No ano de 1999, é sancionada a Lei 9.795, de 27 de abril de 1999 (efetivada em 2002), na qual regulariza a Educação Ambiental no Ensino Fundamental e Médio, fundando a Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA. Holmer (2020) comenta que essa foi a primeira lei da América Latina, reconhecida como o símbolo da implementação mais completa da EA em políticas públicas. Em seu texto, é reforçado a introdução da EA em todas modalidades de ensino, bem como a sua necessidade de estudo e reflexão.

Art. 1º Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Art. 2º A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal (BRASIL, 1999, art. 1º, art. 2º).

Com o marco legal, a EA é tratada como um dos pilares para a construção cidadã do indivíduo, pois favorece a construção dos valores morais e éticos, assim como, para o desenvolvimento de habilidades em prol da preservação do meio ambiente. Logo, é imprescindível sua presença no contexto educacional geral. No documento é abordado as possibilidades de execução da proposta no âmbito pedagógico:

I - o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo; II - a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o sócio-econômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade; III - o pluralismo de idéias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade; IV - a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais; V - a garantia de continuidade e permanência do processo educativo; VI - a permanente avaliação crítica do processo educativo; VII - a abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais; VIII - o reconhecimento e o respeito pluralidade e à diversidade individual e cultural. (BRASIL, 1999, art. 4º, n.p.).

Percebemos que a legislação oportuniza abertura construtivas para que o educando se desenvolva plenamente, através da postura ética, cidadã, crítica, científica e ativa. O

foco interdisciplinar, transversal ou multidisciplinar, oferece a chance de dar contexto ao conteúdo. Pois, ao analisar o problema de forma integralizada, daria a chance do educando se perceber incluso a determinado tema, despertando a criticidade, e a necessidade de se reeducar eticamente e racionalmente, respeitando e cuidando do ambiente em que vive.

No ano de 2012, a resolução “nº 2, De 15 de Junho de 2012” estabeleceu novas Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Ambiental (DCNEA). Criada paralelamente a conferência Rio + 20, é o documento mais recente sobre a proposta nacional de ensino da EA no país.

As DCNEA se fundamentaram nas leis debatidas anteriormente para assegurar sua inclusão, frequência e continuidade da temática em todas as disciplinas do currículo básico (e de formação superior). Devendo ser enfatizadas pelo suporte da interdisciplinaridade, transversalidade e multidisciplinaridade, garantindo a construção da cidadania ambiental e a presença de suas temáticas em todas etapas do ensino (HOLMER, 2020).

Diante disso, as DCNEA (2012) tratam como princípios básicos, a junção de abordagens críticas e transformadoras nas práticas pedagógicas dos conhecimentos ambientais no currículo. Correlacionando os meios: socioeconômico, natural e cultural sob o viés da democracia e participação, nas dimensões locais e globais. Desejando oportunizar a atual e futuras gerações, atitudes de respeito às diversidades socioculturais que cada região enfrenta e vivencia seus dilemas ambientais.

Art. 2º A Educação Ambiental é uma dimensão da educação, é atividade intencional da prática social, que deve imprimir ao desenvolvimento individual um caráter social em sua relação com a natureza e com os outros seres humanos, visando potencializar essa atividade humana com a finalidade de torná-la plena de prática social e de ética ambiental.

Art. 3º A Educação Ambiental visa à construção de conhecimentos, ao desenvolvimento de habilidades, atitudes e valores sociais, ao cuidado com a comunidade de vida, a justiça e a equidade socioambiental, e a proteção do meio ambiente natural e construído.

Art. 6º A Educação Ambiental deve adotar uma abordagem que considere a interface entre a natureza, a sociocultura, a produção, o trabalho, o consumo, superando a visão despolitizada, acrítica, ingênua e naturalista ainda muito presente na prática pedagógica (BRASIL, 2012, n.p.).

Holmer (2020) aborda que, as metas da DCNEA englobam o crescimento integral das relações entre produção e consumo, com as atividades sociais direcionadas ao meio ambiente. É necessário que a mediação dos conhecimentos seja contextualizada e transformadoras, para que o educando consiga alcançar a consciência de igualdade, desenvolver reflexões e práticas de prevenção e conservação ambiental.

Neste panorama, a EA pode ser inserida através das diversas oportunidades de aprofundamento dos conhecimentos historicamente já construídos, desenvolvendo de forma integrada os princípios morais e o senso crítico, para o progresso socioeconômico e cultural em prol da reestruturação das percepções e relações planetárias.

Em 2018, a versão final da Base nacional Comum Curricular foi implementada, sendo uma exigência do Sistema Nacional de Educação, previamente mencionado na Constituição de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação e no Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024). Esses documentos apontam a necessidade de se estabelecer um pilar comum entre todos os currículos ministrados em rede nacional.

Segundo Oliveira e Neiman (2020), a criação de uma base comum curricular a nível nacional é uma tentativa de padronizar os conteúdos a serem trabalhados na educação nacional. Com isso, é responsabilidade dos Estados assegurarem a incorporação de conteúdos próprios a sua cultura local.

Focando na Educação Ambiental e sua inserção obrigatória nos currículos de ensino básico na nova BNCC, a EA perdeu suas potencialidades afirmadas nas legislações aqui apresentadas. Em todas as áreas do ensino básico sua introdução se mostra menosprezada aos avanços educativos aqui relatados. Na composição do documento, não é explícito os conhecimentos, competências ou habilidades para emprego da EA (MARQUES; RAIMUNDO; XAVIER, 2019).

Apenas na introdução do documento a denominação “Educação Ambiental” é citada, enfatizada de forma sintética juntamente com outros temas de caráter transversal para o currículo educacional:

[...]cabe aos sistemas e redes de ensino, assim como às escolas, em suas respectivas esferas de autonomia e competência, incorporar aos currículos e às propostas pedagógicas a abordagem de temas contemporâneos que afetam a vida humana em escala local, regional e global, preferencialmente de forma transversal e integradora. Entre esses temas, destacam-se: direitos da criança e do adolescente (Lei nº 8.069/199016), educação para o trânsito (Lei nº 9.503/199717), educação ambiental (Lei nº 9.795/1999, Parecer CNE/CP nº 14/2012 e Resolução CNE/CP nº 2/201218), [...] (BRASIL, 2018, p. 19).

Mesmo sendo ressaltado a inserção dos temas transversais nos currículos, assim como a EA, o documento não aborda sua potencialidade e importância asseguradas por lei. Muito menos é enfatizado o caráter interdisciplinar como meio de implementação nas habilidades e competências.

No Ensino Médio, conforme a pesquisa de Marques, Raimundo e Xavier (2019), é evidenciado a presença das expressões: “ambiental e socioambiental” nos currículos de: Ciências da Natureza e suas Tecnologias, na competência três, segunda habilidade.

Ciências humanas e sociais, competência três em todas as habilidades. Linguagens e suas tecnologias na competência específica três, habilidade quatro.

A competência três geral de Linguagens e Códigos, remete a práticas de “[...]formular propostas, intervir e tomar decisões que levem em conta o bem comum e os Direitos Humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global (BRASIL, 2018, p. 493)”. Percebemos a falta de especificidade, nas atividades de decisões, intervenções e formulação de propostas no eixo de linguagens. Não há menção da importância implementação ambiental ou socioambiental no ambiente escolar, tampouco para a construção identitária dos jovens de forma mais aprofundada.

Apesar de alguns assuntos que surgiram de a Educação Ambiental terem sido mencionados na BNCC, diferentemente dos direitos, objetivos e procedimentos, estabelecidos nas leis e diretrizes implementadas no país desde meados da década de 1970, o documento não traz a notoriedade desejada no tratamento da temática como transversal, nem mesmo interdisciplinarmente. Sua versão final reduziu expressivamente as discussões acerca do destaque, influência na construção cidadã, e da própria expressão “Educação Ambiental” nos currículos da educação básica (BRANCO; ROYER; BRANCO, 2018).

Holmer (2020) percebe que os conteúdos educacionais ambientais estão desvinculados das disciplinas com maior carga horária e que contribuem para uma melhor compreensão do tema. Que incentivam a crítica e o entendimento das questões ambientais integradamente, como, por exemplo, a Língua Portuguesa. Porquanto, é notório o tratamento superficial das temáticas ambientais, desassociadas de suas dimensões históricas, naturais, socioculturais, políticas e econômicas (HOLMER, 2020).

Comparando a expressividade das leis e documentos a respeito da EA, percebemos praticamente sua exclusão na nova BNCC (MARQUES, RAIMUNDO, XAVIER, 2019). A limitação de inclusões de princípios e objetivos, tão difundidos nas leis e diretrizes debatidas, demonstram o descaso do governo federal com temas ligados à contemporaneidade e às experiências concretas ambientais em sociedade (OLIVEIRA, NEIMAN, 2020).

Sendo assim, o educador tem cada vez mais a responsabilidade ética e social de acrescentar os assuntos transversais e o método interdisciplinar no seu plano de ensino. A educação ambiental deveria estar presente nas ações em sala de aula, incentivando o debate, a crítica, reflexão dos problemas ambientais que afetam todos em sociedade, com a presença de conhecimentos sobre os fatores que estimulam e aumentam a degradação

da qualidade de vida no planeta, da mesma forma que incentivaria crítica diante suas experiências sociais.

Na próxima temática, refletimos sobre a interdisciplinaridade e transversalidade nas ações pedagógicas, tão defendidas nas conferências globais, leis documentos normativos brasileiros. Dessa forma, nos fundamentamos em Araújo (2014); Bovo (2008); Fazenda (2008); Lück (2013); Santos (2008); Souza e Pinho (2017); e no PCN Transversal (1998).

3.3 Interdisciplinaridade e Transdisciplinaridade, conceitos e ênfase no processo de ensino aprendizagem

Segundo Sousa e Pinho (2017), os princípios interdisciplinares já eram discutidos desde a Grécia Antiga, pela idealização da formação intelectual completa do homem. Com o decorrer do tempo, a lógica parcial/específica da realidade postas pelo ocidente, conduziu às propostas de educação fragmentadas em conhecimentos isolados, isto é, saberes estruturados para um estudo simplificado.

Devido à fragmentação, os conhecimentos de filosofia, biologia, ciências sociais, humanas e naturais foram separadas coordenadamente. Com isso, Araújo (2014, p. 26–27) discorre que, “[...] a natureza e o ser humano começaram a ser analisados também em pequenas partes, mais fáceis estudar. O pressuposto adotado foi o de que, entendendo-se as partes, entendem-se o todo”.

Diante do conhecimento abstrato e da falta de compreensão integrada a realidade, os debates sobre a interdisciplinaridade no ensino apareceram por volta de 1960 (ARAÚJO, 2014), como uma necessidade metodológica para ultrapassar as barreiras da fragmentação entre as disciplinas. A partir deste momento, ela foi enfatizada em vários documentos globais, leis e políticas educacionais nacionais, como um método pedagógico que oferece a oportunidade de compreender de forma totalitária e questionadora, os vieses do progresso da modernidade e pós-modernidade.

Fazenda (2008) aborda que não há um conceito específico para a interdisciplinaridade, pois, a mesma atua em diversas perspectivas do conhecimento. Contudo, podemos dizer, diante da vertente da fragmentação de conteúdos, prática pedagógica e aprendizado que:

[...] interdisciplinaridade significa, em sentido geral, relação entre as disciplinas. [...] Interdisciplinar é toda interação existente dentre duas ou mais disciplinas no âmbito do conhecimento, dos métodos e da aprendizagem das

mesmas. Interdisciplinaridade é o conjunto das interações existentes e possíveis entre as disciplinas nos âmbitos indicados. O trabalho interdisciplinar, portanto, não consiste no aprender um pouco de tudo, mas no enfrentar o problema (explicativo, previsível, interpretativo) com toda a competência do especialista que domina o problema, suas dificuldades, as explicações e previsões dos outros competentes. [...] do ponto de vista cognitivo, a interdisciplinaridade recupera a unidade na compreensão das "coisas" (fato histórico, texto filosófico, fato educativo, comportamento humano, evento social, fenômeno natural) (FAZENDA, 2008, P. 162).

A interdisciplinaridade propõe a integração e diálogo entre os conhecimentos historicamente construídos, de modo que, se articulem as diversas disciplinas em prol da superação do entendimento isolado sobre o mundo, para o alcance da compreensão global da complexidade da realidade.

Conforme Bovo (2008), a interdisciplinaridade nos permite obter mais conhecimentos sobre os fenômenos sociais e naturais, pelos quais são geralmente complexos e não podem ser reduzidos ao estudo isolado de uma única disciplina. Além disso, a interdisciplinaridade não é só a colaboração entre disciplinas, mas a percepção global do saber. Não pressupõe a ruína dos moldes disciplinares, mas sim o encontro de métodos e conceitos teóricos, com a articulação das diferentes áreas do conhecimento científico.

Sua ação em sala de aula requer o constante estado de adaptação e cooperação na interconectividade entre os conhecimentos, adaptando tópicos do cotidiano dos diferentes grupos, como cultural, econômico e político, no processo de ensino. Considerando o conhecimento como participativo e dialógico, estreitamente ligado à percepção do aluno como agente ativo e protagonista do contexto de aprendizado (LÜCK, 2013; FAZENDA, 2008).

Dessa forma, os educadores deveriam se envolver em práticas que dinamizem o entendimento dos saberes disciplinares, com o objetivo de compreender o conhecimento de maneira dialética e interacionista no contexto educacional. Assim, é possível que o educando tenha uma formação mais completa para o exercício da cidadania, com uma percepção crítica da realidade globalizada, o preparando para lidar com problemas complexos atuais de ordem social, humana e natural. (LÜCK, 2013).

No que se refere as discussões envolta da transdisciplinaridade, imergem no século XIX em virtude das tensões provocadas pela racionalização e verdades, consequências da fragmentação do conhecimento (SOUSA; PINHO, 2017 apud SOMMERMAN, 2006, p.14). A transversalidade reconhece a complexidade da realidade

que diz respeito à vida e ao ser humano, analisa a inter-relação entre as disciplinas escolares e temáticas ligadas a valores cidadãos situadas nos relacionamentos sociais.

Araújo (2014) afirma que o princípio da transversalidade é se relacionar entre as disciplinas e não ser uma específica, uma vez que, ultrapassa a ligação entre elas e não são conteúdos disciplinares. A transversalidade está presente em todas as áreas do conhecimento, pois abrange temáticas e conflitos sociais, contextualiza assuntos que influem diretamente no bem-estar coletivo e na democracia.

Para Santos (2008), o conhecimento é um produto da humanidade, visto que ele não é um processo acabado, fixo ou definitivo. Sua prática está conectada as circunstâncias históricas, interagindo diretamente com os indivíduos e sociedade. Então, a transdisciplinaridade requer a superação do preconceito hierárquico de conhecimentos, almeja que os conhecimentos científicos e sociais sejam igualmente tratados como importantes nas práticas de ensino e aprendizagem.

Em virtude da abordagem multidimensional de diversos temas cotidianos, a transversalidade surge no ambiente escolar como temas transversais. Dentre os documentos governamentais, os PCNs incluem em sua obra a inclusão de temas da atualidade, os definindo como: “[...] à possibilidade de se estabelecer, na prática educativa uma relação entre aprender conhecimentos teoricamente sistematizados (aprender sobre a realidade) e as questões da vida real e de sua transformação (aprender a realidade da realidade)” (BRASIL, 1998, p. 30).

Com efeito de seu caráter dinâmico e aberto, os temas transversais se adaptam as disciplinas e conseguem se vincular nos conhecimentos constituídos por elas. De acordo com Fazenda (2008), a transdisciplinaridade motiva nos educadores o desafio de atravessar a fronteira rígida da diversidade de saberes subdivididos, por meio da interdisciplinaridade, favorecendo o respeito dos saberes do educando e sua integração no processo de aprendizagem.

Sendo assim, a transdisciplinaridade oferece a oportunidade de reconhecer as dimensões da sabedoria popular, construída pelas experiências de vida que os estudantes trazem para o ambiente escolar nas práticas de ensino, usando o conhecimento dos educandos como base para o conhecimento disciplinar. Favorece o aprendizado para a formação ética cidadã, ao tratar, refletir e questionar assuntos contemporâneos. (BOVO, 2008 apud MORENO in BUSQUETS, 2000).

Conforme Araújo (2014), os temas transversais devem ser inseridos na educação de forma articulada ao método interdisciplinar, visto que, seus pressupostos

metodológicos de interligação, flexibilização e diálogo entre os campos do conhecimento favorecem a efetivação desta prática pedagógica.

Neste contexto, Bovo (2008) discorre que os procedimentos de ensino voltados aos temas transversais sob a perspectiva interdisciplinar, favorecem para a emancipação do educando, já que, a dimensão de valores é inserida diante da proposta de humanização escolar, propondo a criação de um ambiente educativo ético, valorativo das situações reais para a construção da cidadania ligadas aos saberes tradicionais. Pois, cada disciplina necessita ser estudada não apenas pela obrigatoriedade curricular, mas sim pelas vastas sabedorias científicas e empíricas agregadas nela e na significação das mesmas para a vida do educando.

À vista disso, Sousa e Pinho (2017) afirmam que a interdisciplinaridade e transdisciplinaridade juntas, colaboram para o rompimento dos modelos tradicionais de ensino, pautados pelo viés estruturalista. Unidas transformam as práticas pedagógicas valorizando a diversidade em prol da consciência integral do saber. A formação do educando deve contemplar uma visão integrada dos fatos contemporâneos ligados aos saberes tradicionais, uma instrução mútua interconectada à ciência e aos aspectos morais e éticos para com a cotidianidade social.

Ambas atreladas às disciplinas estruturais, conforme a percepção dos autores supracitados, aumentam os resultados do ensino e da aprendizagem, pois, contribui para o despertar do interesse, a participação e a motivação dos alunos, já que provoca o sentimento de pertencimento em relação ao tema abordado, despertando o desejo de aprender e participar, transformando o aluno de um mero receptor de conhecimento para um colaborador ativo e integrante no processo educativo.

Porquanto, a prática em sala de aula requer do professor, tanto uma postura tolerante, livre de preconceitos sob temáticas transversais, quanto uma ação pedagógica interdisciplinar que promova a interação professor-aluno, conhecimento científico e saberes socialmente constituídos. Uma vez que, a interdisciplinaridade desafia o mediador a transitar pela pluralidade de saberes, ao mesmo tempo, a transdisciplinaridade infere assuntos vinculados à vida cotidiana dentro das discussões em sala de aula.

O capítulo seguinte, discute a relevância da Educação Ambiental no âmbito escolar de uma forma crítica. Também discute a sua ligação com as práticas de linguagens em LP, o compartilhamento de objetivos comuns e a relevância da união para a construção dos significados socioambientais.

4. A IMPORTÂNCIA DA EA NO CONTEXTO ESCOLAR

Neste tópico, tratamos das influências da pedagogia freiriana nas práticas pedagógicas críticas de Educação Ambiental. Diante disso, abordamos os aportes teóricos de Tristão (2004); Dickmann e Carneiro (2012); Higuchi e Azevedo (2004); Jacobi (2003); Lamim-Guedes e Monteiro (2019); e Loureiro e Torres (2014).

O contexto escolar é um dos lugares mais transformadores de integração do sujeito à sociedade. A escola é, depois da família, o local onde os jovens passam maior parte de seu tempo, assim, o educando também se desenvolve por influências desse contexto. Conforme Higuchi e Azevedo (2004), o ambiente escolar é o ponto de referência para as atitudes, valores, o conhecimento do mundo científico e de características da pluralidade sociocultural envolvidas na educação de cada indivíduo. Logo, é na escola que acontece a mediação de conhecimentos, estimula a consciência crítica e promove ações de cidadania.

A Educação Ambiental atrelada no contexto educacional, proporciona ao aprendiz a construção de sua identidade cidadã pautada em valores morais, fundamentadas sob uma nova ética em ver e encarar sua relação no mundo. De acordo com Jacobi (2003), a educação para a cidadania possibilita a viabilidade de sensibilizar e motivar o educando para a transformação de suas práticas e participação social.

A EA na escola oportuniza o conhecimento multidimensional do mundo e suas relações; envolve a reflexão crítica sobre a complexidade ambiental e sua degradação social; a percepção dos contextos socioculturais; os saberes em fluxo contínuo de transformação, questionando os princípios, as causas e seus sentidos (TRISTÃO, 2004), situados na dimensão concreta onde se materializa as inter-relações humanas e ambientais.

Dessa forma, as práticas de ensino voltadas a EA questionam a validade do conhecimento reducionista, que considera a natureza como uma fonte inesgotável de recursos para satisfazer os desejos consumistas da humanidade, sem considerar que ela é o meio de existência para toda a vida. Isso requer a crítica à degradação da sociedade de consumo em relação ao meio ambiente. Outrossim, conecta os setores da sociedade, do conhecimento e da pluralidade cultural, para mudar concepções e relacionamentos com as dimensões ambientais (LAMIM-GUEDES; MONTEIRO, 2019; TRISTÃO, 2004).

Paulo Freire é um dos teóricos com mais vinculações de suas concepções pedagógicas para a Educação Ambiental. Loureiro e Torres (2014) argumentam que

Freire, em sua grande obra, trata o processo educativo como um meio de transformação, emancipação e superação dos moldes de ensino tradicional. Pelas quais correspondem aos princípios da EA no contexto educativo.

A emancipação e transformação educacional, estão alinhadas à perspectiva de integração crítica e dialógica entre diversos tipos de conhecimento: cultural, histórico, ambiental e linguístico dos estudantes, oriundos dos saberes empíricos e científicos, os quais devem estar presentes juntos no processo de ensino, para desenvolver no aluno a visão integral crítica, livre de opressão e alienação. Oferecendo ao indivíduo os meios para compreender de forma ativa e transformar os seus sentidos de atuação no mundo, de forma que possa se ver como parte da transformação socio-histórico-cultural (LOUREIRO; TORRES, 2014).

Segundo Dickmann e Carneiro (2012) sobre as concepções freirianas, o ser humano é intrínseco ao mundo, uma vez que, suas relações estão diretamente atreladas a ele. É através do diálogo que o ser humano cria, transforma a si mesmo, sua história e cultura, de forma ativa e política, buscando responder às suas inquietações existenciais e questionando as esferas da vida. Assim, a educação deve considerar a compreensão do mundo como indissociável das ações humanas, desenvolvendo a capacidade de compreender não só os problemas, mas também as ações e alternativas sustentáveis para um planeta equilibrado para todos.

A respeito do ensino tradicional das disciplinas, Loureiro e Torres (2014) defendem a presença da pedagogia freiriana em sua acepção crítica da EA nas práticas pedagógicas escolares.

Para tanto, a formação de sujeitos escolares em uma perspectiva crítica e transformadora requer o investimento na elaboração e na efetivação de abordagens teórico-metodológicas que propiciem a construção de *concepções de mundo* que se contraponham às concepções de que o sujeito é neutro; de que a educação consiste em acúmulo e transmissão de informações; de que o conhecimento é transmitido do professor ao aluno numa via de mão única; de que a ciência e seu ensino são balizados por critérios positivistas, entre outras concepções fragmentadas de mundo (LOUREIRO, TORRES; 2014, p. 15).

Logo, o aluno deveria ser ativamente envolvido no processo de ensino, usando seus conhecimentos para se enxergar como parte do tema proposto, sem neutralidade, para assim compreender, questionar e intervir sobre os acontecimentos socioambientais que atravessam as dimensões do conhecimento.

É inegável a necessidade da educação na mediação da relação entre seres humanos e ambiente, estando entrelaçada em todos os níveis de formação do indivíduo, em suas múltiplas esferas de instrução. Para isso, a interdisciplinaridade é o foco do processo, pois

é um mecanismo significativo para a mediar o conhecimento da pluralidade de temáticas ambientais existentes na sociedade.

Embora as práticas de EA nas escolas sejam escassas, tanto pela ausência nos planos curriculares quanto a precariedade na formação de professores de disciplinas que não dizem respeito diretamente ao meio ambiente, sua inclusão nos currículos e no contexto escolar de maneira geral, é de extrema relevância para lidar de forma participativa com as crises ambientais.

Tanto Jacobi (2003), Tristão (2004) e Loureiro e Torres (2014) defendem o enfoque interdisciplinar da EA, uma vez que é indispensável para uma compreensão global dos dilemas socioambientais, tendo em vista que é uma temática extensa que ultrapassa as dimensões do conhecimento fragmentado. Com isso, consegue transpassar todas as áreas do conhecimento, por ser uma questão socialmente presente.

Sua inserção, portanto, de forma interdisciplinar será exclusivamente dependente da criatividade do professor, devido às limitações curriculares, sobretudo a partir da reformulação da BNCC (2018) e da falta de conteúdo e habilidades voltadas para EA de forma transversal, nos currículos de Linguagens, sobretudo em Língua Portuguesa.

A seguir explanamos sobre inserção da EA através de práticas em linguagem em LP, de forma interdisciplinar e interacionista, dialogando com Antunes (2009); Barcelos (2012); Ferraz (2019); Ferreira *et al* (2014); Fiorin (2008); Furtado *et al* (2018); Lambert e Souza (2018); Lamim-Guedes e Monteiro (2019); acerca das conexões entre as ações pedagógicas de ambas áreas.

4.1 A Interdisciplinaridade e Transversalidade nas Aulas de Língua Portuguesa: A EA nas Práticas de Linguagem

As concepções de ensino de língua materna na contemporaneidade, requer que a educação não se concentre nos aspectos fechados da língua, como no método tradicional gramatical. É preciso conduzir as práticas pedagógicas a partir da função social da língua em sua perspectiva dialógica e interacionista, na qual não se constitui apenas como um conjunto de signos e normas, mas sim como um fenômeno social manifestado pela linguagem. Afirma Antunes (2009), “Assim, a língua assume um caráter político, um caráter histórico e sociocultural, que ultrapassa em muito o conjunto de suas determinações internas, ainda que consistentes e sistemáticas (ANTUNES, 2009, p. 21)”.

Conforme Ferreira *et al* (2014), o ensino de língua portuguesa deve considerar a complexidade do mundo globalizado, considerando a heterogeneidade das manifestações da linguagem. A educação linguística deve ser mediada através da interdisciplinaridade, pela qual possibilita explorar os múltiplos vieses do saber.

A linguagem, conforme a reflexão de Furtado *et al* (2018), é composta por dois tipos de interação: pessoa-pessoa, através do contato discursivo entre falantes; e mundo-pessoa, sendo o espaço pelo qual o indivíduo transita na sociedade. Todos os tipos de conhecimentos, sejam científicos, do cotidiano social e experiências práticas, influenciam na maneira de expressão. Por isso, Fiorin (2008) afirma que a linguagem é, por natureza, interdisciplinar, pois converge múltiplas perspectivas do conhecimento a fim de se entender a amplitude de determinado tema.

Neste sentido, a transversalidade tem sua parcela na construção da linguagem, pois é o mecanismo que Furtado *et al* (2018) representa como interação mundo-pessoa. Portanto, diversifica a implementação de diferentes tipos de conhecimento sociais para a compreensão concreta e aplicada de determinado tema. Como Fiorin (2008) exemplifica, tratando a ecologia como um campo transdisciplinar detentora de diferentes saberes envolta da vida do homem no planeta.

A Língua Portuguesa é uma das disciplinas do currículo básico com mais essência interdisciplinar e transversal, já que, viabiliza o estudo de temáticas sociais planetárias em paralelo com suas especificidades. Há diversos temas que podem ser explorados com a ajuda de outras áreas do conhecimento, como a Educação Ambiental. Elas se relacionam para que haja uma melhor compreensão e reflexão. Deste modo, é possível problematizar assuntos da esfera social em seu currículo, em paralelo com o trabalho de leitura, escrita e interpretação textual.

Ao perceber a origem transversal da EA como uma temática que perpassa em diversas ciências, a mesma fomenta o diálogo entre diferentes saberes, culturas e gerações. Sua inserção deve ser pensada de forma interdisciplinar, para que desta forma se promova reflexões e discussões sobre problemas concretos que emergem a pós-modernidade cotidianamente em dimensão global e local (LAMIM-GUEDES; MONTEIRO, 2019; BARCELOS, 2012).

O trato com as múltiplas manifestações da linguagem (oral, visual, textual, musical) favorece a amplitude das capacidades analíticas do educando, transformando o processo de letramento em uma atividade crítica. Lambert e Souza (2018) discorrem que o letramento crítico em LP, expondo que:

[...] consideramos o letramento crítico como uma perspectiva de leitura (e também de produção de textos!), através do qual o aluno possa entender o contexto social, político e o ideológico em que o texto está inserido. Ele está relacionado tanto com o poder, a diferença e a desigualdade que são mantidos através dos textos que nunca são neutros e atendem a interesses de determinados grupos (LAMBERT, SOUZA, 2018, n.p.).

Incluindo a discussão de questões ambientais nas práticas de letramento crítico, é possível aprimorar habilidades como: analisar, observar, criticar, criar e elaborar diferentes tipos de textos orais e escritos baseados em gêneros discursivos (LAMBERT, SOUZA, 2018). Uma vez que, a proliferação do discurso sobre assuntos ambientais se dá através das diferentes manifestações de linguagens.

Ferraz (2019) afirma que a escola, sobretudo os professores de português, devem reconhecer a relevância dos gêneros textuais digitais, visto que, são estes que auxiliam o processo de letramentos e multiletramentos na atualidade. Os jovens utilizam várias linguagens em seu discurso para melhorar a disseminação de ideias, valores e informações. Ignorá-los é desconsiderar a variedade de textos com os quais os alunos interagem todos os dias, além de desconsiderar a função social da língua e da escola.

Deste modo, tanto o ensino de língua materna quanto de EA, se preocupam com a formação cidadã e integral do educando, onde o texto deve se assumir como um ponto de encontro, entre interação verbal e interpretação do que está sendo apresentado. O docente, por sua vez, deve estimular o senso crítico do educando, por meio de diferentes meios de análise e reflexão. Dessa forma, a interpretação de um tema ambiental deve ir além dos aspectos linguísticos, como a semântica, a gramática, sintática, o conteúdo e o discurso. O processo interpretativo deve considerar a complexidade do meio ambiente vinculada às relações humanas, o imaginário e as experiências individuais (ANTUNES, 2009; BARCELOS, 2012).

Nesta perspectiva, portanto, o trabalho com o texto adquire o caráter interacionista, crítico e reflexivo, ultrapassando os limites tradicionais pré-estabelecidos pela linguística e pela concepção do trabalho com a EA só ser possível em ambientes extraclasse ou em disciplinas de Biologia e Ciências.

No tópico a seguir discutimos sobre o estágio supervisionado interdisciplinar no curso de Linguagens e Códigos – Língua Portuguesa – UFMA. Dessa forma, abordamos Consepe (2009); Pimenta (2019; 2012); Silva e Rocha (2018); UFMA (2013).

4.2 O Estágio Supervisionado no Curso Interdisciplinar de Linguagens e Códigos – Língua Portuguesa

O estágio é o primeiro degrau para a carreira profissional, é o momento em que se tem a oportunidade de colocar em prática os ensinamentos teóricos, contextualizados as particularidades do ambiente escolar. “O estágio coloca-se então como um espaço/tempo favorecedor da compreensão a respeito da profissionalidade docente” (PIMENTA, 2019, p.26).

Pimenta (2019) defende que o estágio na formação de professores é muito mais do que a aplicação dos conhecimentos teóricos. Envolve a análise crítica da realidade escolar, questionando os métodos desenvolvidos e os que devem ser aplicados. O estágio é um meio de pesquisa, criação e compreensão do ambiente educativo, que dá ao estagiário a base de conhecimentos necessários para refletir e intervir nos procedimentos de ensino e aprendizagem (PIMENTA, 2012), além de propiciar o desenvolvimentismo de sua personalidade e ética profissional.

O estagiário por sua vez, deve assumir a postura investigativa e crítica sobre as práticas metodológicas dos professores ali observados, problematizando as diversidades de atividades de ensino, organização, avaliação e de relacionamento interpessoal, pois é nessas condutas que consiste na prática docente, e são nelas que os futuros docentes vão produzindo seus saberes, compreensões e compromisso profissional (SACRISTÁN, 1993, apud PIMENTA, 2019).

Nessa perspectiva, tal atividade acadêmica é embasada pela lei Consepe n.º 11.788, pela qual discorre que, “O estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa a preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior[...]” (CONSEPE, 2009, n.p.).

Assim, corresponde à fase de ação, presente nos cursos de licenciatura, que inclui atividades como, observação de aulas e ambiente escolar, regências, pesquisas e planejamentos, aplicação de projetos, estudos metodológicos e de didática. Pimenta (2019) discorre que o desenvolvimento das habilidades docentes, é possibilitado pela experiência que leva à descoberta de novas perspectivas sobre a realidade pedagógica, e o questionamento das próprias crenças dos participantes a respeito do processo de ensino e aprendizagem.

Na Universidade Federal do Maranhão – UFMA, Campus São Bernardo, foi criado em 2010 a licenciatura Interdisciplinar em e Linguagens e Códigos. Criado pela Resolução n.º 138- CONSUN, de 24 de maio de 2010, como parte da adesão da Universidade Federal do Maranhão ao Programa de Apoio à Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) (UFMA, 2013).

O curso de Licenciatura em Linguagens e Códigos – Língua Portuguesa, desenvolve a proposta de formação interdisciplinar de professores da área de Linguagens e Códigos: Português, Inglês, Espanhol, Música e Artes, para que atuem na Educação Fundamental; e em Português, no Ensino Médio. O curso visa a formação interdisciplinar de professores capazes de contribuir com os novos caminhos da prática educacional, conforme se observa no seu PPP (2013):

[...]trata aqui de um projeto que vem procurando caminhos inovadores em sua prática para resultados que produzam concepções que não se limitem à *transmissão de conhecimento*³, mas que na transmissão possam gerar a transferência de valores por meio do ensino, próprios da articulação de princípios inerentes às diferentes áreas. O que se considera inovador não é o referencial, mas o perfil de um professor que se pretende formar, o qual deverá se apropriar de um olhar que desafie um pensamento complexo que, para isso, precise estar desviado de um foco convencional: o conteúdo das diferentes áreas. Um olhar que transfira o desejo de um professor, por exemplo, de leitura capaz de invadir os efeitos de sentido com base nas questões da musicalidade; que seja capaz de transferir a ousadia de sair do particular para o universal e de fazer uma situação sair da categoria de fato até galgar o patamar da condição do gênero humano (UFMA, 2013 p. 11).

Percebemos que o enfoque interdisciplinar na formação docente, transcende o objetivo da educação contemporânea de integralizar o conhecimento dentro das especificidades disciplinares. Busca-se formar um docente crítico da realidade complexa, e assim, desencadear em suas práticas pedagógicas a materialidade multidimensional do ensino. Sobre isso, o PPP afirma que:

Um professor de linguagens e códigos, por exemplo, não seria apenas aquele capaz de dar aula de Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Espanhol, Artes Visuais e Música. Mas aquele que é capaz de ler uma peça musical e de ver a unidade de um texto; ler a musicalidade da materialidade sonora de um texto; entender que subjaz ao que se escreve uma lógica e que o ato de ler é chegar às camadas mais profundas dessa organização que é filosófica e desafiar patamares estéticos da arte quando ela se materializar também num texto literário. Um professor de Linguagens e Códigos será aquele capaz de mover um olhar complexo nessa área e saber que essas linguagens verbais e não verbais não estão tão separadas como parecem, mas se constituem num tecido de complexidade que gera uma área que ganhará sua identidade na prática desse olhar e no percurso dessa conquista na formação de professores (UFMA, 2013, p.14).

No que tange o Ensino Fundamental, o estágio em sua primeira etapa, se configura em observações e regências das disciplinas de linguagens: Artes Visuais, Inglês e

Português juntamente com a aplicação de um projeto interdisciplinar envolvendo as áreas do eixo. Já no Ensino Médio, as atividades da segunda etapa do estágio, se especificam na disciplina de Língua Portuguesa, com a possibilidade de aplicação do projeto pedagógico ser tanto disciplinar quanto interdisciplinar.

As autoras Silva e Rocha (2018) dissertam sobre os projetos interdisciplinares, pontuando que sua existência no estágio nessa estrutura, se dá devido a necessidade da inserção dos discentes na pesquisa e vivências em intervenções pedagógicas interdisciplinares no contexto educativo, enfocando as disciplinas que não fazem parte do currículo educacional, como Música e Espanhol.

Diante disso, compreendemos que o estágio de uma graduação que oferece também uma formação interdisciplinar, como a do curso de Linguagens e Códigos, necessite da reflexão de suas práticas de forma dialógica e trans dimensional, entendendo o conhecimento como algo complexo e não fragmentado. Por isso, no estágio supervisionado obrigatório II do Ensino Médio compõe-se da aplicação de um projeto interdisciplinar (com 25 horas), para promover momentos de pesquisa, prática e reflexão de propostas interdisciplinares dentro da disciplina de Língua Portuguesa no Ensino Médio.

A seguir, exporemos o projeto pedagógico, alvo dessa pesquisa sobre as possibilidades de inserir o tema transversal meio ambiente nas práticas de linguagens a partir dos gêneros digitais notícia *online* e canção, de forma interdisciplinar, em Língua Portuguesa.

5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste capítulo, apresentaremos a aplicação metodológica e seus resultados textuais, do projeto “O ambiente Emergencial”, alvo de demonstração das possibilidades de inserção das influências da Educação Ambiental, por meio do tema transversal: meio ambiente, nas práticas de linguagens multiletradas através dos gêneros digitais notícia *online* e Canção, em Língua Portuguesa, no Ensino Médio. Discutiremos a relevância do estágio na construção de um docente crítico, a importância da educação ambiental continuada, tão difundida em leis e documentos nacionais, bem como, a experiência e percepções que o presente projeto desencadeou na construção profissional do pesquisador.

5.1 Aplicação do Projeto Interdisciplinar O Ambiente Emergencial

O primeiro dia de aplicação do projeto pedagógico, se deu no dia 25 de setembro de 2019, com a apresentação do projeto a docente responsável pelas disciplinas de Língua Portuguesa e Produção textual, nas turmas de terceiro ano (a docente era a encarregada de ambas disciplinas nas turmas de terceiro ano). Vale ressaltar que, a estrutura curricular da escola separa o ensino-aprendizado linguístico entre: “Língua Portuguesa e Produção Textual. Com isso, as atividades desencadeadas no processo pedagógico, muitas das vezes são totalmente distantes uma das outras, já que não são integralizadas.

Na conversa, foi relatado as práticas de produções de redações dissertativas devido o foco para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Segundo a professora, os educandos já tinham familiaridade com a estrutura do texto, contudo, ao iniciar as aulas deveria recordar a estrutura. Também foi exposto, as dificuldades de ortografia e de gramática dos educandos e a resistência no processo de leitura, os principais meios de aplicação do projeto pedagógico.

Sobre a presença de temas transversais nas aulas, em especial o meio ambiente, foi discorrido que assuntos dessa natureza são abordados em sintonia com sua presença no livro didático. Já nas aulas de Produção Textual, diferentes temas transversais são discutidos para o embasamento das redações dissertativas, porém, em relação ao meio ambiente, poucas vezes foram abordadas discussões de forma aprofundada, como será enfatizado com o projeto. Assuntos relacionados ao ambiente são abordados em dias comemorativos, como do dia do Meio ambiente e outros dias comemorativos relacionados a temáticas. Normalmente são enfatizados mais profundamente em outras disciplinas.

Ao questionar sobre condutas interdisciplinares, a docente diz que rara são as ocasiões de trabalho interdisciplinar ou a inserção do mesmo em aulas de LP, com a justificativa do currículo de LP ser vasto, sem aberturas de inserir assuntos transversais com tal abordagem.

A respeito da utilização de recursos tecnológicos como celulares em sala de aula para a melhor circulação de textos de esferas digitais, a professora disse não usar celulares, pois, seria proibido seu uso em sala de aula, e também, devido à falta de segurança no uso do aparelho como ferramenta metodológica, pois, alguns educandos poderiam usar para outras funções, ocasionando a falta de controle e foco no objetivo da aula.

Os argumentos apresentados pela professora podem ser explicados pelas concepções de Araújo (2014), em relação às estruturas curriculares das especificidades das disciplinas escolares, pois mantém a divisão dos conhecimentos entre humanidade, natureza e cultura, sendo tratados de forma hierárquica quando comparados às especificidades estruturais das disciplinas.

Logo, o tratamento com temáticas transversais no ensino deveria interagir com os conteúdos de Língua Portuguesa e Produção Textual de forma contínua, e não apenas quando presentes no conteúdo curricular, apresentando uma prática interacionista nos moldes do que Loureiro e Torres (2014) refletem sobre a pedagogia freiriana, colaborando para a emancipação integral do sujeito. Através do método interdisciplinar, Lück (2013) aborda que, o ensino poderia oportunizar a construção do conhecimento a partir da dinâmica entre os saberes da realidade vivida e linguísticos.

Inserindo os estudantes de forma ativa no processo de ensino-aprendizagem, onde o conhecimento científico pudesse se integrar às relações socioambientais e culturais, para que assim, contribuísse para sua formação cidadã, os constituindo como sujeitos críticos e reflexivos no mundo, contribuindo na formação para cidadania.

Dessa forma, esse primeiro contato com a realidade vivenciada pela regente de ambas disciplinas alvo dessa pesquisa, pudemos mapear e perceber a realidade encarada na turma alvo do projeto, as limitações de recursos metodológicos para a circulação dos tópicos de reflexão e as possibilidades de circulação da proposta.

- AULA 1 – Apresentação da temática do projeto para a turma.

Neste dia, ocorreu a primeira aplicação do projeto “O ambiente emergencial”, na turma do 3º ano A vespertino, no quarto horário de aula, seguindo os seguintes objetivos:

- ✓ Contextualizar o projeto com a turma;
- ✓ Refletir sobre o título “O ambiente emergencial”;
- ✓ Socializar as diferentes experiências ambientais a partir de discursos acerca de suas vivências em sociedade.

Neste contato inicial, as atividades se deram unicamente por meio da oralidade sob carga horária de 1 hora aula (45 minutos). Foi apresentado o título “O ambiente emergencial”, com a intenção de refletir sobre a significação.

Nos baseamos nas ideias de Antunes (2003) e Marcuschi (2008), ao considerar que antes da prática textual escrita, devemos contextualizar o assunto, assim, buscamos

construir coletivamente os conhecimentos da significação individual do tema do projeto, valorizando as experiências prévias dos educandos. Também problematizando ideias e estimulando reflexões a partir da promoção de atividades orais através de discussões, em conformidade com as considerações de Furtado *et al* (2018), sobre a capacidade de socialização do ser humano. Ao socializar suas práticas e vivências socioambientais, à medida que refletem sobre suas ações, reconhecem-nas na realidade ambiental em que estão inseridas.

Essa mediação se deu através das práticas orais, com foco na ideia de leitura do mundo crítico local a partir da EAC, para a percepção da ligação entre as relações sociais e ambientais, de acordo com Alves, Meirelles e Pereira (2015). Com isso, incentivamos os alunos a expressarem suas opiniões e ouvirem diferentes visões do conhecimento de forma crítica, autônoma e reflexiva.

A maioria dos alunos interagiu com a proposta, dando inúmeros significados a temática. Alguns fizeram graça com o tema, relacionando-o com um filme de terror, à situação do planeta e outros não participaram.

Seguidamente foi sugerido uma roda de conversa em que cada um relataria uma experiência com a degradação ambiental, demonstrando que a questão ambiental envolve diferentes ambientes.

Muitos relataram diferentes a situação do lixo nas ruas e suas localidades de origem (alguns eram da zona rural). A falta de saneamento básico que alguns deles não tinham acessos nos bairros, o que provocava lama, odores, e locais de infecções. Outros relataram as extinções de animais que antes eram abundantes na fauna e hoje são bem raros encontrá-los, principalmente na zona urbana da cidade, como os pássaros: galos de campina, coleiro; animais como tatu, paca, dentre outros.

Alguns educandos relatam que o rio Buriti está assoreado por conta da retirada de areia, pasto de gado e que o esgoto da cidade escoar nele, o que causa grande poluição, que provocou a mudança da cor do rio e o seu consumo direto. Já outros disseram que, no interior do município ainda existem locais onde o rio é preservado, bom para banhos e consumo, diferente da cidade. Dessa forma, foi notado as percepções e vivências dos alunos, bem como a vasta extensão dos problemas que envolvem o meio ambiente e a ligação direta na vida em sociedade.

Nessa primeira interação, os estudantes apresentaram as suas percepções reflexivas sobre as ações humanas em relação aos questionamentos ambientais relatados. Promovemos uma formação cidadã ativa e crítica em consonância aos princípios de

educação transversal de Araújo (2014). Transitando entre as diversas áreas do saber por meio da oralidade, para se compreender a correlação entre os conhecimentos, em conformidade com Fazenda (2008), pela qual defende que ações pedagógicas devem recuperar a unidade dos sentidos social, natural e humano.

Procuramos desenvolver as atividades orais baseadas nas ideias de Antunes (2003), que defende seu trato alinhado as manifestações de diferentes gêneros orais, através da interação verbal, permitindo a manifestação tanto da variedade sociocultural, como dialética dos educandos. Logo, concordamos com seu enfoque crítico, que trabalha aspectos linguísticos, argumentativos, a receptividade de discursos, a capacidade de escuta atenta, participação, interação e cooperação na construção de conhecimentos, alinhados à promoção de percepções socioambientais.

Dessa forma, nos embasamos em Antunes (2003) e Marcuschi (200), que encaram o trabalho com a oralidade como meio de contextualização e construção de conhecimentos, e Furtado *et al* (2018), que aborda a proatividade do ser humano na socialização por meio das linguagens. As práticas orais desse projeto, portanto, utilizando tanto os gêneros digitais notícia e canção, se baseiam na tríade teórica mencionada, em prol do desenvolvimento dos sentidos diante das temáticas socioambientais.

- AULA 2 – Gênero notícia *online*: População e consumismo ameaçam o planeta, alerta estudo do WWF.

O segundo encontro ocorreu no dia 08 de outubro de 2019 (terça-feira), no segundo e terceiro horário, com a carga horária de 2 horas aula.

Aqui, nos apoiamos em Rojo e Moura (2012), que tratam da relevância de implementação do gênero jornalístico, especialmente a notícia *online*, pois são textos multimodais, que circulam pelos ambientes digitais de informação e comunicação, ampliando as significações do mundo social. Em, Barcelos (2012) que defende a possibilidade de lidar com temas ambientais através do texto. Na importância de uma formação holística sobre a realidade e os fatores que determinam a situação socioambiental, desenvolvida pelo estudo interacional da língua enquanto manifestação social por meio do texto, conforme Antunes (2003).

Pensando nisso e na necessidade de se conhecer a problemática ambiental de forma global, a escolha dessa temática se influenciou nas propostas discutidas DCNEA (2012), em relação a adoção de abordagens que examine as conexões entre a sociedade, o

consumo e natureza adotando reflexões ativas e críticas. Assim como, nos teóricos Branco Royer e Branco (2020) e Lamim-Guedes e Monteiro (2019). Ao incumbir às práticas educacionais interdisciplinares em EA, a necessidade se conhecer o problema de forma globalizada, refletindo sobre as relações socioambientais em paralelo com influências políticas, econômicas e consumistas. Percebendo a interferência destes, na condição socioambiental local vivenciada.

A proposta desse encontro utilizou uma notícia online do site do G1, para instigar discussões acerca do consumo e consumismo e suas consequências para os recursos naturais e a vida em sociedade. Com isso, foi apresentado e socializado o texto jornalístico, enfatizado o assunto do *lead* com a advertência dos riscos do crescimento da população, bem como a classificação do Brasil no Ranking mundial diante dos padrões de consumo.

Objetivos centrais da aula:

- ✓ Conhecer a situação do mundo e do Brasil acerca da saúde do planeta;
- ✓ Reconhecer a veracidade do veículo de informação digital assim como sua estrutura;
- ✓ Discutir a situação do aumento da população com o risco a biodiversidade e para o crescimento do consumismo, de acordo com os dados apresentados e seus conhecimentos;
- ✓ Elaborar discursos envolvendo sua percepção sobre a temática.

Figura 1: *Lead* da notícia online do G1 Natureza.



15/05/2012 11h27 - Atualizado em 15/05/2012 11h27

População e consumismo ameaçam o planeta, alerta estudo do WWF

Quanto maior a pegada ecológica, maior é consumo de recursos naturais. Ranking aponta o Qatar com a maior pegada; ONG aponta Brasil como 56°.

Fonte: G1 Natureza (<https://g1.globo.com/natureza/noticia/2012/05/populacao-e-consumismo-ameacam-o-planeta-alerta-estudo-do-wwf.html>).

Na primeira etapa, foi questionado o sentido da temática, alguns educandos abordaram que se refere ao excesso de compras, de produção de lixo; extravagância de

recursos naturais, que afetam a toda vida no planeta, principalmente o equilíbrio do meio ambiente.

Antes demais nada, é preciso mencionar que a escola não possuía projetor, somente uma tv de 29 polegadas. Para cumprir o que Rodrigues e Cerutti-Rizzatti (2011) apontam como essencial para veracidade das metodologias que usam gênero notícia *online* em LP, a notícia do site foi replicada na TV e socializada de modo impresso com fidelidade a fonte. A turma foi dividida em três grupos onde todos leram a notícia em 35 min, em seguida, cada grupo apresentou e explicou os tópicos: Impacto; Biodiversidade em queda; cobrança.

Essa notícia enfatiza os efeitos do aumento da população e do consumo nas consequências do processo de equilíbrio e regeneração do planeta. Conforme o Fundo Mundial para a Natureza (WWF), a biodiversidade está praticamente esgotada em relação à exploração de seus recursos naturais, em benefício da indústria consumista. Os dados sobre a diminuição da biodiversidade desde 1970, ano de início das discussões sobre o meio ambiente em conferências mundiais, mostram a situação emergencial do planeta devido aos padrões de consumo e exploração dos recursos naturais.

A posição do Brasil neste cenário é de 56º lugar na "pegada ecológica", o que é bastante preocupante em relação à sua extensão territorial. A cobrança da organização ambientalista Fundo Mundial para a Natureza (WWF) é citada, que pede a diminuição da exploração dos recursos naturais dos países de alto poder econômico.

No texto, ainda é abordado uma imagem para reforçar o argumento textual. A mesma foi socializada na tv.

Figura 2 – Imagem ilustrativa da notícia do G1 Natureza.



Figura 2: Fonte: G1 (<https://g1.globo.com/natureza/noticia/2012/05/populacao-e-consumismo-ameacam-o-planeta-alerta-estudo-do-wwf.html>)

A imagem presente no texto ajudou a refletir com mais profundidade sobre o assunto, conectando aos sentidos do que é dito textualmente, aumentando as percepções analíticas. Dessa forma, percebe-se que retrata o consumismo de uma grande cidade, que, devido à sua extensão territorial, não existe natureza e que retrata a dimensão da necessidade do consumo de recursos naturais.

Quadro 1– Atividades realizadas oralmente envolvendo ambas áreas de estudo envolta da notícia do G1 Natureza.

<p>EDUCAÇÃO AMBIENTAL</p>	<p>Compreensão dos conceitos de consumo e consumismo; Conhecimento de existências de conferências mundiais e de pesquisas que discutem a melhoria do meio ambiente, assim como a situação do Brasil nessas discussões; Entendimento do que é a pegada ecológica; Percepção da interligação do impacto do consumismo na vida em sociedade e meio ambiente; O uso industrial dos recursos naturais e as consequências sociais.</p>
<p>LÍNGUA PORTUGUESA</p>	<p>Análise da veracidade da fonte, ressaltando a origem dos dados e sua estrutura composicional; Leitura das semioses da notícia; Compressão crítica do texto em paralelo com as experiências locais;</p>

	Produção de discursos orais e escritos, este sob o tipo textual redação dissertativa; Percepção da estrutura da redação dissertativa.
--	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Os educandos demonstraram dificuldades em compreender o texto escrito, pois a temática se apresentou complexa nas interações orais, visto que, envolve diferentes perspectivas como políticas e consumistas envolta das relações ambientais. Quando a imagem foi socializada, houve mais discussões sobre os sentidos imagéticos associados a vida cotidiana, do que do contexto textual.

Alguns fatores que podem justificar a dificuldade com temática atual na fase de análise textual, tem relação com a ausência nas práticas de letramento e a inserção de gêneros digitais que abordam temas e linguagens complexas, sobretudo a textual, nas práticas de letramento em Língua Portuguesa. Rodrigues e Cerutti-Rizzati (2011), corroborando Street (2003), demonstram que algumas ações de letramento com intuito de reflexão crítica, se mostram impermeáveis, devido às condições de sentido da prática de letramento na população em questão. O que demonstra a falta de domínio, acesso e modelo de trabalho, com as linguagens multiletradas nas interações com a LP.

Com isso, tentamos agir para o estudo desse tema complexo, incentivando a partir da interação discursiva, o reconhecimento de ideias e fatos ambientais relacionados ao consumo, em conjunto com a valorização dos saberes locais em suas perspectivas culturais e regionais. Aprofundando as técnicas de interpretação e compreensão do discurso presente nos textos escritos, por meio da linguagem imagética presente na reportagem. Com esse mecanismo, os educandos conseguiram relacionar o discurso textual com a realidade vivida diante da reflexão dos significados da imagem e suas relações com suas experiências e saberes.

Como resultado, as produções textuais abordaram diferentes visões de mundo alicerçadas nessa primeira interação.

Figura 3- Produção Textual aluno A.

O estado da humanidade hoje em dia está muito próximo uma coisa que está um pouco mais fácil de se encontrar no mundo hoje em dia não é bem assim! não vamos mostrar coisas que por deixamos a mente certas de pessoas, como o estado de guerra e de humanidade, essenciais por o reaparecimento de uma guerra, tendo assim por responsabilidades do próprio humanidade de.

São sentinas de equitantes de florestas desmatadas por uma coisa elétrica com fumos tóxicos reportos no campo de Ogdin além o aumento das grandes cidades, mostram a vida de vida construídas de produtos, os bichos chegam a não ter onde morar, como muita coisa que não tem um animal espalhado nos seus das cidades grandes.

A natureza e o mundo pedem ajuda! fumaças, aquecimento global com estas alarmes e pedras ficam mais altas ainda, se não tomarmos alguma providência o mais rápido possível.

há que pontos chegamos? a ganância de homem trouxe um preço alto a pagar, que nem todo o dinheiro do mundo no tempo ou tempo de resto o que o mundo que há algumas coisas com suas ideias, e é uma normal sempre que enxerguem o mal que estão fazendo e parem pelo no final, eles também vão acabar com as consequências.

Fonte: produções textuais dos estudantes participantes da pesquisa.

Figura 4 – Produção Textual aluno B

De fato o mundo está cada vez mais moderno com transportes mais rápidos dentre varias outras coisas facilitando cada vez mais a vida das pessoas. Mas será que o meio ambiente diz o mesmo?

Contando a modernidade vai crescendo o meio ambiente vai sofrendo com ela. Cada vez mais veículos, máquinas e substâncias como o agrotóxicos, sem sendo usadas com mais frequência no meio ambiente, a queima de combustíveis fósseis em excesso ocasionam o efeito estufa deixando o planeta mais quente o uso de agrotóxicos acabam se tornando poluentes ao solo, as desmatamentos causados por criação destruindo grande parte da biodiversidade do planeta sem reconstrução florestal e uso excessivo de água que pode ocasionar em um redimensionamento de ^{uso} em alguns anos, todos esses fatores estão tornando e fazendo com que o meio ambiente entre em estado emergencial.

Contudo para uma maior prevenção e necessária a diminuição de agrotóxicos no solo, diminuir o uso de automoveis que utilizam com excesso o combustível fósseis, reduzir o uso de água dentre varias outras práticas que podem ajudar o planeta se recuperar.

Fonte: produções textuais dos estudantes participantes da pesquisa.

No texto apresentado pelo aluno A, percebemos inferências de conhecimentos que não foram debatidos na aula, para aprofundar o embasamento das situações socioambientais. Cita os desastres de Mariana e de Brumadinho, relacionando às ações de exploração de recursos naturais provocados pelos humanos, o que demonstra seus conhecimentos de mundo. Menciona a exploração de terra para a construção de industriais que colaboram para a poluição do ar, terra e fauna, causando a migração de animais. Por fim, o mesmo indaga sobre os limites da ganância que pode ser encarada através do consumismo, fazendo alusão a qualidade de vida do passado com a atual, juntamente com a esperança de que tais ações causem reflexões aos agressores ambientais.

Na segunda amostra de produções, referente ao aluno B, o estudante cita a crescente modernização e os aparatos tecnológicos que poluem o ar, água e solo, citando as queimadas, o uso excessivo de água e de agrotóxicos, como consequência o efeito estufa e suas causas para a condição de vida. Verificamos que o mesmo traz alguns conhecimentos de sua bagagem educacional e vivencial para justificar o desequilíbrio ambiental. Por fim, apresenta uma possível solução para o enfrentamento da realidade defendendo a diminuição de produtos que agridem o meio ambiente.

Nas duas produções, apesar dos textos parecem confusos ao expressar suas ideias, os educandos conseguem apresentar seus conhecimentos acerca das relações humanas e ambientais, dissertando sobre a exploração e contaminação do solo como dos combustíveis fósseis, agrotóxicos, desmatamentos, em prol do consumo e crescimento econômico, juntamente com a percepção que as consequências serão inclusive para os agentes da exploração e contaminação ambiental.

Contudo ambas produções textuais demonstram dificuldades em seguir a regra de estrutura da redação pelo modelo de redação argumentativa, devido aos inúmeros problemas linguísticos e gramaticais que contribuiram para a exposição confusa dos objetivos discursivos dos educandos, como a falta de coerência e coesão, erros ortográficos e ausência de sinais ortográficos. Vale apontar que não houve tempo para a correção e reescritas das produções com os educandos.

Antunes (2003) sustenta que a escrita é uma atividade interativa, que expressa as ideias, informações e intenções do autor, provenientes da bagagem discursiva construída nas relações sociais. Sendo assim, é necessário ter domínio das especificidades linguísticas para que sua expressão discursiva textual seja apresentada de forma clara, objetiva e compreensível para os leitores/educandos alvo do projeto.

Portanto, concordamos com Antunes (2009), que defende que as práticas pedagógicas em LP e PT devem ser trabalhadas através da interação verbal, promovendo o diálogo entre conhecimentos de diferentes segmentos. Os eventos de letramento correspondentes as práticas, deveriam estar sob a contínua condição de execução das práticas discursivas em LP e PT, contemplando os mais variados gêneros orais e textuais para capacitar os educandos à prática social e plural da comunicação, tanto oral quanto escrita.

- 3º AULA – Gênero notícia *online*: Relatório da ONU alerta para possível crise mundial de água.

O terceiro encontro aconteceu dia 22 de outubro (terça-feira), no segundo e terceiro horário, sob carga horaria de 2 horas aula.

Essa aula foi orientada pela notícia online do site da Veja, no intuito de estimular discussões sobre a insegurança hídrica no mundo e a condição do Brasil neste cenário. Dessa forma, a notícia foi socializada de forma impressa e refletida na TV.

A temática dessa aula se baseou em Barcelos (2012), ao tratar o texto como um meio simbólico da realidade, bem como de expressão do imaginário, criado a partir das relações socioambientais, portanto, influenciando na perspectiva da leitura como práticas discursivas para a compreensão do mundo.

Utilizamos conceitos apresentados por Loureiro e Torres (2014) em EAC, para refletir criticamente à realidade onde os educandos vivem e se relacionam socialmente com os recursos naturais. No intuito de provocar mudanças de pensamento em torno dos problemas ambientais, conforme defende Reigota (2009), assim como despertar a consciência da ligação entre as ações humanas e seus efeitos ambientais a curto e longo prazo na sociedade de consumo.

Também nos apoiamos em Marcuschi (2008), ao tratar o trabalho com a linguagem como uma forma de contextualização dos sentidos discursivos. Em Ferraz (2019), ao incluir nas práticas de linguagens e multiletramentos em LP, e a importância de se desenvolver o discernimento sobre o consumo responsável em escala global e local dos recursos naturais, postos pelo PCN Transversal Meio Ambiente (1998), especialmente os hídricos, discutidos nessa aula.

Inicialmente, foi focando no conteúdo do *lead*, pelo qual menciona as expectativas do abastecimento de água, realizando questionamentos sobre a situação da cidade de São Bernardo neste cenário.

Objetivos desenvolvidos na aula:

- ✓ Perceber a escassez de água e os fatores que agravam essa condição no Brasil e no mundo;
- ✓ Verificar a veracidade do veículo de informação e sua estrutura;
- ✓ Reconhecer a situação hídrica na região e seus impactos nas relações socioeconômica;
- ✓ Produzir discursos baseados na temática abordada.

Figura 5 – *Lead* da notícia online da Veja.

The image shows a screenshot of a news article from the website 'veja'. At the top, the 'veja' logo is displayed in red. Below the logo is a navigation bar with the following categories: RADAR, RADAR ECONÔMICO, POLÍTICA, ECONOMIA, SAÚDE, MUNDO, CULTURA, ESPORTE, and AGENDA VERDE. The article is categorized under 'Ciência'. The main headline is 'Relatório da ONU alerta para possível crise mundial de água'. Below the headline, a sub-headline reads: 'Caso não haja uma mudança dramática no uso, gerenciamento e compartilhamento do recurso, o mundo enfrentará um déficit de 40% no abastecimento de água em 2030'. At the bottom of the article snippet, it says 'Por Da Redação Atualizado em 6 Maio 2016, 16h05 - Publicado em 20 mar 2015, 15h23'.

Fonte: Revista Veja (<https://veja.abril.com.br/ciencia/relatorio-da-onu-alerta-para-possivel-crise-mundial-de-agua/>)

Alguns estudantes relataram a falta de água nas suas residências, abordando diversos motivos, como: encanamentos velhos, falta de saneamento básico e problemas na distribuidora da cidade. Outros mencionaram que o recurso natural é abundante, pois moram perto do rio e que possuem poço d'água em suas residências. Após essa etapa, foram dados 25 minutos para a leitura do texto. A condução da proposta foi feita a partir de uma leitura coletiva, focando nos aspectos principais da notícia, para se gerar discussões críticas.

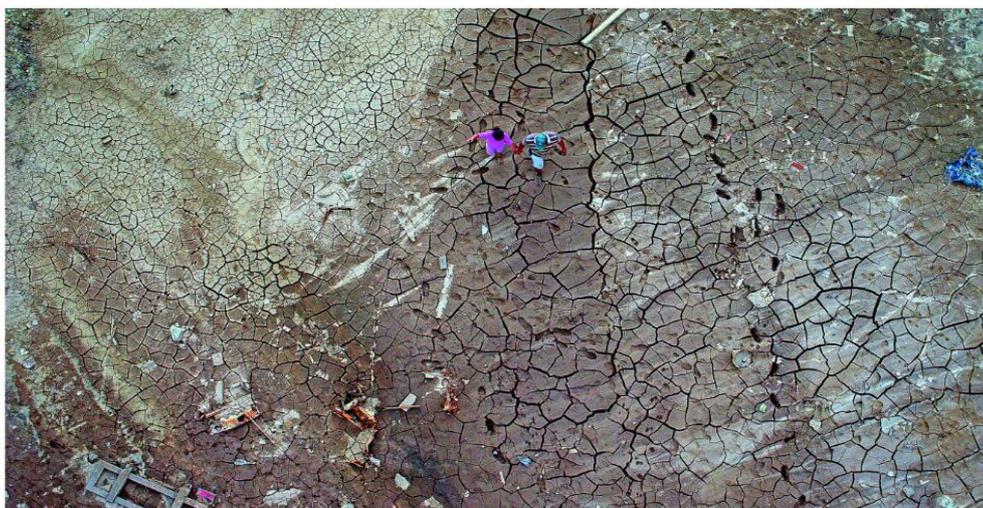
As informações presentes na notícia, são referentes a um documento mundial da Unesco sobre a capacidade hídrica do planeta, que pode diminuir em até 40% a 60% entre 2030 e 2050, devido aos padrões de consumo e crescimento da população e à

responsabilidade governamental. A notícia cita também a ONU, sobre a estimativa de que os aquíferos e grandes reservatórios mundiais, que são fonte de água potável, estão sendo explorados além de suas capacidades, além de servir para quase a metade de suas potencialidades para a irrigação de plantações da agroindústria.

O Brasil é apontado como um dos países com a maior reserva de água do mundo, mas também é um dos que mais sofrem com o e stress ambiental, pois, com as construções de hidrelétricas, foram exterminados ecossistemas, espécies de animais e invasão dos mesmos, além de grandes riscos de assoreamento dos rios. Dessa maneira, o equilíbrio dessas áreas territoriais foi alterado, o que causou o desequilíbrio dos ciclos e locais das chuvas, provocando eventos climáticos, como secas e alagamentos, em diferentes partes do país.

A imagem da informação foi projetada na TV, retratando a situação da seca, aumentando a reflexão e percepções, além de melhorar os sentidos do texto.

Figura 6. Ilustração da notícia Veja.



De acordo com o relatório da ONU, o Brasil está entre os países que mais registraram estresse ambiental devido a mudanças realizadas nos fluxos naturais dos rios e que causaram maior degradação dos ecossistemas, com aumento do número de espécies invasoras, além do risco de assoreamento (Jonne Roriz/VEJA)

Fonte: Veja (<https://veja.abril.com.br/ciencia/relatorio-da-onu-alerta-para-possivel-crise-mundial-de-agua/>)

Ao focar na imagem, diversas reflexões surgiram, como se tratar de uma barragem, um rio ou lago. A presença do lixo foi enfatizada, refletindo sobre as práticas de poluição, como jogar lixo nos rios que, com a seca, surgiram. Além disso, também foi ressaltado a presença de um homem e uma criança caminhando de mãos dadas, representando a necessidade do recurso natural e a dicotomia da realidade que, antes, não

era possível caminhar sobre o local que era somente água, representando um presente e um futuro alarmante.

Quadro 2 – Atividades realizadas oralmente envolvendo ambas áreas de estudo sobre a notícia da Veja.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL	Compreensão do funcionamento das reservas hídricas, assim como a presença da agroindústria na região; entendimento das principais ações que podem ser realizadas em comunidade para preservação dos recursos hídricos; Reflexões sobre dependência da sociedade pela água e sua escarcas nos grupos sociais mais carentes;
LÍNGUA PORTUGUESA	Análise da veracidade da fonte, ressaltando a origem dos dados e sua estrutura composicional; Leitura das semioses da notícia; percepção crítica do conteúdo do texto em paralelo com as experiências locais; Produção de discursos orais e escritas, este sob o tipo textual redação dissertativa. Recapitulação da estrutura da redação dissertativa.

Com esse tema, os estudantes tiveram uma participação mais ativa nas interações discursivas, socializando suas experiências, além de enfatizar as condições da água potável na região. A forma como essa interação se apresenta pode ser estudada nas produções textuais que os educandos criaram, baseados em diferentes pontos de vista que envolviam o uso da água e sua preservação.

Figura 7 – Produção Textual aluno C

A vida, como nós conhecemos, não existe sem água. É dos nossos tijolos que lembram que na fotossíntese, processo básico da vida, o gás carbônico e a água são usados para a síntese de glicose, o principal alimento energético da célula.

A falta de água é tão clara que ela passou a ser considerada ouro no século XXI. Os sistemas de abastecimento de água perdem elevada quantidade de água por conta de vazamentos em suas estruturas de tubulações. Alguns fatores como a pecuária, a agricultura e comércio, além da falta de saneamento básico nas cidades.

Portanto, nós seres humanos sabendo que a água pode acabar um dia, temos que fazer desde coisas pequenas, como desovar os dentes com terno fechada até mesmo verificar se existe vazamentos nos canos de nossas casas, assim, temos menos desperdício de água e reutilizar água potável.

Fonte: produções textuais dos estudantes participantes da pesquisa.

Figura 8 – Produção Textual aluno D

A temperatura tem aumentado constantemente nas últimas décadas, e tende a piorar devido aos desmatamentos, queimadas de florestas, poluição, etc.

Passos do mundo inteiro, já sentem na pele o impacto causado por essas alterações. Como prova disso, observamos: secas extremas em algumas regiões do Brasil e abundância de chuva em outras; basta catástrofes da natureza ocorrendo com mais frequência.

O vazamento de óleo (petróleo) que vem aparecendo nas praias brasileiras é mais uma prova de falta de comprometimento com o meio e com as próprias pessoas.

Entende-se, que para minimizar essa problemática é preciso desde já que, ocorra mudanças bruscas. É preciso que o governo juntamente com a sua população, se unam em favor dessa causa e que seja impostas leis severas para ações de inflação como a que ocorreu nas águas brasileiras. Investimentos para a redução de pessoas em geral do meio ambiente. É preciso também, mudanças em casa, para que assim, consigamos diminuir o impacto que futuramente vamos sofrer.

Fonte: produções textuais dos estudantes participantes da pesquisa.

A produção C inicia com uma discussão a respeito de conhecimentos científicos, como o processo de fotossíntese, usa uma metáfora (figura de linguagem): “[...] *água* [...] *considerada ouro no século XXI*”, para fazer referência à água como um bem precioso. Fica claro que o aluno usou diversas conversas na sala de aula para compor o texto, como os problemas de consumo do recurso natural na agricultura, além do desperdício. Encerrando, usa os seus conhecimentos de mundo para sugerir ações que possam diminuir o uso do recurso, como ações humanas para diminuir o desperdício e reciclar o uso da água.

No texto D, o estudante começa enfatizando os eventos causados pela queimada e poluição, os quais são responsáveis pelo aumento da temperatura no planeta. É enfatizado suas vivências com o impacto climático, por meio das figuras de linguagem metáfora e metonímia: “*Pessoas do mundo inteiro, já sentem na pele os impactos causados por essa violação*”. Há presença de exemplos de consequências ambientais como a poluição do mar, causado pela poluição por óleo nas praias brasileiras e eventos climáticos como a seca e enchentes.

Ao finalizar, enfatizou o descaso governamental com o meio ambiente e sua responsabilidade de para incentivar a educação da sociedade, como meio de alcançar mudanças mais consistentes, abordou ações que a população deve tomar para reduzir o impacto das consequências.

Nas duas redações, verificamos que os estudantes seguem a estrutura da redação, apesar de haver presenças de erros linguísticos e gramaticais, como falta de coesão em determinados pontos, e de ortografia como nas palavras “*calsas; observasse*” (aluno D), ambos conseguiram apresentar sua opinião em forma argumentativa, apresentar dados, mesmo que de forma superficial e possíveis soluções.

Nos fundamentamos em Antunes (2003), tendo em vista que a compreensão de um texto deve extrapolar o conhecimento da língua, necessitando da interação entre diferentes conhecimentos, agregando novos conceitos, dados e diferentes informações e meios, dos acontecimentos planetários para aumentar o acervo de dados e conhecimentos do leitor, os quais refletem diretamente nas capacidades analíticas do educando.

Assim, executamos a proposta em sintonia com as ideias de Rodrigues e Cerutti-Rizzati (2011), ao relacionar o trabalho com o texto em uma perspectiva crítica e interacionista, incentivando o reconhecimento de ideias e fatos científicos, em paralelo com a valorização dos saberes de mundo locais, em suas perspectivas culturais e

regionais, aprofundando as práticas de interpretação e compreensão do discurso presente nos textos escritos através dos multiletramentos.

- 4º AULA – Gênero notícia online: Maranhão perdeu 80% da floresta amazônica nos últimos 70 anos.

O quarto aula foi aplicada no dia 25 de outubro (quarta-feira), no quarto e quinto horário, sob carga horaria de 2 horas aula.

Nessa aula, nos embasamos nas ideias Rojo e Barbosa (2015), que defende a presença dos multiletramentos na construção de sentidos interpretativos e discursivos. Em Ferraz (2019), que sustenta a importância dos gêneros digitais para validar as expressões humanas contemporâneas, ligadas a LP, já que interferem tanto na formação linguística, quanto na crítica e social. Dessa forma, as reflexões sobre a realidade florestal Maranhense, tem relação direta com a vida em sociedade do público alvo do projeto.

Contribuindo para colocar em prática as especificidades da lei 9.795, através de sua possibilidade de integração no currículo de LP, a partir da articulação de conhecimentos regionais e locais. Assim como na defesa de Ferreira *et al* (2014), a respeito da pedagogia interdisciplinar, onde o aluno deve ser estimulado a expandir suas percepções sobre sua realidade, colaborando em sua formação holística, reconhecendo a situação e os fatores que determinam as relações socioambientais de sua região, desenvolvida a partir do trato interacional da língua enquanto manifestação social por meio do texto, conforme Antunes (2003).

Nessa etapa as discussões se voltaram para a região do estado do Maranhão, buscando discutir o cenário ambiental pelo qual estamos inseridos. Assim, foi utilizado a notícia online do site do G1 Maranhão - Rede Mirante, que socializava dados do bioma maranhense amazônico. Os textos foram entregues de forma impressa e reproduzida na TV.

Primeiramente, tratamos do tema do *lead*, que apresenta o contexto das reservas indígenas através da fala de um especialista. foi questionado se conheciam alguma comunidade indígena do estado e quais eram os biomas presentes no maranhão.

Figura 9: *lead* da notícia do G1 Maranhão – Rede Mirante.

g1 MARANHÃO REDE MIRANTE

Maranhão perdeu 80% da floresta amazônica nos últimos 70 anos

"O que ainda resta de floresta protegida está em umas poucas unidades de conservação e terras indígenas, que sofrem uma série de pressões", afirma pesquisador.

Por G1 MA — São Luís
11/09/2019 20h52 · Atualizado há 3 anos

Fonte: G1 Maranhão – Rede Mirante (<https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2019/09/11/maranhao-perdeu-80percent-da-floresta-amazonica-nos-ultimos-70-anos.ghtml>).

Objetivos envolvidos na aula:

- ✓ Conhecer o estado socioambiental do Maranhão;
- ✓ Perceber os diferentes biomas presentes no estado;
- ✓ Refletir sobre os impactos locais da exploração ambiental;
- ✓ Verificar a veracidade da fonte da notícia e sua estrutura;
- ✓ Produzir discursos pautados na temática.

Muitos alunos participaram dialogando com seus conhecimentos, abordando que o estado era dividido entre os biomas do cerrado e amazônico. Foi apresentado alguns índices da presença de cada bioma na região, a presença do bioma da caatinga, e a localização de São Bernardo -MA dentro do bioma do cerrado.

Acenderam-se discussões acerca da degradação da região, muitos mencionaram a presença de campos agrícolas nas áreas vizinhas, o que resultou na extinção ou na entrada de espécies em listas de animais em extinção, e migração destes para outros lugares. Alguns apontaram um evento ocorrido no interior da cidade vizinha de Magalhães de Almeida, no povoado de Melancias. Num período de chuva, os produtos químicos dos campos agrícolas foram levados pela enxurrada até a maior lagoa da região, causando a morte de diversas espécies de peixes e vegetais.

Poucos debateram a questão indígena em relação às reservas indígenas no estado, demonstrando desconhecer as principais reservas florestais do maranhão. O que foi discutido foram as tensões provocadas pela ocupação ilegal de terra e pela exploração ilegal de madeira e caça nessas áreas, que são preservadas. Dessa forma, foram

concedidos 25 minutos para a leitura da reportagem, a fim de aprofundar as discussões sobre o tema.

A reportagem apresenta os danos ambientais no território da Amazonia Legal do estado, revelando que sua área de ocupação é de 1/3 do total do território maranhense. Essa ocupação está dividida em diferentes áreas que fazem parte das terras indígenas protegidas. Dessa forma, esses povos sofrem com as queimadas e desmatamentos provocados pela exploração ilegal de recursos naturais. Há citações de estudos de acadêmicos da UEMA e IMESC, que revelam que a biodiversidade está cada vez mais vulnerável, demonstrando algumas espécies como: ameaçadas de extinção.

A notícia também apresenta discurso audiovisual, dessa forma, a cobertura do assunto foi mais intensa, com vídeos e narrações para compreender a devastação florestal e seus efeitos na vida das localidades indígenas que estão nas áreas afetadas.

Figura 10 – Trechos da reportagem da notícia do G1 maranhão- Jornal Mirante.



Fonte: G1 Maranhão- Jornal Mirante (<https://globoplay.globo.com/v/7915837/>).

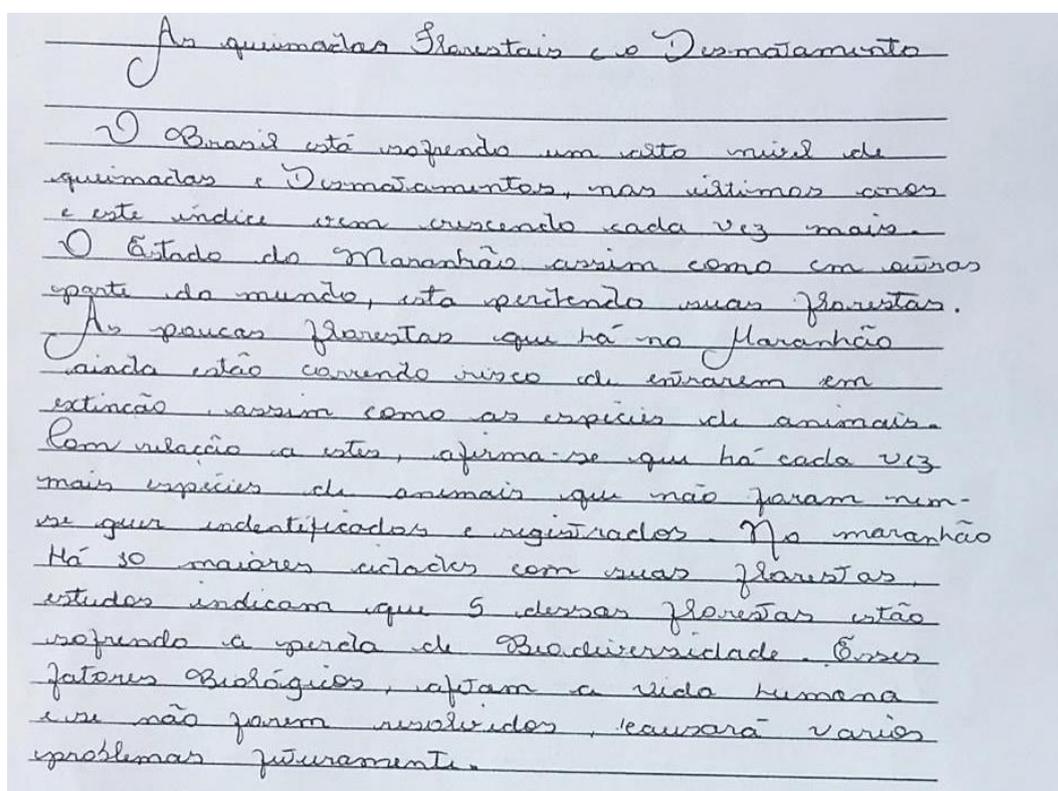
Nas discussões, foi notado o equilíbrio discursivo entre texto e vídeo, observando os dados das áreas territoriais discutidas na reportagem textual por meio do vídeo e narração. Os dados do aumento das práticas de exploração entre 2018 e 2019 chamaram a atenção dos educandos, pois foram de 270%. Também foi possível refletir sobre a dimensão das queimadas nas áreas de preservação e a impossibilidade de controle das mesmas.

Quadro 3 - atividades realizadas oralmente envolvendo ambas áreas de estudo sobre a notícia do GI Maranhão- Jornal Mirante.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL	Conhecer os biomas maranhenses e seus aspectos em São Bernardo (clima, fauna e flora); Percepção quantitativa de áreas florestais preservadas no maranhão e os povos nelas inclusos; Associação exploração florestal da fauna e flora na localidade e seus impactos socioeconômicos e ambientais.
LÍNGUA PORTUGUESA	Leitura das semioses da notícia; Análise da veracidade da informação e seus efeitos de sentido, além de sua estrutura composicional; Comparação discursiva crítica das duas diferentes formas de circulação da informação, textual e audiovisual; Elaboração de discursos orais e escritos, este sob o tipo textual redação dissertativa; Recapitulação da estrutura da redação dissertativa.

Os resultados dessa aula são refletidos nas produções de redações dissertativas, pelas quais foram redigidas abordando diferentes perspectivas de análise.

Figura 11 – Produção Textual aluno E



Fonte: produções textuais dos estudantes participantes da pesquisa.

Figura 12 – Produção Textual aluno F

Maranhão Perdeu 80% da Floresta Amazônica nos últimos 70 anos

Segundo especialistas, o Maranhão perdeu 80% da floresta amazônica nos últimos 70 anos, não só o estado perdeu mais, também o nosso mundo está sofrendo com a perda de biodiversidade e com a extinção de várias espécies, seres vertebrados.

É nossa floresta que é a mais conhecida com tudo isso as terras indígenas sofrem com séries de pressões, o desmatamento ilegal etc... O nosso bioma desmatado altera mudanças relacionadas ao clima a qualidade de vida da população como também altera no desmatamento nos alimentos que ingerimos todos os dias.

Todas as espécies estão ameaçadas de extinção, espécies que não têm registros em estudos dos cientistas, algo precisa ser feito urgente para que tudo isso tenha um bom desfecho de todos os seres humanos que parem de queimar desmatam a floresta.

Fonte: produções textuais dos estudantes participantes da pesquisa.

Na produção E, o educando expõe a posição do país e do Maranhão no cenário de queimadas. É citado que o estado aborda poucas áreas florestais, e essas sofrem séries de degradações que causam danos para a vida humana e para a biodiversidade, causando sua extinção. Seus argumentos são fundados exclusivamente na notícia dialogada, sem marcas de seus conhecimentos acerca da temática.

Sobre o texto F, o aluno inicia apresentando os dados científicos dialogados no texto sobre o percentual de perda florestal amazônica maranhense, realizando um resumo do *lead* da notícia. O educando expõe suas percepções diante das consequências da perda do bioma na qualidade de vida e alimentar dos seres humanos. Assim, finaliza abordando que algo precisa ser feito, porém, não sugere ações de combate a realidade.

Em ambas produções é percebido a falta de domínio do tipo textual redação e da norma padrão, o que dificulta os sentidos na forma escrita. O texto E não segue a estrutura argumentativa proposta, sendo mais parecido com o resumo do conteúdo da reportagem. Mesmo nessa estrutura, o educando não expõe suas opiniões e experiências de mundo ou científicas. Já no texto F, verificamos que educando tenta inserir no texto suas percepções

sobre a temática, mas devido as series de problemas gramaticais, como letra praticamente não legível, de coesão e coerência, e erros e faltas de sinais ortógrafos, sua ideia não se conclui.

As amostras apresentam grande distanciamento dos resultados orais para os textuais, os educandos apresentaram mais desenvoltura nas atividades práticas oralizadas do que na escrita. Podemos justificar esses casos através de Antunes (2003), que salienta que a produção de textos, sobretudo escritos, devem ser práticas corriqueiras alicerçadas em práticas de leituras, no caso da aula, de forma crítica e ativa. Também através das reflexões de Rodrigues e Cerutti-Rizzatti (2011), sobre o fato do distanciamento de práticas de letramento, nesse caso multiletradas, aos eventos de letramentos propostos, como redação dissertativa, vivenciados pelos alunos autores de ambos textos, ter contribuído pelo desinteresse na prática escrita.

- 5º AULA- Gênero Textual Canção – Música Chão Verde.

O último encontro foi aplicado no dia 29 de outubro (terça-feira), no segundo e terceiro horário, com 2 hora aula.

Buscamos interligar todos as temáticas discutidas nos últimos encontros para intensificar a percepção diante das relações históricas de relação socioambientais. Em conformidade com as ideias de Santos (2008), diante da possibilidade de interligar os conhecimentos disciplinares aos contextos históricos que interagem nas relações sociais.

A escolha desse tema, como último produto de análise das relações socioambientais, se funde nos conceitos de Souza (2010;2015) e Monzoni e Roza (2010), ao tratar o gênero canção como uma manifestação híbrida, de duas áreas que detém de especificidades discursivas, nomeadas pelos teóricos de “litero-musical”, pois sua manifestação é simultânea em ambas esferas: musical e linguística. Dessa forma, evoluímos três áreas do conhecimento, que juntas, intensificam o desenvolvimento dos sentidos do mundo: Educação Ambiental, Música e Língua Portuguesa. Concordando com as considerações metodológicas de Furtado *et al* (2018), em relação ao trabalho interacionista em língua, oportunizando a leitura do mundo de forma dinâmica, vinculando a realidade socioambiental através das linguagens.

A manifestação de canção como produto de geração de conhecimentos transversais em LP, quando analisada de forma crítica e real, se relacionam através dos aspectos interdisciplinares para o aperfeiçoamento das percepções do tema em questão,

como David (2016) explana, sobre a potencialidade da união da EA em LP, para potencializar a compreensão do mundo real.

Dessa forma, o tratamento da proposta do gênero canção, visa despertar as percepções analíticas sobre as relações socioambientais históricas, se alinhando a ideias de Barcelos (2012), que defende práticas em EA para a percepção das relações históricas de diferentes formas de extinção. Para isso, foi socializado a letra impressa e reproduzido em um som a canção: “Chão Verde”, da banda Cultivo. as práticas discursivas se basearão na audição da canção e análise das relações socioambientais para a promoção de discursos críticos.

Objetivos da aula:

- ✓ Intensificar as reflexões das ações humanas sobre o meio ambiente;
- ✓ Interpretar as ideias denotativas e conotativas envolta da música;
- ✓ Produzir discursos orais e textuais embasados nos conhecimentos adquiridos.

Chão Verde, Banda Cultivo

Composição: Angela Beatriz Montes

Já faz tanto tempo que descalços	Apagando as glórias daqueles que
Os pés tinham um chão verde para	andavam
caminhar	De pés no chão
E era um longo caminho	Que quis escrever sua história
Tinham tantas palmeiras	Comercializando a liberdade
Onça, mico-leão-dourado e o sabiá	Apagando as glórias daqueles que
Era um tempo em que os pés pisavam o	andavam
chão	De pés no chão
Penas e tintas cobriam os nus	Já faz tanto tempo que descalços
Quero ver o que foi que aconteceu	Os pés tinham um chão verde para
Tem um povo aí em dívida com deus	caminhar
Quero ver o que foi que aconteceu	E era um longo caminho
Tem um povo aí em dívida com deus	Tinham tantas palmeiras
Que quis escrever sua história	Onça, mico-leão-dourado e o sabiá
Comercializando a liberdade	Era um tempo em que os pés pisavam o
	chão

Penas e tintas cobriam os nus	Tem um povo aí em dívida com deus
Quero ver o que foi que aconteceu	Quero ver
Tem um povo aí em dívida com deus	Quero ver
Quero ver o que foi que aconteceu	Quero ver

Fonte: Letras (<https://www.lettras.mus.br/cultivo/1509054/>)

A música retrata a relação entre homem e natureza desde os primórdios da civilização, podendo considerar a relação entre os índios, africanos e meio ambiente, da presença da fauna e flora em seu cotidiano, situados numa época distante da realidade contemporânea. Carrega marcas das cresças religiosas, ao afirmar a dívida da humanidade com um ser divino, devido as explorações da natureza e a comercialização da liberdade, podendo se relacionar com o período da escravização, vendas de animais, exploração de florestas, dentre inúmeras reflexões.

O trato com a canção se mostrou muito produtiva, pois os educandos analisaram tanto os aspectos linguísticos como os musicais, onde ambos colaboraram para o processo de construção dos sentidos. Foi socializado diferentes compreensões da letra, alguns estudantes associaram ao período de antes da colonização, onde os índios tinham sua liberdade, ao período da colonização, lamentando a escravização dos povos indígenas, alusões as vestimentas indígenas. Outros educandos relacionaram a sonoridade da canção aos instrumentos indígenas como a flauta, as congas; o tambor em relação aos instrumentos africanos, assim como o ritmo reggae. Que a melodia traz uma sensação de lembrança no subconsciente, aumentando a reflexão da letra.

Quadro 4 – atividades realizadas oralmente envolvendo ambas áreas de estudo sobre a canção.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL	Reflexão dos sentidos da canção; Alusão da canção à fatos históricos e etnias; Relação dos aspectos musicais aos sentidos; percepção e apreciação musical, percebendo os sons e suas relações na canção.
LINGUA PORTUGUESA	Leitura das semioses da notícia e seus efeitos de sentido; construção de discursos orais e escritas, estes em uma análise da canção de tipo livre.

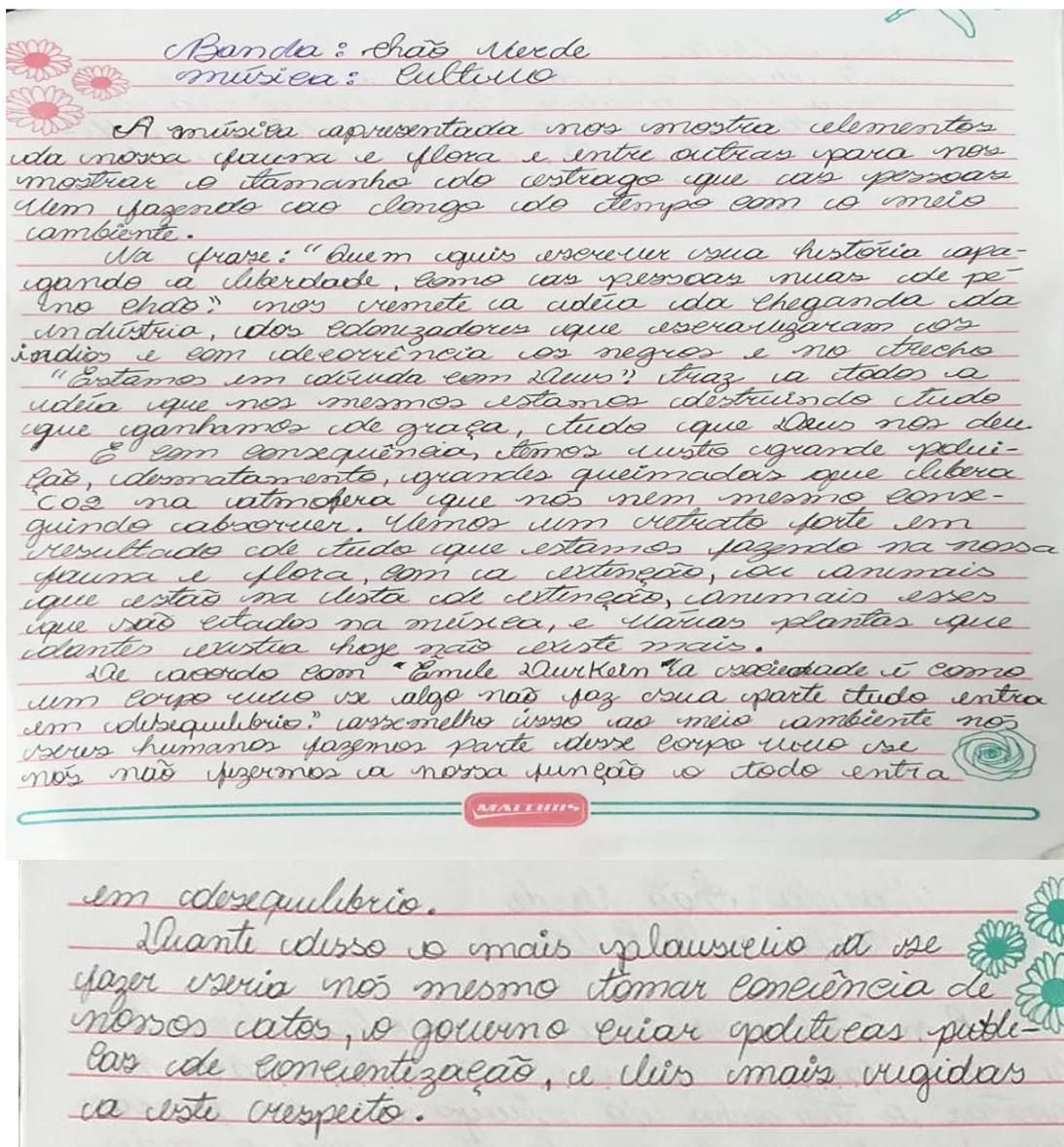
Figura 13 – Produção Textual aluno G

Na música Chão Verde, percebe-se que a letra quer repassar os vários erros que a humanidade está cometendo ao longo do tempo, antes era só Chão Verde hoje já não é mas por conta das ações humanas como o desmatamento, a queimada, a caça predatória de animais também é um problema. Com todos os desmatamentos que estão ocorrendo estão destruindo os habitats dos animais, na canção também fala que era um lugar com um rio onde tinha palmeiras que hoje por descuido da humanidade não existe mas esse Chão Verde e nem algumas espécies de animais, pois estão extintos ou em risco de extinção.

Com todas essas ações o que será das futuras gerações? Provavelmente se tudo continuar assim as futuras gerações não vão chegar a ver as espécies de animais que nós vemos hoje, e vários florestas, campos, rios entre outros lugares da natureza. Portanto está se destruindo aos poucos e se não acharmos uma solução vai acabando a única beleza natural que temos para apreciar.

Fonte: produções textuais dos estudantes participantes da pesquisa.

Figura 14 – Produção Textual aluno H



Fonte: produções textuais dos estudantes participantes da pesquisa.

Podemos verificar na produção G, que o educando notou que a música está mencionando os danos causados pelas atitudes dos seres humanos, ele parafraseia uma parte da letra da canção: "[...]antes era só chão verde, mas agora já não é mais"; para reforçar seu entendimento da mudança do meio ambiente, comparado o passado e o presente, se referindo ao desmatamento e as queimadas, que destroem os habitats dos animais; e ações como a caça que provocam a diminuição e extinção de diversas espécies.

É interessante destacar que este aluno inicia sua conclusão com uma indagação: "[...] com todas essas ações o que será do futuro das gerações?"; uma vez que a literatura da área apresentada neste trabalho a cerca da EA destacou um dos principais objetivos é proporcionar no alunado questionamentos e reflexões sobre sua realidade, conforme o

pensamento de Reigota (2008), projetando preocupação com o futuro de modo que compreenda seu papel de agente transformador, capaz de modificar ou minimizar essa situação, o que notemos ainda mais no final da sua conclusão ao mencionar que devemos encontrar soluções para que não acabe com a natureza e afete as futuras gerações.

Já na última produção do aluno H, é possível notar as associações dos perigos da exploração dos recursos naturais às ações humanas, o que provoca a insegurança da sobrevivência da biodiversidade. É exposto um trecho da música, para relacionar fatos históricos em conformidade com suas inferências sobre a canção, a intensificação das ações humanas de exploração da natureza com a chegada da colonização e escravidão de índios e negros, bem como da industrialização.

É evidenciado outro trecho da letra, para inferir a irresponsabilidade dos seres humanos com a natureza: “*dívida com Deus*”, é notório observar traços de suas crenças ao afirmar que a humanidade não está cuidada do que foi dado por uma divindade, logo, as consequências de tais atos são justificadas qualidade de vida. No processo de conclusão, o educando traz um repertório sociocultural, de seus conhecimentos prévios; a perspectiva de sociedade conforme Emile Durkheim, e o paralelo entre a frase da pensadora e sua percepção: “[...] *assemelho isso ao meio ambiente, nós seres humanos fazemos parte desse corpo vivo[...]*”; para defesa da importância de todos fazerem sua parte para que o coletivo não seja prejudicado.

Ambos exemplos dessa última etapa de aplicação, demonstra como a apreciação e discussão da música, bem como seus conhecimentos prévios de mundo e das discussões sobre as imagens e outros textos, permitiram aos alunos realizarem analogias para desenvolver e defender seu ponto de vista sobre o assunto. Dessa forma, reforça o que Rojo e Moura (2012) e Rojo e Barbosa (2015) defendem sobre a importância das múltiplas leituras de diversas linguagens para o desenvolvimento de conhecimentos sólidos, assim como do próprio diálogo interdisciplinar desenvolvido em sala, conforme Bovo (2008) e Lück (2013) destacam.

Portanto, a inserção de assuntos socioambientais em práticas interdisciplinares entre LP e de EA através da canção, demonstraram as potencialidades do alcance da abordagem em sala de aula, já que trataram os saberes populares e científicos em um mesmo patamar, conforme as ponderações de Bovo (2008), juntos reforçaram o aprendizado cidadão ao refletir temáticas sociais contemporâneas de forma integrada a ciência e a valores éticos, como Sousa e Pinho (2017) defendem.

No item seguinte, faremos uma reflexão sobre a importância do estágio interdisciplinar em Linguagens e Códigos – Língua Portuguesa, para a formação de um docente crítico diante da complexidade do ensino de LP. Com isso, corroboramos Pimenta (2012; 2018).

5.2 A Importância do Estágio

O estágio interdisciplinar em Língua Portuguesa, ofertado pelo curso de Linguagens e Códigos - UFMA, oportuniza uma construção profissional crítica, que contribui para a efetivação de um profissional criativo, reflexivo e inovador em suas práticas pedagógicas, devido sua estrutura curricular abordar o estudo de diferentes campos do conhecimento. No período de estágio, os discentes apresentam uma bagagem teórica rica na diversidade de manuseio com as linguagens relacionadas com as especificidades de LP.

Desse modo, quando o professor faz o planejamento, mediação e avaliação, consegue ver o conhecimento específico de LP de uma forma complexa, o que resulta numa prática pedagógica que integra os conhecimentos propícios para um ato interdisciplinar, pertinente para a educação atual.

Esse modelo de formação profissional em língua materna, favoreceu para a escolha desse estudo, já que trata a língua/linguagem e suas múltiplas manifestações de forma complexa, bem como a temática abordada nesse estudo.

Corroborando Pimenta (2012; 2018), a etapa de estágio é muito mais do que a fase prática dos conhecimentos teóricos. Ela é o meio adequado para pesquisar e questionar sobre a compreensão do ambiente escolar como espaço de diferentes debates, linguagens e interações. Dessa forma, ao estagiário é possível intervir por meio de práticas pedagógicas investigativas diante da potencialidade do ensino de Língua Portuguesa para a promoção da cidadania crítica, bem como para sua formação profissional.

A seguir, abordaremos as percepções diante da ênfase da EA no processo de ensino, bem como a importância da Educação Ambiental Continuada.

5.3 A Necessidade da Educação Ambiental Continuada

No ensino médio, notamos um grande descaso relacionado à transversalidade como é visto na BNCC (2018) e afirmado no estudo de Marques, Raimundo e Xavier

(2019), sobre a ausência e tratamento construtivo de temas transversais nas orientações curriculares nacionais, em especial o meio ambiente. Com isso, notamos uma barreira para a implementação das temáticas transversais, sobretudo Meio Ambiente com abordagem interdisciplinar, dentro do currículo já integralizado pela grade específica da disciplina de LP.

Essa problemática perpassa os campos de entendimento desse estudo, a BNCC (2018) cita a Educação Ambiental como tema especial, porém, de forma muito fragmentada, não a incluindo de forma mais abrangente nas habilidades propostas especialmente na disciplina de Língua Portuguesa, já que o trabalho nesse eixo se direciona às questões e atuações sociais a partir da língua/linguagem. Fato esse que nos leva a pensar que, há um despreparo para a aplicação das políticas públicas no reconhecimento do tema como fundamental para a formação cidadã dos educandos, assim como para mudar as problemáticas sofridas socialmente devido o descaso ambiental.

Reconhecemos que, a falta de suporte ao trabalho docente para o trato de temáticas de relevância social em LP, a ausência de recursos na escola para facilitar as reflexões, a infinidade de conteúdos distribuídos na grade curricular que devem ser trabalhados no livro didático, sobrecarrega o professor, que passa a se sentir despreparado para trabalhar temas transversais relacionados ao meio ambiente no cotidiano escolar, especialmente de forma interdisciplinar. Todavia, percebemos a urgência do trabalho focado nessa temática, uma vez que o dever da escola não é somente preparar ensinar o conhecimento científico e preparar o indivíduo para o mercado de trabalho, como Tristão (2004) e Jacob (2003) intervêm, mas sim para a reflexão e atuação social, os transformando em agentes da mudança.

É indispensável que a ação docente seja pautada no tratamento humanizado, interdisciplinar, ativo e integrador, onde os conhecimentos empíricos dos estudantes possam interagir no processo de ensino e aprendizagem de saberes tradicionais, propiciando um ambiente de reflexão do mundo concreto, rompendo as barreiras disciplinares como Loureiro e Torres (2014), Dickmann e Carneiro (2012) e Sousa e Pinho (2017) defendem.

Para que, a formação dos alunos seja emancipatória e crítica diante da complexidade das relações humanas e planetárias, os fazendo perceber seus discursos e ações sem neutralidade, conforme as concepções de Lambert e Souza (2018), Furtado *et al* (2018). Bem como a contextualização de estudos de leitura de mundo, através da

implementação de temas socioambientais, para que intensifiquem o enfoque cidadão, ético e crítico dos estudantes em seu relacionamento socioambiental.

A EA fornece subsídios para tais práticas no âmbito escolar, voltando seus conceitos e tópicos de estudos contextualizados as disciplinas que estimulam a reflexão, como no caso de língua materna, que se mostra essencialmente interdisciplinar, ao demonstrar possibilidades de inserir diferentes temáticas, em prol de um despertar da consciência ambiental, em paralelo com suas especificidades linguísticas. Juntamente com a concepção de ensino interacionista na contemporaneidade, utilizando as linguagens como eixo condutor de análises e reflexões.

Reconhecemos, contudo que, o despertar crítico ambiental do aluno não pode ser começado no ensino médio, tampouco no último ano de estudos, deve ser iniciado nas séries iniciais e continuado, como reforçam Jacobi (2003), Barcelos (2012) e Reigota (2009), ao defender a inclusão de práticas em EA de forma permanente e presente em todas as etapas da vida em sociedade, como asseguram as leis, essencialmente no âmbito escolar. Pois a formação ambiental é uma prática progressiva e continuada, que parte do despertar da criança para o gosto e a paixão pela natureza, até o desenvolver de habilidades como observar, analisar, criticar, criar e formular discursos, imprescindíveis para o ensino aprendizagem de sua língua materna.

O principal problema evidente na aplicação do projeto foi que pouquíssimos alunos tiveram uma educação ambiental progressiva, crítica e emancipatória, pautadas nas considerações de leitura de mundo postas por Loureiro e Torres (2014) e letramento crítico, por Lambert e Souza (2018). O que demonstram a ausência da aplicação das leis aqui debatidas como o do PNMA (lei n.º 6.938, de agosto de 1981); as orientações do PCN de Educação Ambiental (1997); a lei 9.795/99, a mais rígida sobre a inserção da EA nos currículos, em especial no Ensino Médio de forma transversal e interdisciplinar; bem como a implementação das diretrizes de EA (DNCEA, 2012), pelas quais tratam temáticas ambientais como ações reflexivas de toda progressão da vida escolar.

Dessa forma, as práticas aplicadas no projeto, mesmo que grande parte dos educandos tivessem se interessado e participado das propostas, não são suficientes para uma mudança de atitudes, porém, influenciam na percepção, o que já faz parte de uma educação ambiental crítica, apesar dos educandos já serem atuantes, possuindo hábitos e comportamentos formados ecoados na sociedade.

5.4 Considerações Sobre a Experiência de Inserção da Educação Ambiental nas Práticas Interdisciplinares em Língua Portuguesa

A inserção de assuntos transversais ambientais em ações discursivas em LP, demonstraram as potencialidades do alcance da abordagem interdisciplinar em sala de aula, já que trataram os saberes populares e científicos em um mesmo patamar, conforme as ponderações de Bovo (2008) e Sousa e Pinho (2017). Ambas áreas juntas, reforçaram o aprendizado cidadão ao refletir temáticas socioambientais contemporâneas, de forma integrada aos objetivos pedagógicos de LP, defendidas pela primeira competência de linguagens na BNCC (2018). Visto que, mobilizamos discursos presentes em diferentes meios de atuação social, acessíveis nas plataformas digitais, que intensificaram os modos de compreensão, como a notícia *online* e canção.

Os gêneros trabalhados mostraram suas aptidões no auxílio do desenvolvendo pedagógico ativo e crítico, onde as diferentes linguagens: textual, imagética e musical, contribuíram para a execução da competência três da BNCC (2018), debatendo sobre a realidade socioambiental e do consumo responsável através dos multiletramentos. Sendo assim, concordando com Ferraz (2019), sobre a necessidade de reconhecer e inserir os novos gêneros textuais provenientes dos meios digitais de socialização da informação e comunicação no processo de estudo da língua, já que demonstraram aprofundar os sentidos dos jovens a respeito das temáticas abordadas no projeto.

Dessa forma, conseguimos trabalhar paralelamente às discussões socioambientais, as habilidades apresentadas na BNCC (2018) como: análises da veracidade dos veículos de comunicação e sua estrutura; reflexões sobre os vieses dos discursos presentes nas mídias digitais; apreciações e reflexões das características linguísticas e musicais da canção, relacionando os aspectos denotativos e conotativos presentes em sua manifestação artística, sendo condutores para os eventos de letramento propostos.

6. CONCLUSÃO

A pesquisa desenvolvida, observou as possibilidades de inserir temáticas transversais sobre as relações socioambientais, nas especificidades do ensino de Língua Portuguesa, visando propiciar a socialização de conhecimentos empíricos e científicos

alinhados, em prol de práticas discursivas sobre a temática ambiental, em conjunto com o aprendizado de língua materna.

Os objetivos do estudo foram alcançados, visto que foi possível compreender a importância da Educação Ambiental no âmbito escolar, sobretudo no eixo de Língua Portuguesa, por meio de interações interdisciplinares através da linguagem, em sintonia com as habilidades de LP. Reforçando a importância de considerar os gêneros textuais nas aulas de língua materna, visto que, são partir deles que a linguagem se manifesta como variável e interacionista. Sendo assim, essenciais para a produção de discursos orais e textuais, baseados nas relações socioambientais.

Com isso, foi possível constatar que, o relacionando o aprendizado de LP com temáticas que permeiam a vida dos educandos, mostraram-se eficientes para a contextualização e adequação de práticas de compreensão, sensibilização e conscientização sobre temas transversais ligados à EA. Assim, percebemos a importância em considerar os gêneros textuais e os multiletramentos nas aulas maternas, pois, é a partir deles que a língua se manifesta. Possibilitando o desenvolvimento de discursos interativos, envolvendo entre diferentes vieses do conhecimento.

Nesse sentido, observou-se a partir do projeto pedagógico “O ambiente emergencial” que, as práticas pedagógicas interdisciplinares envolvendo LP e EA, por meio dos gêneros textuais notícias *online* e canção, se mostram eficazes para engajamento e motivação dos educandos em práticas discursivas, que exploraram vários contextos e perspectivas de mundo que os educandos estão inseridos.

Além disso, também notamos a ampliação do repertório discursivo, intensificando as competências comunicativa dos educandos através de conhecimentos do mundo real. Efetivando assim, práticas interacionista através da língua/linguagem, como meio condutor de leituras do mundo, de forma ativa, crítica e reflexa, sendo a base para eventos de letramentos subsequentes (produções textuais escritas).

Concluimos, portanto, que esse estudo contribui para aprofundar o conhecimento de ações interdisciplinares e transversais em língua materna, onde a inclusão de temas socioambientais pode ser viabilizada diante do trato interacionista e multiletrado da língua, para a evolução da formação crítica cidadã dos educandos, na fase do Ensino Médio.

Colaborou também, para o aprimoramento de minhas capacidades de trabalho com a língua em uma perspectiva ativa e integralizada a questões sociais, já que, oportunizou um olhar crítico, humano e complexo, sobre a correlação entre o trato

das linguagens para a reflexão de situações planetárias. O que desencadeou no meu processo de formação profissional, um olhar mais sensível a pluralidade de relações socioambientais e suas potencialidades para o aprendizado dinâmico, holístico e transformador das especificidades linguísticas.

REFERÊNCIAS

ALVES, Marcelo Paraíso. MEIRELLES Rosane Moreira Silva de. PEREIRA, Ronaldo Figueiró Portella (Org.). **Educação ambiental: possíveis olhares** [livro eletrônico]. Volta Redonda: FOA, 2015. Disponível em <http://www.ibrag.uerj.br/images/imagens_site/mat_did/possi_olhar_educ/educ_amb_oss_olhar.pdf>.

ANTUNES, Maria Irandé. **Aula de português - encontro & interação**. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

_____. **Língua, texto e ensino: outra escola possível**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

ARAÚJO, Ulisses F. **Temas transversais, pedagogia de projetos e as mudanças na educação**. São Paulo: Summus, 2014.

BAKHTIN, Mikhail M. Os gêneros do discurso. In: BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2º ed. 1997. p. 261-306. Disponível em <<https://www.escrevendoofuturo.org.br/arquivos/6479/bakhtin-mikhail-estetica-da-criacao-verbal-sao-paulo-martins-fontes-2003.pdf>>.

_____. **MARXISMO E FILOSOFIA DA LINGUAGEM**. HUCITEC.d. 12º ed. 2006. p. 69-128. Disponível em <https://hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/Bakhtin-Marxismo_filosofia_linguagem.pdf> Acesso em: 12 fev., 2019.

BARCELOS, Valdo. **Educação Ambiental: sobre princípios, metodologias e atitudes**. 4. Ed. Própoles, RJ: Vozes, 2012.

BOVO, M.V. Interdisciplinaridade e Transversalidade como dimensões Pedagógicas. *Revista Urutágua- revista acadêmica multidisciplinar*. 2008. <www.urutagua.uem.br/007/07bovo.htm> acesso em 21. Agos.2019.

BRANCO, Emerson Pereira; ROYER, Marcia Regina; BRANCO, Alessandra Batista de Godoi. A ABORDAGEM DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NOS PCNs, NAS DCNsE NA BNCC. *Nuances: estudos sobre Educação*, Presidente Prudente-SP, v. 29, n. 1, p.185-203. 2018. Disponível em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/view/5526/pdf>>. Acesso em: 01 jun. 2022>.

BRASIL. **A CARTA DE BELGRADO**. Coleção Educação Ambiental – Textos Básicos. Instituto Nacional do Ambiente. 2017. Disponível em <

<https://docplayer.com.br/7521666-A-carta-de-belgrado-colecao-educacao-ambiental-textos-basicos-editor-instituto-nacional-do-ambiente.html> >.

_____. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf>

_____. **Decreto Nº 73.030, de 30 de Outubro de 1973**: Cria, no âmbito do Ministério do Interior, a Secretaria Especial do Meio Ambiente - SEMA, e da outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-73030-30-outubro-1973-421650-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 21 mar. 2019.

_____. **Decreto Nº 88.351, de 1º de Junho de 1983**. Regulamenta a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, e a Lei nº 6.902, de 27 de abril de 1981, que dispõem, respectivamente, sobre a Política Nacional do Meio Ambiente e sobre a criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/d88351.htm#:~:text=Regulamenta%20a%20Lei%20n%C2%BA%206.938,Ambiental%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%Aancias> Acesso em: 15 mar. 2019.

_____. **Lei n. 9.795, de 27 de Abril de 1999**. Dispõe sobre a Educação Ambiental, Institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras Providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9795.htm. Acesso em 03 mar. 2017.

_____. **Lei Nº 6.938, de 31 de Agosto de 1981**: Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%206.938%2C%20DE%2031%20DE%20AGOSTO%20DE%201981&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20Pol%C3%ADtica%20Nacional,aplica%C3%A7%C3%A3o%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%Aancias> Acesso em: 21 mar. 2019.

_____. **Lei Nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996**: Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 21 mar. 2019.

_____. **Lei nº 9.795, de 27 de Abril de 1999**. Dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília, DF, 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9795.htm>. Acesso em: 29 mar. 2019.

_____. **Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Linguagens e Códigos**. 2002. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/linguagens02.pdf>>.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais (ensino médio)**. 2000 <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/blegais.pdf>>.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Apresentação dos Temas Transversais**: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/ttransversais.pdf> acesso em 12. Mai.2018.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Meio Ambiente e saúde**, 1998. Brasília: MEC/ SEF. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/meioambiente.pdf>> acesso em 12. mai.2018.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental: Língua Portuguesa/** Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/portugues.pdf> >.

_____. **Resolução Nº 2, de 15 de Junho de 2012:** Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp002_12.pdf>.

DAVID, Ricardo Santos. **CIDADANIA, LÍNGUA PORTUGUESA E TEMAS TRANSVERSAIS.** Virtuajus, Belo Horizonte, v. 12, n. 28. 2016. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/virtuajus/article/view/13737>>.

DICKMANN, Ivo; CARNEIRO, Sônia Maria Marchiorato. **Paulo Freire e Educação ambiental: contribuições a partir da obra Pedagogia da Autonomia.** R. Educ. Públ. Cuiabá, v. 21, n. 45, p. 87-102. 2012. Disponível em: <<https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/334>>. Acesso em: 07 ago. 2022.

FAZENDA, Ivani (org.). **O Que é interdisciplinaridade?** São Paulo: Cortez, 2008. Disponível em < <https://filosoficabiblioteca.files.wordpress.com/2013/11/fazenda-org-o-que-c3a9-interdisciplinaridade.pdf> >

FERRAZ, Obdália (Org.). **Educação, (multi)letramentos e tecnologias: tecendo redes de conhecimento sobre letramentos, cultura digital, ensino e aprendizagem na cibercultura.** Salvador: EDUFBA, 2019. Disponível em < <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/30951/3/ed-multiletramentos-tecno-miolo-RI.pdf>>.

FERREIRA, Dhienes Charla; FERREIRA, Rayane Kelli dos Reis; BELMONT, Vanessa Tharla dos Reis F.; LUQUETTI, Eliana Crispim França. **INTERDISCIPLINARIDADE E LINGUAGEM: CONTRIBUIÇÕES PARA O ENSINO DE LÍNGUA MATERNA.** 2014. Revista Philologus, Ano 20, Nº 60 Supl. 1: Anais da IX JNLFLP. Rio de Janeiro: CiFEFiL. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/revista/60sup/102.pdf>. Acesso em: 12 set. 2022.

FIORIN, José Luiz. **Introdução ao pensamento de Bakhtin.** São Paulo: Ática, 2011.

_____. José Luiz. **Linguagem: interdisciplinaridade.** 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/alea/v10n1/v10n1a03.pdf>>.

FURTADO, Joelma Madruga; CABRERA, Darlene Silveira; NEVES, Denise Bastos das; MINASI, Luis Fernando. **A PERSPECTIVA INTERACIONISTA DO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA: CONTRIBUIÇÕES A EDUCAÇÃO AMBIENTAL.** 2018. Revbea, São Paulo, V. 13, No 4: 369-378. Disponível em:

<https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/article/view/2601/1620>. Acesso em: 14 ago. 2022.

G1 MARANHÃO. **Jornal Mirante. Maranhão perdeu 80% da floresta amazônica nos últimos 70 anos.** Disponível em: <https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2019/09/11/maranhao-perdeu-80percent-da-floresta-amazonica-nos-ultimos-70-anos.ghtml>.

G1 NATUREZA. **População e consumismo ameaçam o planeta, alerta estudo do WWF** Disponível em: <https://g1.globo.com/natureza/noticia/2012/05/populacao-e-consumismo-ameacam-o-planeta-alerta-estudo-do-wwf.html>.

GERHARDT, Tatiana Engel. SILVEIRA, Denise Tolfo (org.) Métodos de pesquisa / coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em < <https://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf> >.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social / 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

GUEDES, Izaildes Cândida Oliveira; BRESSANIN, Joelma Aparecida; SOARES, Neures de Paula. **Os sentidos do ensino de Língua Portuguesa na BNCC para o Ensino Médio.** Traços de Linguagem, Cáceres, v. 3, n. 1, p. 35-46, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.30681/2594.9063.2019v3n1id4126>. Acesso em: 16 out. 2022.

HIGUCHI Maria Inês Gasparetto. AZEVEDO, Genoveva Chagas de. **Educação como processo na construção da cidadania ambiental.** In: Revista brasileira de educação ambiental / Rede Brasileira de Educação Ambiental. n. 0 (nov.2004). – Brasília: Rede Brasileira de Educação Ambiental, 2004. < https://d3nehc6yl9qzo4.cloudfront.net/downloads/revbea_n_zero.pdf >.

HOLMER, Sueli Amuiña. **Histórico da educação ambiental no Brasil e no mundo / Sueli Almuiña Holmer.** Salvador: UFBA, Instituto de Biologia; Superintendência de Educação a Distância, 2020. Disponível em < <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/34024/1/eBook-Historico%20da%20educacao%20ambiental%20no%20Brasil%20e%20no%20mundo.pdf> >.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **CARTA DO RIO.** 1995. Disponível em < <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20do%20Rio%201992.pdf> > Acesso em: 10 mar. 2022

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Declaração de Estocolmo. Declaração sobre o ambiente humano.** UNEP-Organização das Nações Unidas para o Meio Ambiente. Instituto do Patrimônio Artístico e Nacional. 1972. Disponível em: < <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Declaracao%20de%20Estocolmo%201972.pdf> >. Acesso em: 10 mar. 2022

JACOBI, Pedro. **EDUCAÇÃO AMBIENTAL, CIDADANIA E SUSTENTABILIDADE**. Cadernos de Pesquisa, n. 118, p. 189-205. 2003. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cp/a/kJbkFbyJtmCrfTmfHxktgnt/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 17 maio 2022.

LAMBERT, Wenderson Roberto Gomes, SOUZA, Gasperim Ramalho de. **A PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA AULA DE PORTUGUÊS: CONTRIBUIÇÕES DO LETRAMENTO CRÍTICO**. 2018. Hon no Mushi – Estudos Multidisciplinares Japoneses. Volume 3, Número 4 Disponível em: <https://www.periodicos.ufam.edu.br/index.php/HonNoMushi/article/view/4637>. Acesso em: 12 out. 2022.

LAMIM-GUEDES, Valdir. MONTEIRO, Rafael de Araújo Arosa (orgs.). **Educação ambiental na educação básica: entre a disciplinarização e a transversalidade da temática socioambiental** [livro eletrônico]. 2 ed. Revista e ampliada. Editora Na Raiz, São Paulo, 2019. Disponível em <https://www.researchgate.net/profile/Marcos-Mol/publication/331985275_Responsabilidades_no_contexto_da_Educacao_Ambiental_e_a_importancia_da_formacao_transdisciplinar/links/5c99610692851cf0ae981152/Responsabilidades-no-contexto-da-Educacao-Ambiental-e-a-importancia-da-formacao-transdisciplinar.pdf>.

LOUREIRO, Ana Paula. **Linguagem e letramento: construindo novos sentidos**. 2014. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/23729/23729.PDF>. Acesso em: 15 out. 2022.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. TORRES, Juliana Rezende (org.). **Educação ambiental: dialogando com Paulo Freire**. 1. Ed. São Paulo: Cortez. 2014

LUCK, Heloísa. **Pedagogia interdisciplinar: fundamentos teórico-metodológicos**. 18º ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013

MANZONI, Ahiranie Sales. ROSA, Daniela Botti da s. **GÊNERO CANÇÃO: MÚLTIPLOS OLHARES**. V Congresso de Pesquisa e Inovação da Rede Norte Nordeste de Educação Tecnológica. 2010. Disponível em: <<http://connepi.ifal.edu.br/ocs/index.php/connepi/CONNEPI2010/paper/viewFile/322/230#:~:text=Neste%20g%C3%AAnero%20a%20can%C3%A7%C3%A3o%20C3%A9,instrumento%2C%20n%C3%A3o%20como%20palavra%20cantada>>. Acesso em: 04 set. 2022.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Gêneros textuais definição e funcionalidade**. In: DIONISIO, Angela Paiva. MACHADO, Anna Rachel. BEZERRA, Maria Auxiliadora. **Gêneros Textuais e Ensino**. Editora Lucerna. Rio de Janeiro, 2002.

_____. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MARQUES, Ronualdo; RAIMUNDO, Jerry Adriano; XAVIER, Claudia Regina. **Educação Ambiental: Retrocessos e contradições na Base Nacional Comum Curricular**. Interfaces da Educ., Paranaíba, v.10, n.28, p.445 à 467. 2019. Disponível em: <<https://periodicosonline.uems.br/index.php/interfaces/article/view/3935>>. Acesso em: 09 jun. 2022.

OLIVEIRA, Lucas de. NEIMAN Zysman. **Educação Ambiental no Âmbito Escolar: Análise do Processo de Elaboração e Aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Revista Brasileira De Educação Ambiental (RevBEA), 15(3), 36–52. 2020. Disponível em < <https://doi.org/10.34024/revbea.2020.v15> >.

ONU. **Rio + 20** - Conferência das Nações Unidas sobre desenvolvimento sustentável: o futuro que queremos. Rio de Janeiro: ONU, 2012. Disponível em: <<http://www.rio20.gov.br/documentos/documentos-da-conferencia/esboco-zero.html>>.

PEREIRA, Hérica Paiva. **O LETRAMENTO: um desafio em sala de aula**. 2014. XVII CONGRESO INTERNACIONAL ASOCIACIÓN DE LINGÜÍSTICA Y FILOLOGÍA DE AMÉRICA LATINA (ALFAL 2014). 2014. Disponível em: <<https://www.mundoalfal.org/CDAnaisXVII/trabalhos/R1120-1.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2022.

PIMENTA, Selma Garrido. **O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática?** 11ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.

_____. **ESTÁGIOS SUPERVISIONADOS: UNIDADE TEORIA E PRÁTICA EM CURSOS DE LICENCIATURA**, p. 19-50. 2019. In: Formação Docente: fundamentos e práticas do estágio supervisionado / Célio da Cunha, Carla Cristie de França, organizadores - Brasília: Cátedra UNESCO de Juventude, Educação e Sociedade; Universidade Católica de Brasília, 2019.

POTT, Crisla Marciel. ESTRELA, Carina Costa. **Histórico ambiental: desastres ambientais e o despertar de um novo pensamento**. ESTUDOS AVANÇADOS. 2017. Disponível em < www.scielo.br/pdf/ea/v31n89/0103-4014-ea-31-89-0271.pdf> acesso em: 13. jun.2019.

REIGOTA, M. **O que é educação ambiental?** 2. ed. rev. São Paulo: Brasiliense, 2009.

RODRIGUES, Rosângela Hammes. CERUTTI-RIZZATTI, Mary Elizabeth. **Linguística aplicada: ensino de língua materna**. LLV/CCE/UFSC. Florianópolis, 2011. Disponível em <https://ppglin.posgrad.ufsc.br/files/2013/04/PT_Linguistica_Aplicada_WEB_.pdf>.

ROJO, Roxane Helena. BARBOSA, Jacqueline Barbosa. **Hipermodernidade, multiletramentos e gêneros discursivos**. São Paulo: Parábola, 2015.

_____. MOURA, Eduardo (orgs.). **Multiletramentos na escola**. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

SANTOS, Akiko. **Complexidade e transdisciplinaridade em educação: cinco princípios para resgatar o elo perdido**. Revista Brasileira de Educação v. 13 n. 37. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/5qbJPVmkqkbqNMj8hGTXVBN/?format=pdf&lang=pt> . Acesso em: 17 ago. 2022.

SILVA, Jefferson Evaristo do Nascimento. **LÍNGUA PORTUGUESA, EDUCAÇÃO E CIDADANIA: PROCLAMAÇÃO DA INTERDEPENDÊNCIA**. 2018. Revista Humanidades e Inovação v.5, n. 3 - 2018. Disponível em:

<<https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/555>>. Acesso em: 25 out. 2022.

SILVA, Maria Francisca da; ROCHA, Maira Teresa Gonçalves. **O ESTÁGIO SUPERVISIONADO DO CURSO DE LICENCIATURA EM LINGUAGENS E CÓDIGOS**. Littera online. Edição especial, v. 9. 2018. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/littera/article/download/10109/5892/30378>. Acesso em: 12 jan. 2023.

SOUSA, Juliane Gomes, PINHO Maria José de. **INTERDISCIPLINARIDADE E TRANSDISCIPLINARIDADE COMO FUNDAMENTOS NA AÇÃO PEDAGÓGICA: APROXIMAÇÕES TEÓRICO-CONCEITUAIS**. Revista Signos, Lajeado, ano 38, n. 2, 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.22410/issn.1983-0378.v38i2a2017.1606> <http://www.univates.br/revistas>>. Acesso em: 15 out. 2022.

SOUZA, José Peixoto Coelho de. **A CANÇÃO NA ÓTICA DOS GÊNEROS DISCURSIVOS: UMA CONSTELAÇÃO DE GÊNEROS**. Cadernos do IL. Porto Alegre, n.º 40, junho de 2010. p. 123-133. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/cadernosdoil/>. Acesso em: 15 out. 2022>.

_____. **LETRAMENTO LITEROMUSICAL: PRÁTICAS SOCIAIS MEDIADAS POR CANÇÕES**. Matraga, rio de janeiro, v.22, n.36, jan/jun. 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.12957/matraga.2015.17054>. Acesso em: 15 out. 2022.

TRISTÃO, Martha. **Saberes e fazeres da educação ambiental no cotidiano escolar**. In: Revista brasileira de educação ambiental / Rede Brasileira de Educação Ambiental. n. 0 (nov.2004). – Brasília: Rede Brasileira de Educação Ambiental, 2004. <https://d3nehc6yl9qzo4.cloudfront.net/downloads/revbea_n_zero.pdf >.

UFMA. **Coordenação do Curso de LLC**. PPP do Curso Interdisciplinar em Linguagens e Códigos em Língua Portuguesa. São Bernardo- MA, 2013. Disponível em: www.ufma.br/portalUFMA/arquivo/gHvkYvar328UjL5.pdf acesso em: 17 dez. 2022.

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Carta de Belgrado: Uma estrutura global para a educação ambiental. 1975**. Disponível em: <http://www.fzb.rs.gov.br/upload/20130508155641carta_de_belgrado.pdf > Acesso em: 19 de março de 2019.

UNESCO (org). Educação ambiental: **as grandes diretrizes da Conferência de Tbilisi**. Brasília: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, 1997. Disponível em <<http://www.ibama.gov.br/sophia/cnia/livros/educacaoambientalalasgrandesdiretrizesdacoferenciadetblisidigital.pdf> > Acesso em: 25 jan. 2020.

VEJA. **Relatório da ONU alerta para possível crise mundial de água**. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/ciencia/relatorio-da-onu-alerta-para-possivel-crise-mundial-de-agua/> >.

APÊNDICES

APÊNDICES A – PROJETO DIDÁTICO

Projeto Monográfico e de Estágio Supervisionado etapa 2/2.

Paula Diniz Portela Carvalho.

TÍTULO

O AMBIENTE EMERGENCIAL: Educação ambiental ecoadas em práticas de produção textual.

A necessidade de uma postura cidadã e ecológica é emergencial nos dias de hoje, sabemos de inúmeros obstáculos políticos e sociais que o meio ambiente está sofrendo, todas essas dificuldades estão afetando o dia a dia de milhões de pessoas em todo o mundo. Centrando no estado do Maranhão, segundo dados do IBGE (2015), o estado apresenta um dos índices mais baixos de desenvolvimento sustentável e consequentemente de consciência ambiental. Pensando nessas pontuações e sobre a realidade da cidade de São Bernardo - MA, pela qual a compreensão da preservação do meio ambiente é quase inexistente (realidade de vários municípios), esse projeto busca enfatizar questões sobre a temática no âmbito escolar, já que é na escola que o indivíduo aprende e absorve concepções e posturas que são refletidas em toda sociedade.

O presente projeto se embasa em documentos governamentais como PCN's e autores tal como, Narcizo (2009), Pott e Estrela (2017), Ferreira (2013) e Rebello (2015), que discutem a necessidade dos temas transversais e interdisciplinares juntamente com a necessidade da abordagem de gêneros textuais ajudando a implementar a Educação Ambiental nas disciplinas de Língua Portuguesa e Produção Textual.

Atualmente, o planeta está sofrendo grandes degradações ambientais por conta de seus habitantes, o capitalismo exagerado e a concepção antropocentrista de que o ser humano é o centro e os recursos naturais estão aqui para satisfazê-lo acendeu um alerta mundial, já que “o homem acreditou poder tirar o máximo proveito dos recursos naturais do planeta, sem sofrer as consequências de seus atos” (NARCISO, 2009, p. 82). Desde a Industrialização, por volta do século XVIII, a humanidade explora os recursos naturais sem um respaldo ético e consciente, o que resultou em catástrofes como poluição do solo, ar, desenvolvimento de doenças e problemáticas sociais, como afirma Pott e Estrela:

A partir da segunda metade do século passado a humanidade pôde acompanhar as consequências de um sistema remanescente da Revolução Industrial que, por visar apenas a produtividade com foco no crescimento econômico, não

zelou pela qualidade do ambiente e a conseqüente saúde da população. (POTT E ESTRELA, 2017, p.271).

Com o passar dos tempos, a cultura consumista Industrial e Tecnológica em massa tomou conta de todos os setores, colocando a preservação da natureza em segundo plano. Alguns grupos esquerdistas preocupados com as conseqüências dos vários vieses de poluição iniciaram Conferências com várias nações, a fim de debater propostas e possíveis soluções para com os danos que a industrialização irresponsável como meio ambiente poderia causar.

No Brasil, a primeira política pública sobre o Meio Ambiente surgiu ainda no século XX, de acordo com Pott e Estrela (2017) com a criação da Lei Federal nº 4.771 de 1965, que alterava o código florestal brasileiro existente desde 1934, visando preservar os diferentes biomas. Contudo essa lei era controversa já que não privava o desmatamento desordenado de florestas brasileiras. Dessa forma, várias outras leis vieram à tona, mas sem relevantes práticas no que diz respeito a preservação e conscientização. Somente com a pressão popular como mostra dados do IBAMA (2014 apud POTT E ESTRELA, 2017) a Unesco resolveu propor a Conferência mundial para iniciar o tratamento da questão de forma prudente, várias outras conferências surgiram propondo práticas para diminuir os efeitos dos gases poluentes e de tantos outros materiais sob o planeta, uma das conclusões a partir dessas várias reuniões e conferências, é o valor da educação no processo de reestruturação ambiental, como mostra o PCN de Educação Ambiental:

Por ocasião da Conferência Internacional Rio/92, cidadãos representando instituições de mais de 170 países assinaram tratados nos quais se reconhece o papel central da educação para a “construção de um mundo socialmente justo e ecologicamente equilibrado”(BRASIL,1997. p. 181)

No que envolve a Educação brasileira, a temática só foi pensada como conhecimento a partir da década de 70 por grupos ecológicos; “um importante passo foi dado com a Constituição de 1988, quando a Educação Ambiental se tornou exigência a ser garantida pelos governos federal, estaduais e municipais” (BRASIL,1997 p. 181); e efetivados para ser trabalhado nas escolas por meio da lei nº 9.795/99. Em seu art.1º é ressaltado a importância da implementação da EA, pelo qual afirma que faz parte da formação crítica e responsável do indivíduo:

Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL,1999).

Centrar questões ambientais nas escolas é bem mais do que pensar em construir um futuro melhor, é instigar nos educandos a criticidade de seus atos com o meio pelo qual estão inseridos. É envolvê-los em uma problemática onde todos tem propriedade de fala, mesmo que inconsciente, já que é notório a dimensão do assunto.

No decorrer do documento pelo qual fundamenta por lei a necessidade da execução da EA nas escolas, o mesmo aborda possíveis formas de executar a proposta, elegendos alguns princípios em seu art. 4º:

[...] I - o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo; II - a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o sócio-econômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade; III - o pluralismo de idéias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade; IV - a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais. (BRASIL 1999).

A interpretação do documento nos dar aberturas construtivas para a formação ética e cidadã do educando, já que o trabalho com a EA humaniza as relações indivíduo-sociedade- meio natural, pois ao se estudar a totalidade do problema o indivíduo vislumbra a necessidade de se reeducar eticamente, respeitando e cuidando de forma racional e afetiva do meio pelo qual habitam. Juntamente com essa percepção, ao debater os vários vieses que englobam a temática, se evidenciam as múltiplas percepções de mundo dos estudantes, trabalhando assim o diálogo e acendendo a noção de respeito mútuo, proposta incluída no PCN de Ética (1998).

A lei ainda propõe que questão ambiental seja trabalhada de forma transversal. A transversalidade, segundo Bovo (2004) é um conjunto de conteúdos que perpassam por todas as áreas do conhecimento, tais conteúdos estão entrelaçados na vida cotidiana do indivíduo e ligados diretamente a democracia e a cidadania, correspondendo questões emergenciais para a sociedade contemporânea. O PCN de temas Transversais efetiva essa necessidade, discorrendo que:

a transversalidade diz respeito à possibilidade de se estabelecer, na prática educativa, uma relação entre aprender na realidade e da realidade de conhecimentos teoricamente sistematizados (aprender sobre a realidade) e as questões da vida real (aprender na realidade e da realidade). (BRASIL, 1997).

Como Meio Ambiente está dentro desses conjuntos de conteúdos transversais, a maneira mais positiva de se trabalhar tal temática abordada nesse projeto é a interdisciplinaridade, pois a mesma embasada nas pontuações de Bovo (2004), envolve conhecimentos de diversas disciplinas (que na prática diária escolar são estruturalmente divididas), para explicar de forma contextualizada determinado assunto, como afirma:

A interdisciplinaridade permite questionar a fragmentação dos diferentes campos de conhecimento. Nessa perspectiva, procuramos tecer os possíveis pontos e convergência entre várias áreas e a relação epistemológica entre as disciplinas. Com a interdisciplinaridade adquirimos mais conhecimentos dos fenômenos naturais e sociais, que estão normalmente complexos e irredutíveis ao conhecimento obtido quando estudamos por meio de uma disciplina. As interconexões que acontecem nas disciplinas facilitará a compreensão dos conteúdos de uma forma integrada, aprimorando o conhecimento do educando. (BOVO, 2008, p. 04).

O PCN de Educação Ambiental reforça essa ideia posta por Bovo, ressaltando que o:

Trabalho de forma transversal significa buscar a transformação dos conceitos, a explicitação de valores e a inclusão de procedimentos, sempre vinculados à realidade cotidiana da sociedade, de modo que obtenha cidadãos mais participantes. (BRASIL, 1997. p.192).

Com isso é responsabilidade do professor buscar formas de adequação da temática em suas aulas, visando não apenas adquirir os resultados sistemáticos de suas disciplinas, mas também o valor ético e cidadão permeado em suas metodologias e procedimentos ao tratar o assunto ambiental em suas aulas.

Com base em todas as pontuações abordadas, o eixo central desse projeto é a disciplina de Língua Portuguesa e Produção Textual. Sabendo da necessidade de se trabalhar as competências básicas de ler, escrever e interpretar, o projeto objetiva utilizar a temática ambiental como norte para produções textuais.

Dessa forma na metodologia do projeto será utilizada múltiplas linguagens conotativas e denotativas para envolver os alunos na proposta. Rebello (2015) aponta para a necessidade de se trabalhar as múltiplas linguagens que resulta na melhoria de interpretação de textos, aproximando o estudante com a obra pelo qual ele está lendo, realizando assim uma afinidade entre texto-discurso-indivíduo:

Trabalhar essa polissemia das palavras com os alunos é de fundamental importância quando se fala em interpretação. Às vezes, a dificuldade de interpretar o que se lê, o que se ouve ou o que se vê tem como um dos motivos o não conhecimento da plurissignificação da linguagem (REBELLO 2015 p. 460).

A partir dessa afirmação, o projeto busca trabalhar esse múltiplo significado diante do meio ambiente, embasado em dois gêneros textuais: o gênero notícia e o gênero canção. Ferreira (2013, p. 4) explana que a comunicação se efetiva por meio dos gêneros textuais, e sua inserção na escola favorece o processo de ensino-aprendizagem, já que “[...] os aspectos linguísticos e discursivos poderão ser explorados de forma contextualizada”. Sabemos que a linguagem é uma prática social e reflete nas relações de poder (Ferreira, 2013) e nelas existem múltiplas formas de interpretação, e esse é um dos objetivos centrais, focar nas múltiplas compreensões de linguagens (visual, textual e

musical) para apresentar os problemas ambientais, e a partir das explicações e análises dialogadas em sala e ecoá-las em produções de discursos orais e textuais, a última, sobre redações dissertativas e análise musical, já que os estudantes estão se preparando para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e o trabalho com gêneros textuais acompanhado com as múltiplas linguagens, são importantes instrumentos na construção de diferentes discursos e conseqüentemente produções de redação – importante segmento de notas no ENEM.

Com isso o projeto busca ser aplicado Centro de Ensino Deborah Correia Lima, situada no município de São Bernardo - MA, turno vespertino, nas disciplinas de Língua Portuguesa e Produção textual, no intuito de mediar o desenvolvimento de posturas críticas e conscientes sobre concepções de mundo envolvendo o meio ambiente.

OBJETIVO GERAL

-Produzir discurso através das temáticas discutidas a respeito das relações socioambientais.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Questionar sobre a realidade social-ambiental do Brasil;
- Conhecer os atuais dilemas ambientais globais associando com os locais;
- Compreender que a dimensão local da problemática ambiental, juntamente com as conseqüências sociais;
- Revisar obras literárias (letra de música e notícias) de diferentes vieses e linguagens que abordam a temática;

AREAS E DISCIPLINAS ENVOLVIDAS

Língua portuguesa;

Produção textual;

Educação Ambiental;

Tema transversal meio ambiente.

METODOLOGIA

O presente projeto é uma pesquisa de natureza básica, com seu objetivo exploratório e abordagem qualitativa, tanto na aplicação quanto na reflexão dos dados. Logo, para sua aplicação será necessária uma pesquisa de campo, no intuito de observar as percepções, participação e envolvimento dos educandos na presente proposta. “[...] a pesquisa é desenvolvida por meio da observação direta das atividades do grupo estudado e de entrevistas com informantes para captar suas explicações e interpretações do que ocorre no grupo (GIL, 2002, p.53)”. Devido ser uma pesquisa que requer do pesquisador a postura de professor ativo na condução das atividades, a mesma se constitui como uma pesquisa-ação, como explica Gil (2002) em sua reflexão diante de tal.

[...]um tipo de pesquisa com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo. (GIL, 2002, p. 55 apud Thiollent, 1985, p. 14).

Com isso, o projeto vislumbra cumprir uma carga horária de 10 horas de aplicação em sala de aula.

SEQUÊNCIA DIDÁTICA

Para o melhor entendimento dos assuntos abordados em cada encontro serão divididas em semanas cada temática e atividades do projeto.

1º APLICAÇÃO

Socialização da temática “O ambiente emergencial”, buscando refletir sobre os sentidos do tema do projeto e dialogar sobre suas percepções diante das relações entre homem e meio ambiente, assim como seus relatos sobre suas experiências.

ATIVIDADE

Roda de conversa e produção de discursos acerca da discussão sob modo oral.

2º APLICAÇÃO -

- Expor a notícia (texto impresso e reproduzido) “População e consumismo ameaçam o planeta, alerta estudo do WWF” (fonte: <http://g1.globo.com/natureza/noticia/2012/05/populacao-e-consumismo-ameacam-o-planeta-alerta-estudo-do-wwf.html>) questionando e relacionando com suas experiências de mundo.

ATIVIDADES

-Refletir sobre a imagem ilustrada na notícia, com seus sentidos denotativos e conotativos.

- Associar a questão abordada com suas vivências;

-Produção textual relacionando as discussões proferidas e seus conhecimentos, sob o tipo redação dissertativa.

3º APLICAÇÃO

- Apresentar a notícia (texto impresso e reproduzido): “Mais de 70 milhões de brasileiros podem sofrer com falta de água até 2035” (<https://exame.com/brasil/mais-de-70-milhoes-de-brasileiros-podem-sofrer-com-falta-de-agua-ate-2035/>).

ATIVIDADES

- Expor imagens que reproduz o enfoque da temática, refletindo seus sentidos denotativos e conotativos.

- Dialogar sobre a questão, relacionando com os problemas sociais e econômicos vivenciados em comunidade, acompanhados da visão de mundo dos educandos.

-Produção textual relacionando as discussões proferidas e seus conhecimentos, sob o tipo redação dissertativa.

4º APLICAÇÃO

- Apresentar a reportagem (texto impresso e reproduzido): Maranhão perdeu 80% da floresta amazônica nos últimos 70 anos (<https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2019/09/11/maranhao-perdeu-80percent-da-floresta-amazonica-nos-ultimos-70-anos.ghtml>).

ATIVIDADES

-Refletir sobre as questões ambientais sofridas e vivenciadas no estado maranhense.

- Analisar criticamente a realidade socioambiental diante dos relatos de vivências dos educandos em paralelo com as informações dialogadas na notícia.

-Produção textual relacionando as discussões proferidas e seus conhecimentos, sob o tipo redação dissertativa.

5º APLICAÇÃO

- Canção “Chão Verde” da banda Cultivo (<https://www.lettras.mus.br/cultivo/1509054/>); reproduzindo e socializando a letra da música.

Chão Verde, Banda Cultivo
Composição: Angela Beatriz Montes

Já faz tanto tempo que descalços	Tem um povo aí em dívida com deus
Os pés tinham um chão verde para	Que quis escrever sua história
caminhar	Comercializando a liberdade
E era um longo caminho	Apagando as glórias daqueles que
Tinham tantas palmeiras	andavam
Onça, mico-leão-dourado e o sabiá	De pés no chão
Era um tempo em que os pés pisavam o	Que quis escrever sua história
chão	Comercializando a liberdade
Penas e tintas cobriam os nus	Apagando as glórias daqueles que
Quero ver o que foi que aconteceu	andavam
Tem um povo aí em dívida com deus	De pés no chão
Quero ver o que foi que aconteceu	

Já faz tanto tempo que descalços	Quero ver o que foi que aconteceu
Os pés tinham um chão verde para	Tem um povo aí em dívida com deus
caminhar	Quero ver o que foi que aconteceu
E era um longo caminho	Tem um povo aí em dívida com deus
Tinham tantas palmeiras	Quero ver
Onça, mico-leão-dourado e o sabiá	Quero ver
Era um tempo em que os pés pisavam o	Quero ver
chão	
Penas e tintas cobriam os nus	

ATIVIDADES

- Revisar das temáticas abordadas no projeto;
- Relacionar os discussões anteriores à reflexão da música;
- Dialogar sobre os sentidos denotativos e conotativos da canção

-Produção textual acerca dos sentidos da canção, envolvendo suas reflexões e vivências socioambientais, do tipo análise musical.

ATIVIDADES

As atividades propostas se basearão na criação de discursos baseados nas análises de obras multimodais, pelas quais se compõe de diferentes linguagens como: textual, visual e musical, que abordam a temática ambiental. Com isso, serão realizados textos orais, a partir de debates, diálogos e análise de obras. Assim como a criação de textos escritos, diante dos tipos: redações dissertativas e análise musical.

AVALIAÇÃO

O processo avaliativo se dará de forma contínua e processual. No decorrer da aplicação do projeto serão considerados as, análises, argumentações, exposições de suas vivências de mundo e conhecimentos científicos, assim como os questionamentos inferidos pelos estudantes. Na fase processual, se apresentará em produções textuais, das quais se espera que os educandos transcrevam suas opiniões, valores e conhecimentos nas produções de redações e análise musical, respeitando as regras e estruturas da norma padrão.

REFERÊNCIAS

BOVO, M.V. Interdisciplinaridade e Transversalidade como dimensões Pedagógicas. Revista Urutagua- revista acadêmica multidisciplinar. 2008. <www.urutagua.uem.br/007/07bovo.htm>

BRASIL. MEC. Parâmetros Curriculares Nacionais: Meio Ambiente e saúde. 1998 Brasília: MEC/ SEF. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/meioambiente.pdf>> acesso em 12. mai.2018.

_____. Parâmetros Curriculares Nacionais: Apresentação dos Temas Transversais: MEC/SEF, 1997. Disponível em: <portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/ttransversais.pdf> acesso em 12. mai.2018

G1 MARANHÃO. Jornal Mirante. Maranhão perdeu 80% da floresta amazônica nos últimos 70 anos. Disponível em:

<<https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2019/09/11/maranhao-perdeu-80percent-da-floresta-amazonica-nos-ultimos-70-anos.ghtml>>.

G1 NATUREZA. População e consumismo ameaçam o planeta, alerta estudo do WWF Disponível em: <<https://g1.globo.com/natureza/noticia/2012/05/populacao-e-consumismo-ameacam-o-planeta-alerta-estudo-do-wwf.html>>.

Gil, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa/Antônio Carlos Gil. - 4. ed. - São Paulo :Atlas, 2002.

IBGE. Estatísticas Sociais. Comunicação Social (Comp.). IBGE divulga Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (IDS) 2015. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2013-agencia-de-noticias/releases/10125-ibge-divulga-indicadores-de-desenvolvimento-sustentavel-ids-2015.html>>. Acesso em: 18 set. 2018.

Música Chão Verde, Banda Cultivo. Disponível em <<https://www.lettras.mus.br/cultivo/1509054/>>

NARCIZO, K.R.S. UMA ANÁLISE SOBRE A IMPORTÂNCIA DE TRABALHAR EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS ESCOLAS. Revista eletrônica Mestrado em Educação. Ambiental. ISSN 1517-1256, v. 22, jan./ jul. 2009. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/remea/article/view/2807.pdf>> acesso: 02. Jun.2018

POTT, C. M. ESTRELA, C.C. Histórico ambiental: desastres ambientais e o despertar de um novo pensamento. ESTUDOS AVANÇADOS . 2017. Disponível em <www.scielo.br/pdf/ea/v31n89/0103-4014-ea-31-89-0271.pdf> acesso em: 13. Jun.2018

REBELLO, I.S. O texto e suas múltiplas possibilidades de leitura: pressupostos e subentendidos. LINGUAGEM: TEORIA, ANÁLISE E APLICAÇÕES (8) UERJ / Programa de Pós-graduação em Letras, 2015. Disponível em <www.pgletras.uerj.br/linguistica/textos/livro08/LTAA8_a31.pdf> acesso em: 112. Jun. 2018.

FERREIRA, M.H. A TRANSVERSALIDADE NAS AULAS DE LINGUA PORTUGUESA: A EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM QUESTÃO. Anais do SILEL. Volume 3, numero 1. Uberlândia: EDUFU, 2013.

VEJA. **Relatório da ONU alerta para possível crise mundial de água.** Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/ciencia/relatorio-da-onu-alerta-para-possivel-crise-mundial-de-agua/>>.

ANEXOS

ANEXO A PRODUÇÕES TEXTUAIS

O destino da humanidade hoje em dia está muito próximo uma coisa que antes era muito fácil de se lembrar no mundo hoje em dia não é bem assim! há vários abastecimentos naturais que já deixaram a mão esquerda de pessoas, como o abastecimento de madeira e de combustível, causados por o crescimento de uma cidade. Tudo isso por irresponsabilidade da própria humanidade etc.

São centenas de equitares de florestas desmatadas por uma usina elétrica com fumaça tóxica exposta na camada de ozônio, além o aumento das grandes cidades, deixaram a usina elétrica construídas de pedras, os bichos chegam a não ter onde morar, como muitos casos podem ver animais espalhados nas ruas das cidades grandes.

A natureza e o mundo pedem ajuda! fumaça, aquecimento global com vários abastecimentos e pedras ficam mais altas ainda, se não tomarem alguma providência o mais rápido possível.

Há que ponto chegamos? a ganância do homem trouxe um preço alto a pagar, que nem todo o dinheiro do mundo do tempo ou tempo de volta o que o mundo foi há décadas atrás, com suas leis e clima normal, pessoas que enxergam o mal que estão fazendo e param pelo final, eles também vão acabar com as consequências.

De fato o mundo está cada vez mais moderno com transportes mais rápidos dentre varias outras coisas facilitando cada vez mais a vida das pessoas. Mas será que o meio ambiente diz o mesmo?

Comforme a modernidade vai crescendo o meio ambiente vai sofrendo com ela. Cada vez mais veiculos, maquinas e substancias como o agrotóxicos, vem sendo usados com mais frequencia no meio ambiente, a queima de combustiveis fósseis em excesso ocasionam o efeito estufa deixando o planeta mais quente o uso de agrotóxicos acabam se tornando poluentes no solo, as desmatamentos causados por pecuária destruindo grande parte da biodiversidade do planeta sem restauração florestal e uso excessivo de água que pode ocasionar em um reduçimento de ^{em} alguns anos, todos esses fatores estão tornando o fazendo com que o meio ambiente entre em estado emergencial.

Contudo para uma maior prevenção e necessária a diminuão de agrotóxicos no solo, diminuir o uso de automoveis que utilizam com excesso o combustivel fósseis, reduzir o uso de água dentre varias outras praticas que podem ajudar o planeta se recuperar.

A vida, como nós conhecemos, não existe sem água. Então nos temos que lembrar que na fotossíntese, processo básico da vida, o gás carbônico e a água são usados para a síntese de glicose, o principal alimento energético da célula.

A falta de água é tão clara que ela passou a ser considerada ouro no século XXI. Os sistemas de abastecimento de água perdem elevada quantidade de água por conta de vazamentos em suas estruturas de tubulações. Alguns fatores como a pecuária, a agricultura e comércio, além da falta de saneamento básico nas cidades.

Portanto, nós seres humanos sabendo que a água pode acabar um dia, temos que fazer desde coisas pequenas, como lavar os dentes com torneira fechada até mesmo verificar se existe vazamentos nos canos de nossas casas, assim, temos menos desperdício de água e utilizam água potável.

A temperatura tem aumentado constantemente nas últimas décadas, e tende a piorar devido aos desmatamentos, queimadas de florestas, poluição, etc.

Passos do mundo inteiro, já sentem na pele o impacto causado por essas violações. Como prova disso, observasse: secas extremas em algumas regiões do Brasil e abundância de chuva em outras; basta catástrofes da natureza ocorrendo com mais frequência.

O vazamento de óleo (petróleo) que vem aparecendo nas praias brasileiras é mais uma prova de falta de comprometimento com o meio e com as próprias pessoas.

Entende-se, que para minimizar essa problemática é preciso desde já que, ocorra mudanças bruscas. É preciso que o governo juntamente com a sua população, se unam em favor dessa falta e que seja impostas leis punidas para ações de inflação como a que ocorreu nas águas brasileiras: investimentos para a redução de poluição em nível do meio ambiente. É preciso também, mudanças em casa, para que assim, consigamos diminuir o impacto que futuramente vamos sofrer.

As queimadas Florestais e Desmatamento

O Brasil está sofrendo um alto nível de queimadas e Desmatamentos, nas últimas anos e este índice vem crescendo cada vez mais. O Estado do Maranhão assim como em outras partes do mundo, está perdendo suas florestas. As poucas florestas que há no Maranhão ainda estão correndo risco de entrarem em extinção, assim como as espécies de animais. Com relação a estes, afirma-se que há cada vez mais espécies de animais que não foram nem-se que identificados e registrados. No Maranhão há 30 maiores cidades com suas florestas, estudos indicam que 5 dessas florestas estão sofrendo a perda de Biodiversidade. Esses fatores Biológicos, afetam a vida humana e se não forem resolvidos, causarão vários problemas futuramente.

Maranhão Perdeu 80% da Floresta Cerradônica nas últimas 70:

Segundo especialistas o Maranhão perdeu 80% da floresta cerradônica nas últimas 70 anos, não só o resto lotado mais também o resto mundo está sofrendo com a perda de biodiversidade e com a extinção de várias espécies por vertebrados.

Com a nossa floresta que é a mais sofrendo com tudo isso as terras indígenas sofrem com seringais de pressão, o desmatamento ilegal etc... O nosso bioma desmatado altera mudanças relacionadas ao clima a qualidade de vida da população como também altera no desenvolvimento nos alimentos que ingerimos todos os dias.

Todas as espécies estão ameaçadas de extinção e precisamos que não tenham registros em estudos das universidades, algo precisa ser feito urgente para que tudo isso tenha uma boa disposição de todos as seres humanos que parem de queimar e desmatar a floresta.

Na música Chão Verde, percebe-se que a letra quer repassar os vários erros que a humanidade está cometendo ao longo do tempo, antes era só Chão Verde hoje já não é mas por conta das ações humanas como o desmatamento, a queimada, a caça predatória de animais também é um problema. Com todos os desmatamentos que estão ocorrendo estão destruindo os habitats dos animais, na canção também fala que era um longo caminho onde tinha palmeiras que hoje por descuido da humanidade não existe mas esse Chão Verde e nem algumas espécies de animais, pois estão extintos ou em risco de extinção.

Com todas essas ações o que será das futuras gerações? Provavelmente se tudo continuar assim as futuras gerações não vão ter lugar a ver as espécies de animais que nós vemos hoje, e várias florestas, campos, rios entre outros lugares da natureza. Portanto está se destruindo aos poucos e se não acharmos uma solução vai acabando a única beleza natural que temos para apreciar.

Banda: São Verde
 música: Cultura

A música apresentada nos mostra elementos da nossa fauna e flora e entre outras para nos mostrar o tamanho do estrago que as pessoas têm fazendo ao longo do tempo com o meio ambiente.

Na frase: "Quem quis exercer sua história apagando a liberdade, como as pessoas nuas de pé no chão" nos remete a ideia da chegada da indústria, dos colonizadores que escravizaram os índios e com desconhecimento os negros e no trecho "Estamos em dívida com Deus?" traz a ideia que nos mesmos estamos destruindo tudo que ganhamos de graça, tudo que Deus nos deu.

É com consequência, temos visto grande poluição, desmatamento, grandes queimadas que libera CO₂ na atmosfera que nós nem mesmo conseguimos absorver. Temos um retrato forte em resultado de tudo que estamos fazendo na nossa fauna e flora, com a extinção, ou animais que estão na lista de extinção, animais esses que são extintos na música, e várias plantas que antes existia hoje não existe mais.

De acordo com "Émile Durkheim" a sociedade é como um corpo cujo se algo não faz sua parte tudo entra em desequilíbrio. Assim como isso ao meio ambiente nos seres humanos fazemos parte desse corpo cujo se nós não fizermos a nossa função o todo entra

em desequilíbrio.

Quanto disso o mais plausível de se fazer seria nos mesmo tomar consciência de nossos atos, o governo criar políticas públicas de conscientização, e mais vigiadas a este respeito.

ANEXO B – TERMO DE LIVRE CONSENTIMENTO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CAMPUS SÃO BERNARDO
CURSO DE LINGUAGENS E CÓDIGOS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a) participante,

Sou estudante do curso de graduação em Linguagens e Códigos na Universidade Federal do Maranhão - Campus de São Bernardo-MA. Estou realizando uma pesquisa intitulada “**O AMBIENTE EMERGENCIAL: Educação ambiental ecoadas em práticas de produção textual**”. Cujo objetivo é “Produzir discursos através das temáticas a respeito das relações socioambientais”.

Sua participação nesta pesquisa é voluntária, e se você decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo. Na publicação dos resultados desta pesquisa, sua identidade será mantida no mais rigoroso sigilo. Serão omitidas todas as informações que permitam identificá-lo(a). Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente você estará contribuindo para a compreensão do fenômeno estudado e para a produção de conhecimento científico.

Paula Diniz Portela Carvalho
Matricula: 201403935

CONSINTO EM PARTICIPAR DASTA PESQUISA.

Assinatura do participante

Local e data